

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
ESTUDOS DA LINGUAGEM  
ANÁLISES TEXTUAIS, DISCURSIVAS E ENUNCIATIVAS

MICHELE ANDREZA TEIXEIRA PASSINI

**INTERNACIONALIZAR A PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA  
BRASILEIRA: UMA QUESTÃO DE LÍNGUA, TRADUÇÃO E DISCURSO**

PORTO ALEGRE  
2018

MICHELE ANDREZA TEIXEIRA PASSINI

**INTERNACIONALIZAR A PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA  
BRASILEIRA: UMA QUESTÃO DE LÍNGUA, TRADUÇÃO E DISCURSO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Letras.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Solange Mittmann

Porto Alegre, dezembro de 2018.

### CIP - Catalogação na Publicação

Passini, Michele Andreza Teixeira  
Internacionalizar a produção acadêmico-científica  
brasileira: uma questão de língua, tradução e discurso  
/ Michele Andreza Teixeira Passini. -- 2018.  
208 f.  
Orientadora: Solange Mittmann.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de  
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Linguística. 2. Tradução. 3. Discurso. 4.  
Internacionalização. 5. Artigos acadêmico-científicos.  
I. Mittmann, Solange, orient. II. Título.

Michele Andreza Teixeira Passini

Internacionalizar a produção acadêmico-científica brasileira: uma questão de  
língua, tradução e discurso

Tese apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Letras da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul como  
requisito parcial para obtenção do título de  
Doutora em Letras.

Porto Alegre, 06 de dezembro 2018

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA

---

Freda Indursky  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

María Teresa Celada  
Departamento de Letras Modernas  
Universidade de São Paulo (USP)

---

Marc Charron  
School of Translation and Interpretation  
University of Ottawa/Université d'Ottawa

---

Thaís Valim Ramos  
Departamento de Línguas Estrangeiras  
Universidade de Passo Fundo

Esta tese é dedicada a todas as pessoas que pesquisam e enfrentam os desafios de produzir conhecimento no Brasil.

## AGRADECIMENTOS

Este espaço é dedicado às pessoas que foram fundamentais durante o processo de pesquisa de que esta tese é resultado. Agradeço sinceramente:

Ao Fabricio, por toda a leveza e alegria que traz para a minha vida.

Aos meus pais, Lineu e Diná, por me mostrarem de forma amorosa a importância da educação e assegurarem as condições para que eu tivesse acesso a ela.

Ao Mauricio, Marcelo, Regina, Natália, Nara, Fabíula e Fabielle, pelas histórias vividas e momentos compartilhados em família.

À Professora Carme Regina Schons (*in memoriam*), por me apresentar a vida acadêmica com comprometimento e afeto.

À Professora Solange Mittmann, por ter aceitado orientar esta tese. Agradeço pela disponibilidade, pelas discussões, pela leitura criteriosa deste trabalho ao longo do percurso de pesquisa.

À professora Freda Indursky pelos ensinamentos nas inesquecíveis aulas sobre Análise do Discurso ministradas e pelas contribuições essenciais a este trabalho por ocasião da banca de qualificação.

Às professoras Ana Zandwais e Maria Cristina Leandro Ferreira (Kitty), pelos ensinamentos sobre a teoria discursiva nas aulas do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS.

Aos professores Annie Brisset, Clara Foz e Marc Charron da *Université d'Ottawa/University of Ottawa*, pela generosa acolhida nas aulas e instigantes conversas durante o período passado na *School of Translation and Interpretation*. Agradeço especialmente ao Professor Marc Charron pela leitura atenta e pelas contribuições fundamentais feitas a este trabalho por ocasião da banca de qualificação.

Aos amigos queridos que estiveram junto nas “trincheiras acadêmicas” durante esses anos de doutorado: Augusto Radde, Debbie Noble, Gláucia Henge, Laís Medeiros, Mônica Cassana, Renata de Souza e Thaís Ramos. Agradeço especialmente à Laís e à Mônica pela escuta generosa e pela leitura atenta que fizeram deste trabalho. Espero que sejam muitos os nossos brindes pela vida, pois a convivência com vocês é sempre motivo de alegria.

Aos colegas do grupo de pesquisa *Discurso, Arquivo e Autoria*, Carla Maicá, Maria Daniela da Silva, Evandro Monteiro, Roberta Portugal, pelas dúvidas compartilhadas e produtivas discussões sobre a teoria da Análise do Discurso.

Aos amigos Douglas Silveira, Raquel César e William Manfroi, por apresentarem outros olhares possíveis e por me ensinarem tanto!

À Ana Carla Bringente e à Mariana Souza, pelas conversas “terapêuticas” nos cafés santacruzenses.

À Jassyara Fonseca (Ciça), pela amizade de tantos anos.

Aos colegas pesquisadores da área de Letras, autores dos artigos analisados, pelas conversas e trocas de e-mails sobre o processo de tradução de seus artigos, oferecendo grandes contribuições às questões pensadas nesta tese.

À CAPES, pela bolsa concedida.

*“Por que luta a filosofia em redor de palavras? As realidades da luta de classes são ‘representadas’ por ‘ideias’ que são ‘representadas’ por palavras. Nos raciocínios científicos e filosóficos, as palavras (conceitos, categorias) são ‘instrumentos’ de conhecimento. Mas, na luta política, ideológica e filosófica, as palavras são também armas, explosivos, calmantes ou venenos. Por vezes toda a luta de classes se pode resumir na luta a favor duma palavra ou contra outra palavra. Certas palavras lutam entre si como inimigos. Outras são o local de um equívoco: o objetivo duma batalha decisiva mas indecisa”*

*Louis Althusser*



## RESUMO

Esta tese, com base na teoria discursiva materialista de Michel Pêcheux, propõe uma reflexão sobre tradução a partir de demandas oriundas do processo de internacionalização da produção de conhecimento acadêmico-científico brasileiro. Enquanto os esforços para a ampliação da circulação das pesquisas para além das fronteiras nacionais têm ganhado relevo, as limitações de ordem linguística emergem como uma questão a ser solucionada. É neste contexto de uma comunidade científica que se quer global e monolíngue – cuja língua instituída é o inglês – que observamos surgir um fosso entre pesquisadores anglófonos e não-anglófonos. O argumento favorável ao uso de uma única e mesma língua para a circulação da produção de conhecimento justifica-se pela promessa de maior visibilidade para as pesquisas locais, que poderiam assim ser lidas e citadas por um público internacional. Entretanto, pouco se discute sobre os desdobramentos da escrita em uma língua estrangeira, ou sobre as intervenções advindas do processo de tradução. Nesta tese, analisamos um *corpus* constituído por um arquivo de vinte e dois artigos – onze artigos em português e suas traduções para o inglês – publicados em três revistas científicas nacionais da área de Letras, com o objetivo de compreender o papel dessas traduções no cenário de disparidades da produção de conhecimento global. Interessa-nos questionar o que elas representam nas práticas que visam diminuir as assimetrias entre países centrais e periféricos no domínio da produção de conhecimento. Propomos a hipótese de que as traduções, além de serem produzidas para facilitar o acesso entre diferentes línguas e culturas, assumem certo valor no sistema de avaliação da produção de conhecimento nacional. No percurso delineado, abordamos a relação entre o aumento das publicações em inglês para fins de circulação internacional e as avaliações de ordem institucional dos programas de pós-graduação das Instituições de Ensino Superior brasileiras. Em seguida,

discutimos a questão da tradução pela perspectiva discursiva, propondo um cotejo entre os Estudos da Tradução e a teoria discursiva pecheuxtiana para observar pontos de proximidade e distanciamento na concepção das noções de ideologia e de discurso e apresentamos as bases para uma concepção discursivo-materialista da tradução. A seguir, enfocamos as condições de circulação dos artigos traduzidos, abordando a função que assumem ao passarem a circular fora do contexto local, e problematizamos o pressuposto consolidado na área dos Estudos da Tradução, de que as traduções estariam sempre respondendo a lacunas existentes na cultura de chegada e que, portanto, poderiam ser consideradas fatos da cultura-alvo. Finalmente, procedemos às análises do processo tradutório dos artigos acadêmico-científicos, examinando a relação entre paráfrase e polissemia nessas traduções e analisando sequências discursivas nas quais observamos apagamentos de filiações de sentidos que remetem ao contexto brasileiro da produção de conhecimento. Os resultados demonstram que essas traduções, predominantemente parafrásticas, corroboram a hipótese proposta neste trabalho, e a ausência de deslocamentos indicia seu valor na cultura de partida mais do que sua função na cultura de chegada.

**Palavras-chave:** Internacionalização. Discurso. Tradução. Produção Acadêmico-Científica. Resistência.

## ABSTRACT

This thesis, based on Michel Pêcheux's materialist discursive theory, reflects on translation from the point of view of the process of internationalization of academic-scientific knowledge production in Brazil. As the efforts to increase the circulation of researches beyond national borders are becoming stronger, linguistic limitations emerge as a question to be solved. In this context, i.e. a scientific community that wishes to be global and monolingual – in which English is the chosen language – we observe a gap separating Anglophone researchers from non-Anglophone ones. The argument in favor of using the same language for the dissemination of knowledge production could be justified by the promise of greater visibility to local researches, which could, therefore, be read and cited by an international readership. However, very little has been discussed regarding the consequences of writing in a foreign language or the interventions resulting from translation processes. In this research, we analyzed a *corpus* composed of an archive of twenty-two articles – eleven of them in Portuguese and their corresponding translations in English – published in three Brazilian scientific journals from the area of Language Studies. The objective of the selection and analysis of this *corpus* is to understand the role played by the translations in the unequal scenario of global knowledge. We are particularly interested in questioning what they represent in practices aiming to decrease asymmetries between central and peripheral countries in the domain of knowledge production. The hypothesis here is that the translations analyzed in this research are produced not only to facilitate access among different languages and cultures, but also due to the fact that of the value they assume within the national evaluation system of knowledge production. In this investigation, we approached the relationship between the increase of publications in English for international circulation purposes, and the scholar evaluations of Higher Education Institutions.

Discussing translation through a discursive point of view, we proposed a comparison between Translation Studies and Discourse Analysis based on Michel Pêcheux's work, with the objective to observe similitudes and differences in terms of the way both areas comprehend the notions of discourse and ideology. Then, we presented the basis for a discursive-materialist conception of translation. We focused on the conditions of circulation of the articles, approaching the function they assume as they circulate outside national context, and we problematized a consolidate presuppose of Translation Studies, that defends that translation emerges to fill in gaps in the target culture and, therefore it should be considered facts of target culture. Finally, we analyzed the translation process of academic-scientific articles, examining how much paraphrase and polysemy levels can be observed. By the analysis of discursive sequences, we observed concealing of certain affiliations of meanings which point to the Brazilian knowledge production context. Results demonstrated that these translations, considered predominantly paraphrastic translations, corroborated the hypothesis proposed in this research and the absence of displacements indicated that their value in the source culture becomes more important than its function in the targeted culture.

**Keywords:** Internationalization. Discourse. Translation. Academic-Scientific Production. Resistance.

## RÉSUMÉ

Cette thèse, basée sur la théorie discursive matérialiste de Michel Pêcheux, propose une réflexion sur la traduction du point de vue du processus de mondialisation de la production de connaissances académiques et scientifiques au Brésil. Alors que les efforts pour étendre la circulation de la recherche au-delà des frontières nationales ont gagné en importance, les contraintes linguistiques apparaissent comme un problème à résoudre. Dans ce contexte, défini par une communauté scientifique qui se veut globale et monolingue - dans laquelle l'anglais est la langue choisie - on observe un fossé entre chercheurs anglophones et non anglophones. L'argument en faveur de l'utilisation d'une seule et même langue pour la circulation de la production de connaissances se justifie par la promesse d'une plus grande visibilité de la recherche locale, qui pourrait ainsi être lue et citée par un public international. Cependant, il n'y a pas assez de discussions sur les conséquences de l'écriture dans une langue étrangère ou sur les interventions résultant du processus de traduction. Dans cette thèse, nous analysons un *corpus* constitué d'une archive de vingt-deux articles - onze articles en portugais et leurs traductions en anglais - publiés dans trois revues scientifiques nationales dans le domaine des études du langage. Le but de cette sélection et analyses est de comprendre le rôle de ces traductions dans le scénario de disparités de la production de connaissances globale. Nous sommes particulièrement intéressés par la question de savoir ce qu'ils représentent dans les pratiques visant à réduire les asymétries entre les pays centraux et les pays périphériques dans le domaine de la production de connaissances. L'hypothèse proposée est que les traductions analysées dans cette recherche sont produites non seulement pour faciliter l'accès entre différentes langues et cultures, mais aussi en raison de la valeur qu'elles apportent dans le système national d'évaluation de la production de connaissances. Dans ce travail de thèse, nous discutons la relation

entre l'augmentation du nombre de publications en anglais destinées à la diffusion internationale et les évaluations institutionnelles des établissements d'enseignement supérieur brésiliens. Ensuite, nous abordons la question de la traduction du point de vue discursif, en proposant une comparaison entre les études de traduction et la théorie discursive de Michel Pêcheux afin de relever les points de proximité et de distance dans la conception des notions d'idéologie et de discours, et de présenter les fondements d'une conception discursif-matérialiste de la traduction. Nous nous concentrons sur les conditions de circulation des articles, en abordant la fonction qu'ils assument lorsqu'ils circulent en dehors du contexte national, et nous problématisons un présupposé consolidé dans le domaine des études de traduction, selon laquelle les traductions répondraient toujours aux écarts culturels existants d'arrivée et que, par conséquent, pourraient être considérés comme des faits de la culture cible. Enfin, nous procédons à l'analyse du processus de traduction d'articles académique-scientifiques, en examinant le rapport entre paraphrase et polysémie dans ces traductions et en analysant des séquences discursives dans lesquelles nous observons des suppressions d'affiliations du sens faisant référence au contexte brésilien de production de connaissances. Les résultats démontrent que ces traductions, qui sont principalement paraphrastiques, corroborent l'hypothèse proposée dans cette thèse, et l'absence de déplacements indique que leur valeur dans la culture source devient plus importante que sa fonction dans la culture cible.

**Mots-clés** : Mondialisation. Discours. Traduction. Production académique-scientifique. Résistance.

## LISTA DE QUADROS E ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Títulos dos artigos analisados .....	26
Figura 1 – Sumário da Revista Bakhtiniana .....	28
Quadro 2 – Critérios Qualis-Periódico .....	60
Quadro 3 – Percentual de uso de inglês nas diferentes áreas do conhecimento .....	68
Quadro 4 – Afiliação de membros dos conselhos editoriais .....	75
Esquema 1 – Objetivos do processo de internacionalização .....	82
Quadro 5 – A noção de ideologia em diferentes autores .....	102
Esquema 2 – Demanda para a tradução dos artigos nos periódicos.....	138
Gráfico 1 – Dados de acesso Revista Bakhtiniana.....	155

## LISTA DE SIGLAS

AD – Análise do Discurso

AIE – Aparelhos Ideológicos de Estado

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CP – Condições de Produção

CsF – Ciência sem Fronteiras

DRI – Diretoria de Relações Internacionais

DTS – *Descriptive Translation Studies*

EAL – *English as an Additional Language*

EAP – *English for Academic Purposes*

EDT – Estudos Descritivos da Tradução

ET – Estudos da Tradução

FD – Formação Discursiva

IES – Instituição de Ensino Superior

ISI – *Institute for Scientific Information*

MEC – Ministério da Educação

NES – *Native English Speaker*

NNES – *Non-Native English Speaker*

NT – Nota do Tradutor

PPG – Programa de Pós-graduação

SCI – *Science Citation Index*

SD – Sequência Discursiva

SciELO – *Scientific Electronic Library Online*

WoS – *Web of Science*



## **APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>1 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL.....</b>	<b>33</b>
1.1 DO LOCAL PARA O GLOBAL: GLOBALIZAÇÃO, LÍNGUAS E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO .....	34
1.2 O DEBATE SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO NO CENÁRIO CIENTÍFICO BRASILEIRO.....	44
<b>1.2.1 O Primeiro Eixo: Mobilidade Acadêmica.....</b>	<b>47</b>
<b>1.2.2 O Segundo Eixo: Internacionalização de Periódicos Acadêmicos.....</b>	<b>52</b>
1.3 AÇÕES PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DE PERIÓDICOS NACIONAIS NO BRASIL .....	57
<b>1.3.1 Os Novos Modelos: a Revisão de Critérios de publicação dos periódicos .....</b>	<b>66</b>
1.4 INTERNACIONALIZAÇÃO, VISIBILIDADE E LEGITIMAÇÃO.....	79
1.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO .....	83
<b>2 TRADUÇÃO, DISCURSO E IDEOLOGIA .....</b>	<b>84</b>
2.1 A TRADUÇÃO NOS MOVIMENTOS DA HISTÓRIA.....	86
2.2 TRADUÇÃO E IDEOLOGIA: TRÊS PONTOS DE VISTA NOS ESTUDOS DA TRADUÇÃO.....	91
2.3 A NOÇÃO DE IDEOLOGIA PELA PERSPECTIVA MATERIALISTA-DIALÉTICA DE PÊCHEUX .....	97
2.4 TRADUÇÃO E DISCURSO .....	108
<b>2.4.1 Berman e um Novo Discurso da Reflexividade da Experiência do Traduzir .....</b>	<b>109</b>
<b>2.4.2 A Voz como Presença Discursiva em Hermans.....</b>	<b>112</b>
<b>2.4.3 O Traduzir como um Trabalho Discursivo em Pym .....</b>	<b>116</b>
<b>2.4.4 Tradução e Discurso por um Viés Discursivo-materialista.....</b>	<b>118</b>
2.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO .....	131
<b>3 A QUEM É ENDEREÇADO O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO? .....</b>	<b>134</b>
3.1 A TRADUÇÃO COMO FATO DA LÍNGUA/CULTURA-ALVO: O PONTO DE VISTA DOS ESTUDOS DESCRITIVOS .....	135
3.2 A QUESTÃO DO PÚBLICO LEITOR DOS ARTIGOS TRADUZIDOS ....	146
3.3 NEM CULTURA DE PARTIDA, NEM CULTURA DE CHEGADA: UMA LÍNGUA GLOBAL PARA A CIÊNCIA? .....	156

3.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO .....	160
<b>4 GESTOS ANALÍTICOS .....</b>	<b>163</b>
4.1 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO .....	165
4.2 PUBLICAÇÕES DUAIS: PARÁFRASE E POLISSEMIA.....	169
4.3 A (NÃO) INTERCAMBIALIDADE DOS SENTIDOS .....	175
4.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO .....	181
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>184</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>189</b>
<b>REFERÊNCIAS DO <i>CORPUS</i>:.....</b>	<b>202</b>
<b>ANEXO A – Comunicação com a revista Acta Scientiarum .....</b>	<b>205</b>
<b>ANEXO B – Questionário enviado a autores .....</b>	<b>207</b>

## INTRODUÇÃO

*“Então, de onde devemos partir? Atrevia-me a dizer – como em São João: ‘No princípio, era o verbo’. Apenas depois, a ciência. Digamos, de maneira menos grandiosa, que vou pedir aos alunos que partam do discurso, dessas grandes camadas de linguagem em que nos banhamos desde a infância, desse bombardeio contínuo de palavras que nos chamam a atenção sobre este ou aquele aspecto do mundo e em que estão coladas espécies de rótulos que garantem sua maior ou menor autoridade. Esse é o primeiro fenômeno ao qual devemos nos ater. Não me preocupa que os alunos, a princípio, se sintam um pouco afogados; é algo que lhes faz um grande bem. Se querem compreender as ciências, é necessário que partam dessas grandes ondas de palavras mais ou menos desconexas, mais ou menos ordenadas, pelas quais chegam até nós. E depois aprendam a nadar...”*  
(Bruno Latour)

Iniciamos este trabalho como sugere Bruno Latour na passagem que nos serve de epígrafe: com o discurso! Partimos, portanto, não apenas das palavras, mas das palavras em seus espaços de circulação, onde podemos observar o que o autor designa como *rótulos*, esses elementos que, mais que descrever conteúdos, representam limites de pertencimento, delimitando o que faz ou não parte de um campo. No âmbito da produção de conhecimento, como sabemos, o *rótulo de científico* demarca os enunciados que tendem a ser interpretados como dotados de valor de verdade e neutralidade. O rótulo *científico* denota, portanto, legitimidade e remete a enunciadorez autorizados a falar em nome da ciência.

Marx, no primeiro capítulo de sua obra *O Capital*, alerta que “Ao contrário de outros arquitetos, a ciência não apenas projeta castelos no ar como também constrói diversos andares habitáveis do edifício antes de lançar os seus alicerces” (MARX, [1867] 1978, p. 158). De fato, como bem percebe o autor, o domínio da ciência é concebido como se fosse separado das demais esferas da sociedade e estivesse,

portanto, alheio a determinações de toda ordem. Um olhar retroativo para as condições nas quais a ciência emerge e se desenvolve demonstra que esse efeito de espontaneidade – *seus castelos no ar e edifícios sem alicerces* – diz respeito às concepções teóricas que a consolidaram enquanto domínio de saber legitimado.

À tradicional autonomia do fazer científico – sustentada pela concepção de que a ciência se constitui por fatos e, portanto, livre de valores sociais, morais ou crenças de toda sorte –, opõe-se a filosofia materialista dialética, para a qual a consideração das relações que formam a totalidade (LEFEBVRE, 1995) é imprescindível na compreensão de qualquer fenômeno. Desse modo, ao abordar a questão da produção de conhecimento pela ciência de um ponto de vista materialista, como é o caso deste trabalho, é imprescindível, conforme analisa Michel Pêcheux ([1975] 2009, p. 172), tomá-la como “o efeito (e a parte) de um processo histórico determinado, em última instância, pela própria produção econômica”.

Essa afirmação de Pêcheux ressalta a importância da relação entre a *produção de conhecimento* e a *formação social*, isto é, um conjunto de relações de naturezas diversas, que são determinadas no modo de produção capitalista pela base econômica. Conforme a metáfora espacial marxiana, observamos que é a base (infraestrutura) econômica, constituída pelas forças produtivas e as relações de produção, que sustenta a instância superestrutural, formada pelo nível jurídico-político e ideológico. Para o filósofo Louis Althusser ([1970] 2008), tal metáfora reivindica a descrição de como ocorrem as relações de determinação tanto da base sobre o nível superestrutural quanto da ação de retorno deste sobre a base. Desse modo, um ponto fundamental de uma investigação que não se quer idealista é: não tomar o nível superestrutural como se emergisse espontaneamente – tal qual castelos

projetados no ar –, mas, sim, deixar à mostra a dependência que este mantém da base econômica<sup>1</sup>.

Consequentemente, parte-se do pressuposto de que a produção de conhecimento não deixa de seguir a lógica que vigora no modo de produção capitalista, o que permite compreender expressões como *industrialização da ciência e proletarização de pesquisadores*, utilizadas pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos para descrever as condições do panorama científico nos dias de hoje:

No domínio do trabalho científico, a industrialização da ciência produziu dois efeitos principais: Por um lado, a comunidade científica estratificou-se, as relações de poder entre cientistas tornaram-se mais autoritárias e desiguais e a esmagadora maioria dos cientistas foi submetida a um processo de proletarização no interior dos laboratórios e dos centros de investigação. Por outro lado, a investigação capital-intensiva (assente em instrumentos caros e raros) tornou impossível o livre acesso ao equipamento, o que contribuiu para o aprofundamento do fosso, em termos de desenvolvimento científico e tecnológico, entre os países centrais e os países periféricos”. (SANTOS, 2010, p. 57-58).

Tanto a estratificação da comunidade científica quanto o aumento das desigualdades entre países considerados centrais e periféricos, apontados pelo autor como consequências da industrialização da ciência, podem ser relacionados ao protagonismo do mercado como sistema regulador da vida econômica e, consequentemente, da vida social. Desse modo, no capitalismo neoliberal, estamos diante do que Oliveira (2013) denomina “ciência mercantilizada”, que tem seus rumos ditados pelo mercado. As relações mercadológicas, o comércio entre países, próprios da globalização neoliberal, são caracterizados por uma tendência à

---

<sup>1</sup> Para o historiador Eric Hobsbawm ([1975] 2015, p. 397) é precisamente este ponto que distancia Marx dos demais pensadores, conforme explica: “Marx resistiu à tendência, que em outros lugares cresceu com força sempre maior, de separar a análise econômica de seus contextos históricos sociais”.

homogeneização, na qual as diferenças são escamoteadas, como ressalta Mascaro (2013, p. 77):

os indivíduos são tornados, todos, aptos a serem portadores de mercadorias que se transacionam e circulam. Suas especificidades culturais, religiosas, geográficas e econômicas são apagadas em favor de uma homogeneização atomizada.

Assim, essas relações globalizantes estão também presentes na esfera da produção de conhecimento e podem ser observadas por meio de práticas institucionais que vêm sendo implementadas com vistas ao aumento da inserção das pesquisas brasileiras no cenário global, constituído pela comunidade acadêmica. Trata-se de um conjunto de medidas que vêm sendo implementadas nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil e que formam o chamado processo de *internacionalização do conhecimento acadêmico-científico*. Entre seus objetivos na esfera da pós-graduação, espera-se aumentar atividades de cooperação entre pesquisadores locais e de outros países e incentivar a circulação das pesquisas em âmbito internacional, para que cheguem não apenas a leitores brasileiros, mas de diversos países. Presentes em documentos que norteiam as ações tomadas pelas diferentes áreas das IES, essas medidas de internacionalização afetam de diferentes maneiras todos os pesquisadores vinculados às instituições.

Um de seus efeitos diz respeito às avaliações utilizadas pelas agências federais de fomento à pesquisa, como, por exemplo, a *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES) e o *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico* (CNPq), que se baseiam fundamentalmente no uso de índices bibliométricos de natureza quantitativa como indicadores de qualidade da produção dos pesquisadores brasileiros vinculados às IES. Considerando a relação entre os resultados dessas avaliações e a quantidade de recursos financeiros

destinados às instituições, atender aos critérios estabelecidos é uma das principais formas de garantir que os projetos de pesquisadores vinculados a essas instituições possam efetivamente ser realizados. Trata-se do que autores como Curry e Lillis (2004) denominam *Reward System* [sistema de recompensa], ou seja, um sistema de avaliação que resulta em recompensas para as instituições e para os pesquisadores.

Essas demandas avaliativas dos órgãos de fomento serão observadas neste trabalho por meio das ações de internacionalização, sobretudo, no que se refere ao aumento da circulação internacional da produção acadêmico-científica na área de Letras e Linguística. A partir do ano de 2014, alguns periódicos locais passaram a veicular artigos em formato bilíngue, isto é, o artigo em português junto de sua tradução para a língua inglesa – dado seu papel de *língua franca* na atualidade – com o intuito de ampliar o público leitor e, desse modo, promover a visibilidade dos trabalhos publicados nesses espaços de disseminação. Ao se publicar em inglês, portanto, espera-se que os artigos de pesquisadores brasileiros passem a circular em regime de igualdade com os artigos publicados por pesquisadores de outras nacionalidades, o que contribuiria para consolidar seu espaço no cenário global da produção de conhecimento.

Como demonstra Kuhn ([1962] 2017), reconhecido autor dos estudos da história e desenvolvimento das ciências, a atividade científica possui um caráter essencialmente coletivo e, desse modo, o reconhecimento das pesquisas depende de formas de validação entre os membros da comunidade científica. A relevância de uma pesquisa diz respeito ao impacto que produz no domínio de conhecimento em que se insere. Desse modo, uma das formas utilizadas para se verificar a importância de uma pesquisa é observar o quanto ela foi citada em outros trabalhos da área. Assim, quanto maior o número de citações que a pesquisa obtém, maior o seu *fator de impacto*. Para Salager-Meyer (2008), o fator de impacto pode ser visto como a atual *moeda da ciência*. A metáfora da autora é bastante ilustrativa e coloca em



relevo a relação entre o número de citações e o *valor* da pesquisa, que culmina em mais ou menos investimentos por parte das agências de fomento.

Nesse cenário, em que mais leitores representam maior potencial de citações, publicar em inglês significa não apenas transcender limites geográficos, mas também angariar um número significativamente maior de leitores além daqueles falantes de português. Para tanto, a produção acadêmica precisa ser ou escrita diretamente em inglês ou traduzida para essa língua. Nesta pesquisa, a partir do contexto delineado, tomamos como objeto de investigação as traduções realizadas para fins de internacionalização com o objetivo de compreender seu papel no jogo de forças presente no âmbito da produção e circulação do conhecimento. Eis o ponto que nos interessa discutir neste trabalho: como as traduções de artigos de pesquisadores brasileiros vêm impactando a produção de conhecimento no país? Como essas traduções são realizadas? De maneira mais ampla: o que elas podem dizer sobre o processo de internacionalização da produção de conhecimento que se encontra atualmente em ascensão no país?

Tomamos, portanto, essas traduções como objeto de análise e a partir delas buscamos responder os seguintes questionamentos: (1) como se constitui a demanda para se traduzir esses artigos? (2) a quem essas traduções são endereçadas? (3) quais propósitos cumprem na cultura de partida e na cultura de chegada? E, finalmente, considerando a existência de um centro e de uma periferia na esfera da produção de conhecimento, questionamos se estariam essas traduções – tomadas enquanto *efeitos* do processo de internacionalização da produção de conhecimento – contribuindo para a *manutenção* ou para a *transformação* das condições desiguais do cenário global. Dito de outro modo, traduzir as publicações para o inglês representaria um passo em direção à redução das desigualdades entre centro e periferia ou, ao contrário, funcionaria para reforçar essas relações assimétricas?

Considerando que essas traduções fazem mais do que apenas facilitar o acesso entre diferentes línguas e culturas, propomos a hipótese de que elas possuem a particularidade de não emergirem em resposta a uma demanda externa, como ocorre predominantemente no fluxo de traduções, mas de que surgem a fim de cumprir principalmente propósitos internos (locais) determinados, em última instância, por fatores de ordem econômica.

Para responder aos questionamentos apresentados, enfocamos uma área de conhecimento específica, que é a área de Letras. Assim, analisamos onze artigos acadêmico-científicos em português, acompanhados de suas traduções para o inglês, totalizando um *arquivo* composto por 22 artigos. *Arquivo* é definido como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 2010b, p. 51). É a partir dele que o analista delinea o *corpus* de análise, com base nas questões propostas. Os artigos que compõem o arquivo foram publicados entre os anos de 2015 e 2018 nas seguintes revistas: *Alfa: Revista de Linguística*, editada pelo departamento de Linguística da *Universidade Estadual Júlio Mesquita* (UNESP, Araraquara- SP); *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, editada pelo PPG de Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL/PUC-SP) e *Acta Scientiarum: Language and Culture*, editada na Universidade Estadual de Maringá.

A escolha das três revistas justifica-se não apenas por apresentarem os artigos na área de interesse e em versões bilíngues, fator crucial para a realização de análises cujo cerne é o processo tradutório, mas também por sua relevância no contexto de publicações nacionais da área. Tanto a revista *Bakhtiniana* quanto a revista *Alfa* vêm recebendo os mais altos conceitos nas avaliações da CAPES, ou seja, o estrato qualis-periódico A1. Este é também o caso da Revista *Acta Scientiarum: Language*

*and Culture*, que foi conceituada com o estrato A2 na área de Letras/Linguística na classificação de periódicos quadriênio 2013-2016<sup>2</sup>.

Esses artigos foram selecionados devido à relação que possuem com a área de *estudos do discurso*, que nos interessa pela possibilidade de análises mais consistentes devido aos nossos conhecimentos prévios. No que se refere à seleção dos artigos, levamos em conta elementos como a presença do termo *discurso* no espaço dos metadados, isto é, *título*, *resumo* e *palavras-chave* e a filiação dos autores apresentados nas referências do trabalho à área dos estudos do discurso. Assim, embora existam diferentes abordagens para os estudos discursivos, entendemos que esses elementos são capazes de apresentar um conjunto de artigos capazes de representar de forma satisfatória o desenvolvimento dessa área de estudos no país. Como resultado dessa seleção, contamos com artigos que analisam objetos de naturezas diversas em suas relações com o discurso, entre as quais podemos citar: literatura, divulgação científica, retórica, autoria, lexicografia, entre outros.

No Quadro 1, elencamos os títulos dos artigos que compõem o *arquivo* a partir do qual mobilizaremos o *corpus* para análise desta tese:

Quadro 1 – Títulos dos artigos analisados

<b>Título do artigo em português</b>	<b>Título do artigo em inglês</b>
“O discurso da antropofagia como estratégia de construção da identidade cultural brasileira”	“The discourse of cannibalism as a strategy of building Brazilian cultural identity”
“Um ensaio de análise iconográfica: laços entre a teoria da arte e o método arqueológico”	“An essay on iconographic analysis: relations between the theory of art and the archaeological method”

<sup>2</sup> Disponível em:

<<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>>. Acesso em: 04 out. 2018.

“Retórica e estudos do discurso”	“Rhetoric and Discourse Studies”
“Ideologia e divulgação científica: uma análise bakhtiniana do discurso da revista <i>Ciência Hoje</i> ”	“Ideology and scientific dissemination: A bakhtinian analysis of the discourse in <i>Ciência Hoje</i> [Science Today]”
“A autoria, o dispositivo e a ética: os limites da (des)subjetivação na escrita”	“Authorship, apparatus and ethics: the limits of unsubjectivation in writing”
“Cartografias das línguas: glossários para livros de literatura”	“Cartographies of languages: glossaries for literature books”
“A decisão do STF sobre aborto de fetos anencéfalos: uma análise feminista de discurso”	“The Brazilian Supreme Court decision on abortion of fetuses with anencephaly: a feminist discourse analysis”
“Discurso jornalístico e a suposta imparcialidade: os modos de apropriação do discurso de outrem como indicativos de posicionamentos ideológicos”	“Journalistic discourse and the supposed impartiality: the modes of appropriation of the discourse of others as indicative of ideological positions”
“Discurso transversal em piadas de corintiano”	“Transverse Discourse in Jokes about Corinthians Fans”
“Gregório(s) de Matos: padrões de representá-lo(s) e ordens do discurso”	“Gregório(s) de Matos: Patterns of Representation and Orders of Discourse”
“Considerações sobre heterodiscurso a partir de Dom Quixote”	“Considerations on Heterodiscourse from Don Quixote”

Fonte: Elaborado pela autora.

As onze versões em inglês são apresentadas junto aos artigos em português no sumário de cada uma das revistas e podem ser acessadas por meio de um *link* ao lado daquele que dá acesso à versão em português, como demonstra a imagem abaixo<sup>3</sup>:

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/issue/view/1926/showToc>>. Acesso em 05 out. 2018.

Figura 1 – Sumário da Revista Bakhtiniana

**Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso**

CAPA SOBRE ACESSO CADASTRO PESQUISA ATUAL ANTERIORES NOTÍCIAS LINGUAGEM, IDENTIDADE E MEMÓRIA NORMAS PARA SUBMISSÃO INSTRUÇÕES AOS PARECERISTAS POLÍTICA DE ÉTICA E REGULAMENTO

Capa > Edições anteriores > v. 13, n. 2 (2018)

**v. 13, n. 2 (2018)**

**Sumário**

**Editorial**

[Buscando os sentidos: diálogos possíveis](#) PDF PDF (ENGLISH)  
Beth Brait, Maria Helena Cruz Pistori, Bruna Lopes-Dugnani, Orison Marden Bandeira de Melo Júnior Port. 2-5 / Eng. 2-6

**Artigos**

[Cultivando a ambiguidade: considerações sobre questões de complexidade no discurso crioulo](#) PDF (ENGLISH) PDF  
Micah Corum Port. 6-31 / Eng. 7-29

[Verbo-visibilidade em perspectiva de leitura: \(des\)construção da compreensão ativa e criadora do texto](#) PDF PDF (ENGLISH)  
Elizângela Patrícia Moreira da Costa Port. 32-54 / Eng. 30-53

["Inquietando as águas": A magia de relembra o passado em Two Wings to Veil My Face, de Leon Forrest](#) PDF (ENGLISH) PDF  
Mohsen Hanif, Tahereh Rezaei Port. 55-78 / Eng. 54-74

[Campo e enunciado: problema da articulação do discurso](#) PDF (ENGLISH) PDF  
Andrés Haye, Antonia Larrain Port. 79-99 / Eng. 75-93

[Considerações sobre heterodiscurso a partir de Dom Quixote](#) PDF PDF (ENGLISH)  
Lucas Vinício de Carvalho Maciel Port. 100-116 / Eng. 94-110

[Vozes em confronto no Núcleo Docente Estruturante de cursos de Letras: entre o prescrito e a prática institucionalizada](#) PDF PDF (ENGLISH)  
Jozanes Assunção Nunes Port. 117-138 / Eng. 111-134

[Souza-Cardoso e Boccioni: movimentos analógicos em confronto](#) PDF PDF (ENGLISH)  
Maria da Graça Gomes de Pina Port. 139-154 / Eng. 135-150

[Estilo, expressividade e axiologia no ensino-aprendizagem da língua em uso](#) PDF PDF (ENGLISH)  
Regina Braz Rocha Port. 155-175 / Eng. 151-171

Ajuda do sistema

**USUÁRIO**

Login

Senha

Lembrar usuário

**NOTIFICAÇÕES**

- Visualizar
- Assinar

**IDIOMA**

Selecione o idioma

Português (Brasil) ▾

**TAMANHO DE FONTE**

**INFORMAÇÕES**

- Para leitores
- Para Autores
- Para Bibliotecários

**CONTEÚDO DA REVISTA**

Pesquisa

Escopo da Busca

Todos ▾

Procurar

- Por Edição
- Por Autor
- Por Título

Fonte: Captura de tela feita pela autora.

Com base nos pressupostos teóricos desenvolvidos pelo filósofo francês Michel Pêcheux, fundamentados pelo quadro epistemológico que congrega Linguística e Materialismo Histórico, entendemos que a língua sustenta os processos de identificação ideológicos dos sujeitos. A língua constitui, portanto, a base para compreender os processos históricos de significação e é o meio de observar de que forma a ideologia interpela sujeitos e determina modos de interpretação. Ao discutirmos a questão da tradução, estamos diante de um jogo envolvendo duas línguas com distintas discursividades, isto é, dois modos particulares de dizer e interpretar. A tradução, tomada enquanto um processo próprio de produção de sentido, coloca em relevo a relação entre processos de (re)formulações e redes de memórias que são sócio-históricas e ideológicas.

Assim, analisar traduções de artigos acadêmico-científicos nos leva a considerar a relação com o domínio de saber da ciência, observando como ele regula

*o que* pode ou não ser traduzido e *como* pode ou não ser traduzido. Esses saberes funcionam, portanto, como uma memória do que é discursivamente aceitável para que um determinado texto possa ser reconhecido como pertencendo ao domínio acadêmico-científico. Trata-se do que Latour, na citação apresentada, caracteriza como rótulo, uma marca que atesta um pertencimento que não é propriamente linguístico e possui o efeito de legitimar um posicionamento.

### **Estrutura e organização da tese**

Esta tese está organizada em quatro capítulos que juntos se propõem a refletir sobre os desdobramentos das medidas de internacionalização da produção de conhecimento no Brasil por meio da observação de traduções para o inglês de artigos acadêmico-científicos da área de Letras. No primeiro capítulo, exploramos o cenário desigual da produção e circulação de conhecimento, observando a existência de uma linha divisória entre países centrais, em sua maioria anglófonos, e países periféricos, falantes de outras línguas que não o inglês. Defendemos que essa linha é delineada, sobretudo, pela relação entre as riquezas nacionais dos países e sua produtividade científica. Observamos que, embora uma possível ciência monolíngue seja vista como uma ameaça à diversidade na esfera acadêmico-científica, há fatores determinantes que impelem os pesquisadores a recorrerem ao inglês para divulgação de sua produção intelectual, entre eles a busca por visibilidade, necessária à validação e legitimação das pesquisas, e, ainda, o funcionamento de sistemas de recompensas institucionais.

O segundo capítulo propõe uma discussão sobre tradução, tomada como o meio e a condição para a circulação internacional da produção intelectual. Partindo de um breve histórico do desenvolvimento das teorizações sobre tradução ao longo dos anos, enfatizamos as dicotomias e dissensos que marcaram sua evolução. Com

base em teóricos que privilegiam o aspecto sócio-histórico do traduzir, tomando a tradução como uma prática social, propomos um cotejo entre as áreas dos *Estudos da Tradução* e a *Análise do Discurso*, elegendo como fio condutor as noções conceituais de *ideologia* e *discurso*.

No terceiro capítulo, abordamos as condições de produção e de circulação dos artigos analisados com base na discussão sobre a *função* que cumprem tanto na cultura de partida quanto na de chegada. Com base nos Estudos Descritivos da Tradução (EDT) problematizamos o postulado da primazia da cultura de chegada, ou cultura-alvo, segundo o qual toda tradução emerge em resposta a uma lacuna existente na cultura de chegada, sendo por esse motivo regulada por normas do sistema dessa cultura. Questionamos se tal postulado poderia ser aplicado ao processo tradutório discutido neste trabalho: seriam as traduções analisadas motivadas por uma demanda externa e determinadas por normas da cultura de chegada ou, ao contrário, seriam elas determinadas por demandas internas e reguladas pelas normas da cultura de partida? Considerando as condições de produção e de circulação dessas traduções, demonstramos por que motivos aquele postulado não pode ser corroborado no caso das traduções analisadas neste trabalho. Abordamos, ainda, neste capítulo, projetos de universalismos linguísticos na ciência, as chamadas *línguas das ciências*, tais como o *Scientish* e o *Globish*, para problematizar a ameaça do monolinguismo da comunidade científica.

Finalmente, no quarto capítulo, aprofundamos as especificidades das traduções para fins de internacionalização e as relacionamos com o *valor* que adquirem no sistema de recompensas das IES brasileiras. Analisamos, portanto, de que maneira a infraestrutura econômica – as demandas mercadológicas – podem ser observadas nas traduções dos artigos. Para tanto, valemo-nos das noções teóricas de *paráfrase* e *polissemia* (ORLANDI, 1998), compreendendo que se trata de processos que ocorrem em níveis maiores ou menores em todo processo de produção de

sentido. Partindo do pressuposto de que toda tradução, por emergir em condições de produção distintas do texto de partida e em outra cultura, implica necessariamente deslocamentos, ou seja, movimentos que apontam para a polissemia, propomos, com base em análises discursivas do *corpus*, que as traduções para fins de internacionalização são majoritariamente parafrásticas. Tal fato contribui na compreensão do processo de internacionalização e de seu papel no cenário desigual da produção de conhecimento global.

O esforço de desenvolver este percurso investigativo, fundamentado na articulação dos campos teóricos da linguística, materialismo histórico e tradução, foi motivado pelo intuito de analisar elementos das bases materiais de produção do discurso acadêmico-científico brasileiro, de modo a compreender as relações propulsoras da prática da tradução como meio e condição para inserir a produção científica brasileira no cenário científico global.



## 1 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL

*« On croit souvent que la vie intellectuelle est spontanément internationale. Rien n'est plus faux. La vie intellectuelle est le lieu, comme tous les autres espaces sociaux, de nationalismes et d'impérialismes, et les intellectuels véhiculent, presque autant que les autres, des préjugés, des stéréotypes, des idées reçues, des représentations très sommaires, très élémentaires, qui se nourrissent des accidents de la vie quotidienne, des incompréhensions, des malentendus, des blessures »<sup>4</sup>*

*(Pierre Bourdieu).<sup>5</sup>*

Neste primeiro capítulo, trataremos de ações tomadas com vistas a promover o que ficou conhecido como *processo de internacionalização* da produção acadêmico-científica brasileira, que, embora já venha ocorrendo há bastante tempo, intensificou-se após o ano de 2011, por ocasião de programas de mobilidade acadêmica, como o *Ciência sem Fronteiras* e de ações para internacionalizar os periódicos nacionais. O objetivo é discutir os efeitos dessas ações, problematizando, sobretudo, a necessidade de publicar artigos científicos em uma língua estrangeira, mais especificamente, a língua inglesa, que parece estar consolidada como língua da ciência na atualidade.

---

<sup>4</sup> Acreditamos, com frequência, que a vida intelectual é espontaneamente internacional. Nada poderia ser mais falso. A vida intelectual é o lugar, como todos os outros espaços sociais, de nacionalismos e de imperialismos e os intelectuais veiculam, quase na mesma medida que os demais, preconceitos, estereótipos, concepções sem fundamentação, representações rasas e elementares que se nutrem de circunstâncias da vida cotidiana, das incompreensões, dos mal-entendidos, das feridas.

<sup>5</sup> Todas as traduções das passagens citadas em inglês e francês para o português são nossas e serão apresentadas em notas de rodapé.

## 1.1 DO LOCAL PARA O GLOBAL: GLOBALIZAÇÃO, LÍNGUAS E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Os efeitos do processo de globalização podem ser vistos nos diferentes espaços da vida cotidiana. Os limites que separam países parecem estar cada vez menores, sobretudo com o avanço tecnológico que consolida a virtualidade como uma realidade possível, redimensionando as noções de tempo e espaço e promovendo uma espécie de desterritorialização em nome de uma pretensa unificação entre os diferentes povos e culturas. Desse modo, também a produção de conhecimento passa a ser pensada segundo a lógica do mundo globalizado e a disseminação de resultados de pesquisas não poderia ficar restrita a um público local. Se a circulação em ambiente virtual pode contribuir com a facilidade de acesso às pesquisas, as medidas de internacionalização buscam dar o próximo passo, propondo ações para que essas pesquisas sejam não apenas acessadas, mas, sobretudo, que sejam lidas e citadas por pesquisadores alhures.

Para Santos (2006), o processo de globalização é concebido como um fenômeno homogeneizante com motivações políticas e ideológicas. A aparente espontaneidade que por vezes lhe é atribuída é, para esse pesquisador, resultante do funcionamento de duas falácias: a do *determinismo*, que, transformando suas causas em efeitos, coloca a globalização como um processo neutro e espontâneo, como se funcionasse por uma lógica interna alheia às condições sociais a partir das quais emerge, e a *falácia do desaparecimento do sul*, na qual a divisão entre centro e periferia é negada por meio de um mundo aparentemente integrado, que escamoteia as diferenças econômicas e políticas entre os países com o intuito de trivializar as consequências negativas e exclusivistas desse processo.

Santos atenta, ainda, para as relações desiguais que caracterizam as trocas entre os países, fazendo da globalização um espaço heterogêneo, de conflitos entre

posições centrais e periféricas. A aparente homogeneidade da globalização é, portanto, resultado de um funcionamento que poderíamos designar como de ordem metonímica, uma vez que se toma o centro, isto é, a posição hegemônica, como representante de um todo, conseqüentemente, deixando-se de fora outras posições que constituem a periferia. Assim, sua definição de globalização evidencia o caráter desigual que lhe é inerente: “a set of unequal exchanges in which a certain artefact, condition, entity or local identity extends its influence beyond its local or national borders and, in so doing, develops an ability to designate as local another rival artefact, condition, entity or identity”<sup>6</sup> (SANTOS, 2006, p. 396).<sup>7</sup>

A definição do autor ressalta, além da heterogeneidade própria desse fenômeno, sua contraparte, que é a localização. Para explicar seu funcionamento, Santos refere-se a dois modos de produção distintos: *localismos globalizados* e *globalismos localizados*. Enquanto o primeiro diz respeito ao movimento no qual um fenômeno particular torna-se global (como, por exemplo, no conceito das comidas rápidas, *fast-food*, que passaram de local – América do Norte – a global, presentes em inúmeros outros países por meio de franquias), o segundo descreve o movimento contrário, em que fenômenos globais tornam-se locais (como, por exemplo, quando um ritual típico de uma comunidade ou cultura é apresentado para turistas vindos de outros locais para fins comerciais, (des/) reestruturando-se e perdendo seu valor ritualístico).

Nesta pesquisa, trabalhamos com um localismo globalizado em especial: o do uso da língua inglesa como *língua franca*. Para Ortiz (2006, p. 27), o que temos

---

<sup>6</sup> um conjunto de trocas desiguais pelas quais certos mecanismos, condições, entidades ou identidades locais estendem sua influência para além das fronteiras locais ou nacionais e, ao fazê-lo, desenvolvem a habilidade de designar como local outro mecanismo, condição, entidade ou identidade.

<sup>7</sup> Todas as traduções do inglês e do francês para o português são nossas, exceto no caso de haverem sido publicadas em língua portuguesa, quando será explicitado por nota.

presenciado é a passagem do inglês de uma posição de língua estrangeira para uma posição naturalizada, funcionando como a língua autóctone ao mundo globalizado:

Com o advento da globalização interessa saber se o inglês tem apenas este atributo, ou deve ser compreendido de outra maneira, pois seu lugar, sua posição, é inteiramente redefinida. Eu diria que no contexto da globalização ele deixa de ser estrangeiro, algo que se impõe de fora, para constituir-se num idioma interno, autóctone à condição da modernidade-mundo (ORTIZ, 2006, p. 27).

A contribuição do autor aponta o caráter de naturalidade que a língua inglesa passa a gozar enquanto *língua franca*, posição que contribui para sua aparente neutralidade, donde seria possível inferir que, sendo a língua de todos, não é a língua de ninguém. É precisamente nesse ponto que observamos a falácia discutida por Santos (2006): a integração por uma mesma língua faria crer que não há diferenças entre uma posição central e outras periféricas. A língua inglesa, vale ressaltar, é a língua oficial de países que ocupam posição hegemônica no cenário mundial, e seu status de *língua franca* não se deu de forma aleatória, mas, sim, por motivações de ordem política e econômica. Assim, o que esse exemplo demonstra é a heterogeneidade que constitui a noção de globalização e que é apagada pelo funcionamento metonímico que lhe é próprio, no qual uma posição – central – é tomada como a única, como se representasse todas as outras. Longe de ser fruto do acaso, o localismo globalizado diz respeito a uma posição que, no embate com outras, obteve o êxito e, assim, passou a gozar de valorização e reconhecimento, características que lhe legitimam a ditar os termos do jogo:

In this mode of production what is globalized is the winner of a struggle for the appropriation of valorization of resources or for the hegemonic recognition of a given cultural, racial, sexual, ethnic, religious, or regional

differences. This victory translates into the capacity to dictate the terms of integration, competition and inclusion<sup>8</sup>. (SANTOS, 2006, p. 396-397).

No âmbito da ciência, o uso da língua inglesa para disseminar os resultados de pesquisas passa a ser visto como um pressuposto na comunicação científica. Entretanto, no caso de pesquisadores multilíngues, muito se tem discutido a respeito das relações desiguais circunscritas no cenário global da produção de conhecimento. Trata-se de uma associação estabelecida entre riqueza nacional e a produtividade científica, em que países com maiores recursos financeiros ocupam o centro da produção de conhecimento, enquanto aqueles com menores incentivos à pesquisa, permanecem em posição periférica.

A dicotomia “centro-periferia”<sup>9</sup> ocupa significativo espaço no área de investigação de *EAP - English for Academic Purposes* [inglês para propósitos acadêmicos] (CANAGARAJAH, 1996; FLOWERDEW, 2001, FERGUSON, 2007, HAMEL, 2007; BOCANEGRA-VALLE, 2014), colocando em discussão a relação entre disparidades entre países e o contexto de publicações acadêmicas, conforme observa Salager-Meyer (2008, p. 122):

A small but important part of the world’s inequities manifests itself in the field of scientific publishing, where the bulk of what is published in widely read peer-reviewed scientific journals is authored by writers associated with institutions in industrialized countries<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Nesse modo de produção, o que é globalizado é o vencedor de uma luta pela apropriação da valorização de recursos ou do reconhecimento de diferenças hegemônicas culturais, raciais, étnicas, sexuais, religiosas ou regionais. Essa vitória é traduzida na capacidade de ditar os termos de integração, competição e inclusão.

<sup>9</sup> A polarização “centro” e “periferia” vem sendo questionada por vertentes como a teoria do sistema-mundo (*World-System Theory*) devido a inconsistências para explicar fenômenos em países que não são classificados nem como centrais, nem como periféricos. É o caso de países europeus que integram o chamado PIGS – Portugal, Itália, Grécia e Espanha, conforme aponta Bennett (2014). Esses países, denominados *semi-periféricos*, possuem, ainda, a particularidade de atuarem como mediadores entre países centrais e periféricos, como é o caso de Portugal e Espanha com suas ex-colônias.

<sup>10</sup> Uma pequena, porém, significativa, parte das inequidades mundiais manifesta-se no campo das publicações científicas, em que a maior parte do que é publicado em periódicos amplamente lidos e avaliados por pares é de autoria de escritores associados a instituições de países industrializados.

Ao investigar a questão da circulação internacional da produção acadêmico-científica na Turquia, Susam-Saraeva (2002) observa as desvantagens dos pesquisadores turcos em disseminar sua produção intelectual internacionalmente. Entre os diferentes fatores que justificam sua afirmação, destaca a questão linguística, relacionada à produção de textos em inglês ou à submissão à tradução. A autora explica que, para que um artigo seja considerado como aceitável por um periódico reconhecido, é necessário que cumpra certas etapas, tais como a descrição do estado da arte e o uso de modelos teóricos já legitimados, criados por pesquisadores não periféricos. Desse modo, enquanto o centro produz os modelos, afirma a autora, a periferia apenas produz dados que colocam esses modelos em movimento.

De acordo com Li (2014), situação análoga ocorre entre pesquisadores chineses, que cada vez mais recorrem à língua inglesa como meio de divulgar seus trabalhos e angariar possibilidades de integrar o mercado de publicação norte-americano. No que se refere ao uso do idioma estrangeiro, a autora observa, por meio de entrevistas com acadêmicos chineses, a recorrência a serviços de revisão e tradução de profissionais especializados. Ainda que a grande maioria entre os pesquisadores entrevistados se defina como proficiente em inglês, eles afirmam haver dificuldades substanciais na escrita de artigo em inglês, que ultrapassam o conhecimento propriamente linguístico.

Com efeito, a escrita de um artigo acadêmico exige mais do que a proficiência na língua em que se escreve, uma vez que, como se sabe, há regras padronizadas para que um texto seja aceito como pertencente a um determinado gênero. Tais regras podem variar em maior ou menor grau de acordo com cada comunidade falante. Para Hyland (2016), essas regras implicam um tipo de *Letramento Acadêmico*, uma habilidade que é formalmente adquirida, isto é, uma prática que

requer instruções formais e, que, portanto, nem todo falante nativo de inglês possui. Esse bilinguismo acadêmico, necessário para publicar de maneira satisfatória em inglês, depende, segundo o autor, de experiência e não de conhecimento nativo da língua:

Many literate and well-educated NESs lack the necessary know-how and experience to produce publishable papers while countless EAL scholars, benefiting from the experience gained from EAP courses and years of doctoral apprenticeship, find themselves more ‘academically bilingual’<sup>11</sup>. (HYLAND, 2016, p. 61-62).

A transição de um mesmo gênero discursivo envolve diferenças significativas e possíveis incongruências, segundo Magalhães (2000), advindas do fato de que um gênero discursivo guarda relações com aspectos de natureza sociocultural e histórica que variam de uma língua/cultura para outra.

Bennett (2007), ao analisar traduções do português europeu para o inglês em artigos acadêmicos, evidencia a natureza diversa que caracteriza os discursos acadêmicos anglófono e o lusófono. Assim, enquanto o anglófono possui estrutura positivista, na qual a prosa é econômica e precisa, prezando-se argumentos racionais justificados por evidências, o lusófono apresenta estilo elaborado e adornado, com vocabulário rico e grande número de figuras de linguagem, típicos da tradição neorromântica. Consequentemente, tais diferenças não pertencem apenas à ordem estilística, mas a diferentes orientações epistemológicas. Devido, portanto, a tais diferenças na forma de produzir conhecimento, a eleição de um padrão previamente estabelecido pode representar uma ameaça à diversidade, conforme aponta a autora:

---

<sup>11</sup> Muitos falantes nativos de inglês, bem-educados e literatos, não possuem a experiência e *know-how* necessários para produzir trabalhos publicáveis, ao passo que inúmeros pesquisadores, aprendizes de inglês como língua adicional, por beneficiarem-se da experiência adquirida em cursos de inglês para fins acadêmicos e da aprendizagem durante o doutorado, encontram-se mais “academicamente bilíngues”.

Lured by the prospect of an international readership and the prestige that comes from publishing abroad, the authors of these articles have voluntarily agreed to collaborate with the hegemonic power in repackaging their culture for foreign consumption. In doing so, they are unwittingly silencing their own collective voice. That is the real tragedy of epistemicide<sup>12</sup>. (BENNET, 2007, p. 166).

Há, ainda, fatores de outras naturezas, que podem ser vistos como obstáculos encontrados por pesquisadores multilíngues em ter manuscritos aceitos em periódicos internacionais de ampla visibilidade. Canagarajah (2010) aponta a existência de elementos que impactam negativamente a apreciação de um manuscrito quando enviado a um periódico internacional, como o uso de literatura de referência ultrapassada – fato que pode estar ligado à escassez de acesso a recursos das instituições da periferia; o estilo de escrita que se distancia da estrutura *IMRD - Introduction, Methods, Results and Discussion* [Introdução, Método, Resultados e Discussão] e do modo de apresentação *CARS - Create A Research Space* [Crie um Espaço de Pesquisa], que demonstra a lacuna que se pretende preencher com a pesquisa, estratégia usada para justificar a sua relevância, ambos já consolidados na escrita acadêmica de tradição anglófona. Além disso, aponta, ainda, a dificuldade que alguns autores possuem em demonstrar a relevância global da pesquisa, que poderia resultar em uma investigação demasiado localizada (FLOWERDEW, 2001).

Cabe ressaltar também as questões de ordem institucional de pesquisa, como, por exemplo, conforme cita Bennett (2014), as diferentes formas de compreender a propriedade intelectual, que culminam em diferentes concepções sobre o que constituiria plágio.

---

<sup>12</sup> Seduzidos pela potencial audiência internacional e pelo prestígio de publicar no exterior, os autores desses artigos concordam voluntariamente em colaborar com o poder hegemônico ao remodelar sua cultura para consumo estrangeiro. Ao fazer isso, eles involuntariamente silenciam sua voz coletiva. Essa é a real tragédia do epistemicídio.



Diante disso, observamos que essas disparidades presentes no cenário da circulação internacional da produção acadêmico-científica, em especial em práticas de publicações de pesquisas, espelham desigualdades de natureza socioeconômica entre os diferentes países. Considerando, portanto, os desafios implicados na tarefa de publicar em inglês, caberia questionar por quais motivos é crescente o número de pesquisadores multilíngues a publicar em inglês? E, ainda, motivados por que razões esses acadêmicos optam por publicar mais em inglês e cada vez menos em suas línguas locais?

Um primeiro ponto que precisa ser considerado é a importância atribuída à visibilidade. Salager-Meyer (2008) refere-se à visibilidade como uma questão de sobrevivência no contexto de produção do conhecimento. Dela depende o acesso de leitores e as potenciais citações, cruciais nas métricas utilizadas para se aferir o *fator de impacto* de um trabalho, o qual, segundo a autora se tornou “*the currency of science*” [moeda da ciência] no atual panorama da produção de conhecimento.

Nesse sentido, a língua representaria uma barreira, conforme explicam Stolerman e Stenius (2008), por inviabilizar a indexação dos artigos às plataformas de amplo acesso, e, ainda, devido ao preconceito sobre publicações em línguas locais, como se possuíssem um valor menor quando comparadas àquelas em inglês. As pesquisas não disseminadas em inglês são tomadas como se possuíssem natureza derivativa e de baixa qualidade. Como consequência disso, muitas pesquisas em línguas locais podem acabar sendo ignoradas, caindo no que Ferguson (2007) denomina como o domínio da *Lost Science* [ciência perdida].

Com a finalidade de ilustrar tal relação entre visibilidade e língua de circulação, citamos o caso de um artigo publicado recentemente (setembro de 2017) na revista *Pesquisa FAPESP* de divulgação científica. O artigo apresenta a descoberta de uma localidade no estado do Mato Grosso, onde haveria indícios da presença do homem há 27 mil anos, divulgada por uma equipe de arqueólogos. Ao

ler o texto, observamos que a descoberta já havia sido publicada anteriormente, mas não havia recebido atenção por não ter sido publicada em inglês:

Uma síntese dos achados de duas décadas e dos estudos posteriores feitos com material obtido no abrigo Santa Elina, nome do sítio paleoarqueológico, ganhou as páginas da edição de agosto da revista científica *Antiquity*. **As informações do artigo já tinham sido apresentadas em textos e até em livros escritos em português ou francês, mas não em inglês, e em uma revista internacional de peso da arqueologia** (PIVETTA, 2017, s/p. Grifo nosso).

O excerto demonstra o valor que a pesquisa adquire quando passa a ser disseminada em inglês no que se denomina uma *revista internacional de peso*, momento em que passa efetivamente a ser reconhecida pela comunidade científica da área. Assim, a língua na qual um artigo é disseminado pode representar um obstáculo à circulação e pode também contribuir na manutenção do que Stolerman e Stenius (2008, p.2) chamam *provincialismo institucional*.

Além da questão da visibilidade, há ainda motivações relacionadas ao âmbito institucional que assumem um importante papel, regulando as decisões dos pesquisadores sobre onde e em qual língua publicar. Trata-se do que Curry e Lillis (2004) denominam como *sistemas de recompensa*, formais e informais de atividades de publicações e que impactam diretamente a carreira do pesquisador na instituição à qual é filiado:

Scholars who are working outside of English-dominant contexts seem to be under increasing pressure to publish in the medium of English, and such pressure is sustained through rewards systems that directly and indirectly place a high premium on English-medium publications. The material rewards for English publications include basic salary and bonuses, opportunities for promotion, and support for future research<sup>13</sup>. (CURRY, LILLIS, 2004, p. 680-681)

---

<sup>13</sup> Acadêmicos que trabalham fora de contextos de dominante inglês parecem estar sob crescente pressão para publicar em veículos em inglês, e essa pressão é sustentada por sistemas de recompensas que, de forma direta ou indireta,

Desse modo, publicar em inglês, além de cumprir propósitos externos, como busca por colaborações interinstitucionais no exterior e abertura das pesquisas com o fim de reduzir perspectivas endógenas de investigação, cumpre também propósitos internos, identificados na forma de indicadores usados para mensurar a produtividade dos pesquisadores, elementos fundamentais para se conseguir as *recompensas* descritas por Curry e Lillis (2004), ou seja, fomento para projetos de pesquisas, promoções e outros benefícios na carreira acadêmica.

Mesmo em países com mais de uma língua oficial, em que duas ou mais línguas ocupam posições equânimes, podemos observar que as publicações em inglês se destacam pelo valor que adquirem nos sistemas institucionais. No contexto escandinavo, por exemplo, a declaração de política linguística nórdica<sup>14</sup> (2007) representou um marco na busca pela promoção de práticas multilíngues de disseminação acadêmico-científica, colocando os pesquisadores locais em posição de liberdade para decidirem em qual língua preferem publicar seus trabalhos. Entretanto, como demonstra pesquisa realizada por McGrath (2014) com acadêmicos suecos de três diferentes áreas do conhecimento, embora reconheçam a importância de se publicar na língua local, permanecem escrevendo em inglês quando se trata de textos endereçados à comunidade acadêmica. No contexto bilíngue do Canadá, o inglês é muitas vezes escolhido em detrimento do francês por representar uma maior garantia de retorno do investimento feito pelo pesquisador:

While the structures of knowledge dissemination allow opportunities for publishing and presenting in French, the risk for choosing French in a predominately English market is a lower return on investment of time and

---

conferem uma alta valoração para publicações em veículos em inglês. A recompensa material para publicações em inglês inclui salário base e bônus, oportunidades de promoção e apoio para futuras pesquisas.

<sup>14</sup> Disponível em: <[https://www.stjornarradid.is/media/menntamalaraduneyti-media/media/ritogskyrslur/reykjavik\\_report-2007\\_enic-narie\\_16jan08.pdf](https://www.stjornarradid.is/media/menntamalaraduneyti-media/media/ritogskyrslur/reykjavik_report-2007_enic-narie_16jan08.pdf)>. Acesso em 20 ago. 2018.

resources in terms of visibility, impact, and status as per indicators such as citation statistics, presentation attendance, and impact factors<sup>15</sup>. (GENTIL e SÉROR, 2014, p. 21)

Desse modo, o uso do inglês para comunicação acadêmico-científica, especialmente no que se refere à disseminação por meio de publicações de artigos, parece já consolidada, impactando as práticas de pesquisadores de contextos multilíngues, inclusive no cenário brasileiro. A seguir, atentamos para as medidas tomadas em contexto local, abordando ações propostas em 2011 por parte do Governo Federal e de Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, cujo intuito foi intensificar a visibilidade da produção local no cenário mundial da produção científica.

## 1.2 O DEBATE SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO NO CENÁRIO CIENTÍFICO BRASILEIRO

Falar em internacionalizar a ciência toca numa questão que pode perturbar o “universo logicamente estabilizado” (PÊCHEUX, 2012, p. 22) em que se sustenta o conhecimento científico e de que decorrem os efeitos de neutralidade, universalidade e objetividade que funcionam para a legitimação de seu valor de verdade.

Se, por um lado, a necessidade de internacionalizar a ciência aponta para sua não universalidade, por outro, ela poderia ser justificada como o meio para sua redenção, ou seja, uma forma de desfazer os efeitos da multiplicidade – geográfica, linguística, cultural – em nome de um ideal comum que estaria acima de qualquer diferença, isto é, o conhecimento da verdade. Desse modo, a opacidade do termo

---

<sup>15</sup> Ainda que as estruturas de disseminação de conhecimento permitam oportunidades para publicar e apresentar em francês, o risco de se escolher o francês em um mercado que o inglês predomina é o baixo retorno dos investimentos de tempo e recursos, em termos de visibilidade, impacto e status no que se refere a indicadores como estatísticas de citações, audiência em apresentações e fatores de impacto.

*internacionalização* guarda significativas semelhanças com o que foi discutido anteriormente acerca do processo de globalização, ou seja: seus efeitos de sentido se desdobram e permanecem em tensão.

No cenário mundial, a discussão sobre medidas que fomentem o diálogo entre instituições acadêmicas de diferentes países não é recente. Em setembro de 1988, mais de trezentos reitores de universidades de países como a Itália, Alemanha, França e Reino Unido, reunidos por ocasião do IX Centenário da Universidade de Bolonha, assinaram um documento, a *Magna Charta Universitatum*, comprometendo-se com quatro princípios para tornar as universidades por eles representadas aptas ao que identificaram como os desafios do mundo contemporâneo, sobretudo, no que diz respeito ao aumento do fluxo de pessoas e do intercâmbio de conhecimento entre os países europeus. Sustentando-se na premissa de que a universidade possui papel crucial para o desenvolvimento cultural, científico e técnico da humanidade, um dos seus princípios faz menção à universalidade do conhecimento e à sua transcendência sobre aspectos geográficos ou políticos:

A university is a trustee of the European humanist tradition; its constant care is to attain universal knowledge; to fulfill its vocation it transcends geographical and political frontiers, and affirms the vital need for different cultures to know and influence each other<sup>16</sup>. (*Magna Charta Universitatum*, 1998, s/p)

Em 1999, a Declaração de Bolonha<sup>17</sup>, é assinada por Ministros da Educação de 29 países. Com o objetivo de aumentar a competitividade no sistema europeu de

---

<sup>16</sup> Uma universidade é uma herança da tradição humanista europeia; sua constante busca é obter conhecimento universal; para cumprir sua vocação, ela transcende fronteiras geográficas e políticas e afirma a importância vital de que diferentes culturas se conheçam e influenciem umas às outras.

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-não-Inseridos-nas-Deliberações-da-ONU/declaracao-de-bolonha-1999.html>> Acesso em: 20 ago. 2018.

ensino superior, o documento apresenta medidas concretas a serem aplicadas nas universidades europeias, entre os quais se destacam: o estabelecimento de um sistema com graus acadêmicos equivalentes e um sistema de créditos que torne mais fácil a mobilidade acadêmica, altamente desejável entre os países do continente europeu. Além disso, o documento faz menção à cooperação interinstitucional, programas integrados de estudo, estágio e investigação.

No caso do Brasil, foi a partir de 2011 que esse debate ganhou força e passou a integrar a *ordem do dia* nas pautas de órgãos governamentais – nominalmente Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior (CAPES) – e de Instituições de Ensino Superior (IES) por todo o país. Medidas como estimular o intercâmbio entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros por meio de ações de cooperação, aumentar a interação com instituições do exterior através de mobilidade acadêmica e intensificar a divulgação de resultados de pesquisas locais para além das fronteiras nacionais foram colocadas como objetivos do que ficou conhecido como *processo de internacionalização da produção de conhecimento* no Brasil.

Com ações focadas em dois grandes eixos – mobilidade acadêmica e disseminação da produção científica em contexto mundial –, o processo de internacionalização da pesquisa brasileira vem causando impacto no cotidiano de pesquisadores membros de IES, que precisam adequar-se às medidas exigidas em um curto espaço de tempo. A seguir, descrevemos os dois eixos mencionados.

### 1.2.1 O Primeiro Eixo: Mobilidade Acadêmica

Uma das medidas de maior impacto nas ações visando à internacionalização da produção do conhecimento no Brasil foi a criação de um programa de mobilidade acadêmica pelo MEC, denominado programa *Ciência Sem Fronteiras* (doravante CsF), que se propôs a oferecer mais de cem mil bolsas de estudos para alunos e pesquisadores vinculados às IES públicas e privadas do país. Desse total de bolsas, setenta e cinco mil foram patrocinadas pelo Governo Federal, por intermédio do MEC, enquanto as outras vinte e seis mil foram oferecidas pela iniciativa privada. Além dos custos relativos à mensalidade e demais taxas cobradas pelas universidades do exterior, os beneficiários do CsF contavam também com uma quantia mensal para despesas de moradia e alimentação, que variava de acordo com o país no qual ocorria a mobilidade acadêmica. A duração da bolsa era de em média doze meses, podendo chegar a dezoito, nos casos em que o aluno ou pesquisador estivesse realizando cursos de língua estrangeira no país no qual estudava. Entre as modalidades que fizeram parte do programa, a que recebeu maior investimento foi a de graduação-sanduíche no exterior, que foi contemplada com mais de 70% das bolsas<sup>18</sup>. Grieco (2015) aponta a prioridade dada aos alunos de nível de graduação como uma das maiores inovações do programa, considerando tal fato como um diferencial, uma vez que, até então, iniciativas de mobilidade acadêmica contemplavam majoritariamente o nível de pós-graduação.

Os objetivos propostos pelo programa, conforme explicitado em sua página na internet, abrangem quatro pontos principais:

---

<sup>18</sup> Painel de Controle do Programa Ciência Sem Fronteiras. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

(1) Investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento; (2) Aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior; (3) Promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros; (4) Ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas.<sup>19</sup>

Como é possível observar, os objetivos do programa parecem enfocar duas áreas principais: a formação de estudantes e pesquisadores em termos de aquisição de *competências e habilidades* por meio de sua presença em universidades do exterior, referidas como *instituições de excelência*; e a abertura de oportunidades no Brasil para atrair pesquisadores estrangeiros. Interessa-nos aqui especialmente a designação *instituições de excelência* usada em referência às universidades que recebem os alunos e pesquisadores. Ela coloca em evidência o cenário desigual da produção de conhecimento, já discutido neste capítulo.

No que concerne ao segundo aspecto mencionado nos objetivos, isto é, a atração de pesquisadores internacionais para nossas universidades, não há maiores informações disponíveis na página do programa na internet acerca do papel que terão para contribuir com o objetivo mais amplo, que é o de promover o avanço e desenvolvimento do país. Assim, enquanto o que se espera dos pesquisadores brasileiros ao realizar a mobilidade parece estar claro – “desenvolver competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento” –, a questão que justifica a atração dos pesquisadores estrangeiros carece de detalhes.

Com relação às instituições de excelência, nas quais o governo propõe o investimento para a formação de pessoal, segundo informações disponíveis na página do programa, são descritas como as “melhores instituições e grupos de

---

<sup>19</sup> Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/objetivos>>. Acesso em: 20 abr. 2017.



pesquisa disponíveis, prioritariamente entre os mais bem conceituados para cada grande área do conhecimento de acordo com os principais rankings internacionais”.

Inicialmente, a parceria institucional foi estabelecida com seis países – Estados Unidos, França, Alemanha, Reino Unido, Portugal e Canadá – e, posteriormente, outros países passaram a integrar a lista, tais como Austrália, Itália, Espanha, Irlanda etc. Contudo, os destinos que mais receberam estudantes e pesquisadores brasileiros foram os Estados Unidos, em primeiro lugar (27,8%), o Reino Unido (10,7%), em segundo, e o Canadá, em terceiro (7,3%)<sup>20</sup>. Esses três países têm em comum, entre outras coisas, a língua inglesa ocupando a posição de língua oficial, o que corrobora o destaque do mundo anglófono no panorama científico global.

Outro aspecto digno de destaque sobre o programa é a divisão das áreas do conhecimento, separadas entre as chamadas *áreas prioritárias*, contempladas com bolsas, e *não prioritárias*, excluídas de participar do programa. Dezoito linhas de pesquisa<sup>21</sup> compõem a lista dessas áreas contempladas, todas elas pertencentes ao chamado campo *S.T.E.M. Science, Technology, Engineering and Math* [Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática], isto é, são áreas voltadas para tecnologia e inovação. A exclusão das Ciências Humanas e Sociais foi alvo de críticas, colocando em questão não apenas a tendência mercadológica assumida pelo programa, mas a própria compreensão de ciência que sustenta o empreendimento.

---

<sup>20</sup> Painel de Controle do Programa Ciência sem Fronteiras. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

<sup>21</sup> São elas: (1) Engenharias e demais áreas tecnológicas; (2) Ciências Exatas e da Terra; (3) Biologia, (4) Ciências Biomédicas e da Saúde; (5) Computação e Tecnologias da Informação; (6) Tecnologia Aeroespacial; (7) Fármacos; (8) Produção Agrícola Sustentável; (9) Petróleo, Gás e Carvão Mineral; (10) Energias Renováveis; (11) Tecnologia Mineral; (12) Biotecnologia; (13) Nanotecnologia e Novos Materiais; (14) Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; (15) Biodiversidade e Bioprospecção; (16) Ciências do Mar; (17) Indústria Criativa (voltada a produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação; (18) Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; Formação de Tecnólogos. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/areas-contempladas>. Acesso em: 16 março 2018.

O programa foi alvo de críticas, ainda, quanto à falta de critérios para selecionar os estudantes participantes. Para autores como Lira e Balmant (2014), o programa poderia ter demonstrado melhores resultados se os alunos estivessem mais preparados para a experiência na instituição de destino. Uma série de reportagens veiculada por um blog na internet em 2014, intitulado *Ciência com fronteiras: os entraves à internacionalização da graduação do país*, publicou uma sequência de artigos ressaltando as falhas do programa<sup>22</sup>.

A baixa proficiência em língua estrangeira é um dos pontos recorrentes ao se falar da ineficiência dos resultados atingidos pelo CsF. Finardi e Rojo (2015), ao analisarem a relação entre internacionalização e línguas estrangeiras no contexto de duas IES – uma pública e outra privada –, apontam a falta de proficiência linguística em inglês como um dos maiores desafios encontrados nesse contexto.

Para compreender o baixo nível de proficiência em língua estrangeira dos acadêmicos de graduação participantes do CsF, é necessário observar as condições de ensino-aprendizagem dessas línguas em ambiente escolar. Em outro trabalho (PASSINI, 2011), discutimos problemas que envolvem o ensino de língua inglesa em contexto escolar. Elementos como carga horária reduzida, grande número de alunos nas salas de aula, falta de proficiência linguística dos professores, carência de recursos financeiros, entre outros, representam algumas das causas relacionadas ao insucesso do ensino e da aprendizagem dessas línguas no espaço escolar. Diante disso, a proficiência satisfatória nas habilidades de compreensão e produção oral e escrita, para uma experiência de mobilidade acadêmica dificilmente será alcançada com aulas regulares em ambiente escolar e exigirá, na grande maioria dos casos, dedicação em tempo extra com cursos livres de línguas. Trata-se, portanto, de uma questão que demanda tempo e, também, recursos financeiros, cenário que acaba por

---

<sup>22</sup> Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2014-06-10/ciencia-com-fronteiras-os-entraves-a-internacionalizacao-da-graduacao-do-pais.html>>. Acesso em: 04 maio 2017.

delinear uma divisão entre aqueles que podem pagar um curso de língua e os que não podem. Ainda que os exames de seleção para a entrada nas universidades funcionem como uma maneira de testar os conhecimentos dos alunos em uma língua estrangeira, não é possível presumir que todos os alunos que ingressam em cursos de graduação das universidades brasileiras sejam efetivamente proficientes em uma língua estrangeira.

No caso da pós-graduação, por outro lado, o conhecimento de um idioma estrangeiro no mestrado e dois no doutorado costuma constituir uma exigência, se não para o ingresso, para a obtenção do título, em programas das IES do país. As avaliações nas quais são testadas a proficiência linguística do discente costumam focar a habilidade de leitura de textos acadêmicos nas diferentes áreas do conhecimento, apresentando um ou mais textos na língua estrangeira, seguidos de questões de ordem interpretativa em língua portuguesa, que devem ser respondidas também em português. Desse modo, o que essas avaliações testam nos alunos de programa de pós-graduação é o chamado conhecimento *instrumental* do idioma: a capacidade de compreender o que está sendo lido na língua estrangeira, mas não necessariamente as habilidades de escrita ou fala naquela língua.

Esse ponto ganha relevo na discussão acerca do aumento da disseminação de artigos científicos em inglês, pois, a baixa proficiência no idioma acaba por refletir em maiores dificuldades para se produzir textos diretamente em inglês. Como mencionamos, a escrita de um artigo exige, além de um nível satisfatório de conhecimento da língua, o reconhecimento das regras do gênero acadêmico naquele idioma, o que depende, como ressalta Hyland (2016), de aprendizagem formal e treino. Assim, é possível observar uma lacuna na formação dos pesquisadores, que afeta diretamente as práticas internacionais de publicação.

Passamos agora à discussão do segundo eixo fundamental do processo de internacionalização da produção de conhecimento, que é o da disseminação de

resultados de pesquisas por meio de publicações em periódicos e revistas domésticos.

### **1.2.2 O Segundo Eixo: Internacionalização de periódicos acadêmicos**

Como discutimos, as publicações acadêmicas possuem um papel fundamental não apenas para o desenvolvimento das ciências como um todo, mas, também pelo valor que adquirem nos sistemas avaliativos da maioria das IES, funcionando como uma forma de mensurar o impacto de uma pesquisa e, por extensão, também a qualidade dos trabalhos dos pesquisadores. Nesse sentido, a importância das publicações acadêmicas congrega aspectos individuais – do pesquisador – e aspectos coletivos, de âmbito institucional, conforme ressalta Hyland (2016, p.58): “it is through publication that knowledge is constructed, academics are evaluated, universities are funded, and careers are built. (...). Publication is where individual reputations and institutional funding coincide<sup>23</sup>”.

Fiorin (2007) ratifica esse papel crucial das publicações e enfatiza a relevância de não as limitar ao contexto nacional, mas de buscar aumentar sua inserção global como forma de assegurar o mérito de pesquisas. O autor considera que, ao permanecerem limitadas ao público brasileiro e voltadas apenas para questões de interesse local, nossas pesquisas estariam fadadas ao isolamento, relegadas ao ostracismo científico.

Desse modo, integrar a comunidade científica global significaria não apenas receber o conhecimento produzido alhures, mas também com ele contribuir, publicando em periódicos que atingissem um público leitor mais amplo e não apenas os leitores locais. Como sabemos, a abrangência dos veículos de publicação, mais

---

<sup>23</sup> É por meio das publicações que o conhecimento é construído, que acadêmicos são avaliados, universidades recebem fundos e carreiras são construídas. Publicações são onde as reputações individuais e os fundos institucionais coincidem.

especificamente, os periódicos ou revistas acadêmicas, pode ocorrer de forma regional, nacional ou internacional.

Assim, ter um artigo publicado em um periódico internacional representaria a possibilidade de ser lido por um grande público, de diversas origens. Vale lembrar que os critérios para designar um periódico como internacional não são alvo de consenso entre os membros da comunidade científica, podendo variar de acordo com as instituições e departamentos. Assim, o termo *internacional* pode estar designando periódicos cuja língua oficial é o inglês, ou, ainda, dizer respeito a periódicos cujo comitê editorial inclui membros afiliados a diversos países (CURRY, LILLIS, 2004).

No que diz respeito à categorização de periódicos e revistas, a pesquisa desenvolvida por Petrič (2014) aponta para cinco diferentes categorias no contexto de publicação: (1) periódico internacional publicado em território local; (2) periódico nacional de importância internacional; (3) periódico nacional de liderança; (4) periódico de importância nacional; e (5) periódico acadêmico. Todos são regularmente avaliados e, de acordo com as posições que atingem nos *rankings* recebem maiores ou menores investimentos, conforme explicita a autora:

The rankings have implications for funding and other benefits. Needless to say, journals in the first two categories must use English in order to be able to reach an international readership, although, technically, English is not a prerequisite for a journal to be included in the SCI list<sup>24</sup> (PETRIČ, 2014, p. 193).

Um critério de que se pode lançar mão para que um periódico seja considerado internacional, segundo Vessuri *et al.* (2013), são indicadores, tais como a base de

---

<sup>24</sup> Os rankings têm consequências sobre investimentos e outros benefícios. Não é preciso dizer que os periódicos nas duas primeiras categorias devem usar inglês a fim de atingirem um público-leitor internacional, embora, tecnicamente, inglês não seja um pré-requisito para que um periódico seja incluído na lista do SCI.

dados pela qual são veiculados (sua indexação), entre as quais se destacam a *Science Citation Index* (SCI) e *Web of Science* (WoS), ambas compiladas pelo *Institute for Scientific Information* (ISI). Por meio do funcionamento dessas bases, é possível mensurar o quanto um artigo foi acessado, mas também o número de vezes que foi citado, o que poderia indicar sua força epistemológica e, portanto, sua qualidade. Para esses autores, contudo, é preciso ter cautela ao se analisar a forma como a qualidade é concebida por meio desses indicadores, já que há interesses econômicos envolvidos:

Scientific quality has been linked to journal rankings, a move that has effectively left evaluation in the hands of an international oligarchy made up of publishers and large scientific societies. The tools used to rank journals are in the hands of private companies: Thomson-Reuters owns the Web of Science, Reed-Elsevier owns SCOPUS and Google owns Google Scholar<sup>25</sup>. (VESSURI et al., 2013, s/p).

Ainda segundo os autores, a visibilidade esperada ao se publicar em veículos reconhecidos como os citados não indicaria, portanto, o alcance para *toda* a comunidade científica, mas, para uma comunidade central, formada, em sua maioria, por representantes dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que representam os maiores PIBs mundiais. Trata-se, mais uma vez, de um funcionamento metonímico, no qual uma parte do centro, composta pelos chamados *Core Journals* [Periódicos de base], representam o *todo*, que equivaleria à ciência mundial, desconsiderando as regiões periféricas que integram a comunidade científica. *Ser visto* significa, portanto, *ser visto pelo público certo*: “(...) to be seen really means being seen by the right crowd; i.e. the ‘core’ set of

---

<sup>25</sup> A qualidade científica vem sendo relacionada aos *rankings* de periódicos, ação que efetivamente deixou a avaliação nas mãos de uma oligarquia internacional composta por editoras e grandes sociedades científicas. Os instrumentos usados para estabelecer o *ranking* estão nas mãos de companhias privadas: Thompson-Reuters é dona da Web of Science, Reed-Elsevier, do SCOPUS e Google, do Google Acadêmico.

journals. This crowd claims to incarnate not only the best, but also the significant part of world Science; so being seen in it appears equivalent to joining ‘World Science’<sup>26</sup> (VESSURI et al, 2013, s/p).

De forma análoga, Lillis e Curry (2010) destacam as relações de poder presentes no âmbito das publicações e defendem que o que é tomado como “global” é, na verdade, um sinônimo do centro anglófono, mais especificamente, do poder estadunidense. Para as autoras, a posição dos Estados Unidos destaca-se pelo papel de *gatekeeping*<sup>27</sup>, capaz de selecionar quais saberes são relevantes e devem integrar o que se entende como conhecimento global, publicado em periódicos de grande *status*:

In contrast to the “global” as an imagined universal community of scholars wishing to share their best research and understandings, “global” and its proxy in academic publishing, “international”, become almost synonymous with the Anglophone centre, the prototype being the United States. The United States, through its considerable material resources, the large number of US-based high status journals and its key location in relation to knowledge evaluation (through powerful institutions such as ISI), has considerable power in gatekeeping what counts as contribution to universal knowledge<sup>28</sup>. (LILLIS, CURRY, 2010, p. 137).

Assim, a esfera das publicações internacionais não pode ser pensada como separada de relações de forças, determinadas também por interesses econômicos. Além disso, há ainda outros fatores que influenciam nas práticas de seleção de

---

<sup>26</sup> (...) ser visto significa, na verdade, ser visto pelo público certo, isto é, pelo conjunto central de periódicos. Esse público afirma representar não apenas os melhores, mas também o centro da ciência mundial; desse modo, ser visto por meio deles aparentemente equivaleria a integrar a Ciência Mundial.

<sup>27</sup> Espécie de mediação e controle que envolve uma operação de seleção, definindo o que deve ser incluído e o que deve ficar de fora.

<sup>28</sup> Diferentemente de “global” como uma comunidade universal imaginária de acadêmicos que desejam compartilhar suas melhores pesquisas e entendimentos, “global” e sua representação em publicações acadêmicas, “internacional” torna-se quase sinônimo do centro anglófono e seu protótipo são os Estados Unidos. Os Estados Unidos, por meio de consideráveis recursos materiais, do grande número de periódicos de alto status que sediam, bem como da posição-chave que ocupam em relação a avaliações de conhecimento (através de instituições poderosas, como a ISI), possuem um poder considerável no controle do que constitui contribuição para o conhecimento universal.

artigos que passam a integrar periódicos centrais. Trata-se de atividades de intervenção por outros que não os autores, tais como: editores, avaliadores, revisores e tradutores<sup>29</sup>. Esses *literacy brokers* [agentes de letramento] (LILLIS, CURRY, 2006; 2010), podem intervir tanto no âmbito linguístico – sugerindo alterações no nível sintático e lexical – quanto no aspecto acadêmico propriamente dito, propondo diferentes enfoques e, até mesmo, modificações de ordem epistemológica da pesquisa. Tais intervenções merecem atenção devido à grande influência que desempenham no que é publicado, por quem, onde e como. Nas palavras de Lillis e Curry (2010, p. 88):

In many instances ‘literacy brokers’ occupy a powerful position straddling the ‘boundaries and peripheries’ between communities and groupings and a focus on literacy brokering signals the economic and power dimensions to text intervention and their consequence in academic marketplace<sup>30</sup>.

Assim, as publicações em periódicos possuem papel preponderante como forma de disseminação da produção de conhecimento, as quais não estão alheias às relações desiguais de poder, e podem receber maior ou menor valor de acordo com os veículos em que circulam. Contudo, como discutimos, a classificação de um periódico como internacional pode variar significativamente entre instituições e/ou sistemas de avaliação institucionais. Entretanto, a importância atribuída à abrangência do público-leitor parece ser um ponto em comum dos periódicos bem avaliados, fato que oferece relevo à predominância do uso de inglês na escrita do artigo.

---

<sup>29</sup> Nos capítulos posteriores aprofundaremos o papel da tradução nesse contexto.

<sup>30</sup> Em diversas instâncias, os “agentes de letramento” ocupam uma posição de poder, delimitando as ‘fronteiras e periferias’ entre comunidades e grupos, e o enfoque nas suas atividades sinaliza as dimensões econômicas e de poder nas intervenções, bem como suas consequências no mercado acadêmico.



### 1.3 AÇÕES PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DE PERIÓDICOS NACIONAIS NO BRASIL

O ano de 2013 pode ser considerado um marco na discussão sobre a circulação internacional da produção intelectual no Brasil. O que ficou conhecido como *Processo de internacionalização de periódicos nacionais* teve por objetivo ampliar a visibilidade das pesquisas brasileiras no âmbito mundial, intensificando sua circulação internacional em periódicos nacionais. O *Documento de Área de Letras e Linguística 2013*<sup>31</sup> propôs novos critérios para atribuição de estratos aos periódicos, foi um dos acontecimentos que engatilharam ações para intensificar a internacionalização dos periódicos da área de estudos da linguagem.

Trata-se de um documento com o intuito de apresentar uma avaliação trienal dos Programas de Pós-graduação (PPG), tecendo um panorama geral da área e prescrevendo ações a serem tomadas pelos programas para atingir objetivos propostos até a próxima avaliação. A disseminação da produção intelectual é um dos fatores considerados na avaliação dos PPGs e, conforme o documento, espera-se que ela não ocorra apenas na própria instituição – o que representaria uma prática de endogenia – mas que seja constituída a partir da colaboração com pesquisadores de outros PPGs do Brasil e do exterior.

Desse modo, embora não seja indicada de maneira direta, a questão da tradução da produção intelectual para uma língua estrangeira pode ser observada no documento pelo relevo dado à colaboração entre pesquisadores de diferentes países e pela questão da circulação internacional da produção de conhecimento, o que

---

<sup>31</sup> Disponível em:

<[https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs\\_de\\_area/Letras\\_Linguistica\\_doc\\_area\\_e\\_comiss%C3%A3o\\_block.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Letras_Linguistica_doc_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2017.

perpassa o documento como um todo, sendo discutido de maneira pontual e detalhada no item de número VI.

Segundo o referido documento, a internacionalização dos programas de pós-graduação das IES brasileiras deve ocorrer de forma gradativa, respeitando os diferentes estágios de amadurecimento e desenvolvimento de cada programa. Há, segundo o texto, uma diferença entre os programas de conceito mais altos – 6 e 7, e boa parte daqueles conceituados com nota 5 – e os demais programas de nota 3 e 4. Enquanto nos primeiros, referidos como *programas mais consolidados*, a internacionalização já vem acontecendo desde os anos 1980, nos últimos, ela está ainda em suas etapas iniciais.

As ações propostas são de duas naturezas, contemplando *cooperação* internacional e *acolhimento* de professores, pesquisadores e alunos, e ocorrem de forma distinta de acordo com a etapa em que o programa se encontra.

Numa primeira etapa, o enfoque é dado à formação. Para docentes, abrange atividades como estágio de pós-doutoramento no exterior e participação em reuniões científicas com apresentação de trabalho e publicação em anais. Já para os discentes, as ações incluem a realização de doutorado sanduíche no exterior e a participação em reuniões científicas no exterior com apresentação de trabalho.

Nas etapas mais avançadas das ações, espera-se dos docentes, por exemplo, a participação em projetos de pesquisa que envolvam instituições e grupos de pesquisa do exterior, a atuação como professor visitante, a realização de estágio de pesquisa, a participação em comissão editorial, a orientação e coorientação, a participação em bancas no exterior e a publicação de trabalhos em veículos do exterior. Dos discentes, espera-se a integração em grupos de pesquisa no exterior, intercâmbios, orientação em cotutela ou obtenção de dupla titulação e participação reuniões científicas com publicação em anais.

No caso da segunda ação – acolhimento de professores, pesquisadores e alunos –, a primeira etapa diz respeito ao acolhimento de docentes para reuniões científicas e de discentes para cursos, estágios ou encontros. Já a etapa mais avançada abrange atividades de maior duração, como acolhimento de professores para ministrar disciplinas, orientar trabalhos de mestrado e doutorado, participar em projeto de pesquisa, além da publicação conjunta entre os pesquisadores do exterior e os dos programas que os acolhem

As ações gerais do programa incluem a apresentação do site do programa em mais de uma língua; o oferecimento de disciplinas em outras línguas; a publicação de periódicos em língua estrangeira, ou bilíngues, ou que aceitem artigos em língua estrangeira.

Com o intuito de promover a “progressiva qualificação dos meios de divulgação científica”, a reformulação dos critérios avaliativos para a atribuição de estratos qualis-periódico pauta-se – conforme o *Documento de Área de Letras e Linguística 2013* – em parâmetros gerais e critérios específicos, que devem nortear a editoração. Os parâmetros gerais baseiam-se em índices como afiliação institucional e titulação dos autores, disponibilidade em formato digital das edições e resumo em língua portuguesa e em uma língua estrangeira. Já os critérios para classificação envolvem, por exemplo, indexação dos artigos em plataformas nacionais e/ou internacionais e relevância dos artigos para a área. O Quadro 2 demonstra com mais detalhes os critérios levados em conta para a atribuição de cada estrato:

Quadro 2 – Critérios Qualis-Periódico

ESTRATO	A1	A2	B1	B2	B3	B4	B5	C
PESO	100	85	70	55	40	25	10	0
FLUXO	Ininterrupto nos últimos 8 anos	Ininterrupto nos últimos 7 anos	Ininterrupto nos últimos 6 anos	Ininterrupto nos últimos 4 anos	Ininterrupto nos últimos 3 anos	Ininterrupto nos últimos 2 anos	Ao menos 2 números no último ano	-
AFILIAÇÃO AUTORES	80% de 5 instituições diferentes da que edita o periódico	80% de 4 instituições diferentes da que edita o periódico	70% de 3 instituições diferentes da que edita o periódico	60% de 3 instituições diferentes da que edita o periódico	50% de 3 instituições diferentes da que edita o periódico	40% de 3 instituições diferentes da que edita o periódico	30% de 3 instituições diferentes da que edita o periódico	-
CONSELHO EDITORIAL	Pesquisadores nacionais e internacionais atuantes	Pesquisadores nacionais e internacionais atuantes	Pesquisadores nacionais e internacionais atuantes	Pesquisadores nacionais e internacionais atuantes	Pesquisadores doutores atuantes	Atuantes	Atuantes	-
QUALIDADE DOS ARTIGOS	Preferência autores doutores do Brasil ou exterior	Preferência autores doutores do Brasil ou exterior	-	-	-	-	-	-
INDEXAÇÃO	No Brasil e no exterior	No Brasil e no exterior	-	-	-	-	-	-
REFERÊNCIA	Alta	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Documento de Área de Letras e Linguística 2013

Assim, embora a importância de expandir a circulação das pesquisas locais recebesse atenção desde muito tempo (FIORIN, 2007), as ações propostas no documento de área da CAPES intensificaram a busca por efetivar os objetivos de ampliar a circulação internacional das pesquisas.

No ano seguinte, em 2014, ocorre o anúncio de um edital da CAPES em uma reunião do conselho consultivo do *Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos* (PAAP), no qual comunica-se a previsão de financiamento para publicações de periódicos brasileiros por editoras internacionais, a fim de alavancar o fluxo da internacionalização rumo à transformação de nossos periódicos de locais para veículos de alcance mundial.

Na ocasião, cinco editoras internacionais – Elsevier, Emerald, Springer, Taylor&Francis e Wiley – apresentaram propostas e compartilharam informações

relativas às despesas envolvidas no projeto de fomento. O papel desses grandes *publishers* seria o de ampliar a visibilidade dos artigos por meio da indexação em suas bases, que poderiam angariar um público leitor mais amplo e diferenciado. A proposta pautar-se-ia no financiamento da publicação de cem artigos brasileiros, sendo dois de cada área do conhecimento. A escolha desses artigos seria realizada por meio do lançamento de um edital de seleção. Com o intuito de continuar a oferecer acesso livre [*Open Access*] aos artigos, como é tradicional no Brasil, a CAPES se responsabilizaria pelos custos, assegurando que não houvesse ônus para autores e/ou leitores (KIMURA et al., 2014).

Ainda que jamais oficializada, a medida suscitou posicionamentos distintos entre autores, editores e comunidade científica em geral. Para Kimura et al. (2014), a iniciativa deveria ser vista como positiva, pois contribuiria com a internacionalização, um processo inevitável e, portanto, necessário, do qual esperam-se bons resultados: “Competir em uma arena global é desafiador, porém os benefícios da internacionalização são compensadores” (s/p). Já a *Associação Brasileira de Editores Científicos* (ABEC), em conjunto com membros da *The Scientific Electronic Library Online* (SciELO), divulgou uma nota pública<sup>32</sup> que reivindicava a suspensão e reformulação do edital. Segundo a nota, que representa o posicionamento dos mais de trezentos editores e autores científicos reunidos no *VIII Workshop de Editoração Científica da ABEC*, a ação da CAPES implicaria o aumento injustificado dos custos de publicações, sem, no entanto, assegurar o efetivo crescimento da almejada visibilidade. Além disso, seus autores se opõem ao conceito de internacionalização subjacente à medida, argumentando que ele carece de profundidade, pois deixa de considerar elementos que seriam necessários, como “a adoção e o desenvolvimento de capacidades e infraestruturas nacionais por meio de

---

<sup>32</sup> Disponível em: <<http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/abec-brasil-e-scielo-requerem-da-capes-reformulacao-de-edital/>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

políticas e práticas de gestão e operação de editoração, publicação e disseminação de periódicos”. A proposta apresentada na ocasião pelos autores dizia respeito ao uso desses recursos disponibilizados pela CAPES para custear taxas de publicações [*Article Processing Charge*] de artigos de autores afiliados a instituições brasileiras em periódicos nacionais de qualidade.

Da mesma forma, o *Fórum de Editores da Fundação Oswaldo Cruz* (FIOCRUZ), em nota publicada na ocasião<sup>33</sup>, alertou para a maneira imediatista e superficial implicada no modelo de internacionalização proposto pela CAPES. Para eles, a internacionalização deveria ser o resultado de políticas de pesquisa voltadas para o incentivo de colaborações entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros em diversos âmbitos. A questão relativa aos interesses econômicos nutridos pelos *publishers* não deixou de ser abordada na nota: “garante-se um mercado representado pelas revistas mais importantes de cada área, mantidos os lucros absurdos. O *publisher* entra com a tecnologia de um portal, o Brasil entra com o todo o resto e paga por isso”. Finalmente, os autores sugerem que a disseminação da produção do conhecimento seja descentralizada por meio da retomada das editoras institucionais e universitárias, bem como do uso de repositórios institucionais.

Outro posicionamento digno de menção foi veiculado pela nota pública da *Associação Brasileira de Saúde Coletiva* (ABRASCO), que, assim como a nota da ABEC, apontou a falta de transparência envolvendo a ação: “as manifestações recentes da CAPES sobre o tema da internacionalização de periódicos brasileiros são vagas, não nos permitindo ter clareza sobre o que de fato se pretende fazer”

---

<sup>33</sup>Disponível em: <http://periodicos.fiocruz.br/sites/default/files/anexos/Carta%20Forum%20Editores%20Fiocruz.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2017.

(ABRASCO, 2015)<sup>34</sup>. Foi salientado, ainda, que internacionalizar os periódicos envolveria uma dimensão política e econômica que não pode ser desconsiderada, e foi problematizada a questão do uso de línguas estrangeiras nesse processo:

Ainda que reconhecendo a importância da língua inglesa, por um lado temos uma base de leitores que não nos permite abrir mão da língua portuguesa; por outro, por opção político-ideológica desejamos intensificar a cooperação Sul-Sul, o que inclui a África lusofônica, e aponta para o espanhol como uma opção estratégica de língua estrangeira. (ABRASCO, 2015).

A resistência ao monolinguismo, isto é, à escolha da língua inglesa como única válida para publicações, é justificada não apenas pela consideração ao público leitor de língua portuguesa, mas também pelo intuito de promover cooperações com pesquisadores cuja língua é o espanhol. Além disso, os autores da nota abordam ainda outro desdobramento, relativo aos custos gerados pela necessidade de traduzir esses artigos para que passem a circular em âmbito global – custos a serem pagos pelos periódicos ou pelos autores –, um problema de grande relevância no cenário científico brasileiro, já tão carente de recursos:

A tradução de artigos para língua estrangeira, independentemente de manter versões multilínguas das revistas, representa custos adicionais para revistas que já lutam com dificuldades para manterem-se no patamar em que se encontram. Quatro estratégias têm sido adotadas por diversas revistas: a utilização de recursos próprios para financiar a tradução; a cobrança de taxas de publicação; o condicionamento da publicação à apresentação de versão traduzida; e a oferta de publicação de versão traduzida, a cargo dos autores. As três últimas implicam no repasse aos autores de parte dos custos de publicação, e a primeira só tem sido disponível para muito poucos. (ABRASCO, 2015).

---

<sup>34</sup> Disponível em:

<<https://www.abecbrasil.org.br/includes/noticias/arquivos/NotaForumdeEditoresdeSaudeColetiva%2020141118.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

Trata-se de uma questão de grande interesse em pesquisas sobre publicações acadêmicas em contexto multilíngue (STOLERMAN, STENIUS, 2008; SALAGER-MEYER, 2014; PETRIČ, 2014) e com importantes implicações nessa seara. Além disso, embora não tenha sido abordado em nenhuma das notas apresentadas em resposta às medidas da CAPES, outro aspecto de grande relevância diz respeito à qualidade da tradução, ou seja, ao fato de que a tradução constitui uma prática de intervenção, merecendo, portanto, ser discutida. Tal ponto, juntamente com a questão dos altos custos, é apontado por Lillis e Curry (2010) como uma das preocupações dos acadêmicos de quatro diferentes países – Eslováquia, Hungria, Espanha e Portugal – por elas entrevistados, conforme esclarecem:

translation is overwhelmingly viewed as problematic on two main counts: cost and accuracy. Even when scholars are in a position to pay for translation, scholars tend to avoid using professional translators because they find that accuracy at content and discourse levels is very difficult to achieve for translators who are not part of their academic subfield specialism<sup>35</sup>.” (LILLIS, CURRY, 2010, p.112).

Desse modo, a tradução dos artigos de acadêmicos multilíngues para a língua inglesa merece maiores discussões e aprofundamentos, o que esperamos fazer neste trabalho para contribuir com o debate sobre suas implicações. A título de ilustração, apresentamos um excerto retirado de um dos artigos selecionados para análise neste trabalho, que pode contribuir para compreender a questão da *precisão* apontada por Lillis e Curry (2010).

No artigo intitulado *Considerações sobre heterodiscurso a partir de Dom Quixote*, a noção de *heterodiscurso* é problematizada a partir do referencial teórico de Mikhail Bakhtin. Já no primeiro parágrafo, o autor esclarece se tratar de uma

---

<sup>35</sup> A tradução é majoritariamente vista como uma questão problemática devido a dois aspectos: custo e precisão. Mesmo quando os acadêmicos estão em condições de pagar pela tradução, eles tendem a evitar usar tradutores profissionais porque consideram que a precisão em termos de conteúdo e em nível discursivo é muito difícil de se atingir para tradutores que não são parte de seus campos de especialidade acadêmica.



noção polêmica pelas diferentes formas como o termo russo *Raznorétchie* vem sendo traduzido, resultando em distintas maneiras de interpretação. No caso do Brasil, destaca três traduções: *Heteroglossia* (TEZZA, 2003; FARACO, 2006), *Plurilinguismo* (BERNARDINI et al. 2010) e *Heterodiscurso* (BEZERRA, 2015) e conclui ser a última tradução a mais apropriada por destacar a pluralidade de vozes em relação de oposição numa mesma obra. O autor segue esclarecendo que a tradução do termo em inglês é reconhecidamente *Heteroglossia*:

Na edição norte-americana do texto bakhtiniano (BAKHTIN, 1981), opta-se por verter a palavra russa para “heteroglossia”, tradução que, então, aparecerá em obras brasileiras, como as de Faraco (2006) e Tezza (2003), que se apropriam do termo a partir da versão em língua inglesa (MACIEL, 2018, p. 101).

No caso da versão traduzida do artigo, contudo, o termo *heterodiscurso*, utilizado 34 vezes ao longo do artigo em português, é traduzido por vezes como *Heterodiscourse* e outras como *Heteroglossia*, como demonstra a sequência discursiva abaixo:

SD1p<sup>36</sup> – Isso porque, embora essa variedade seja característica fundamental do **heterodiscurso**, esse é, para Bakhtin, uma especificidade do romance. **Heterodiscurso**, portanto, a princípio não é a pluralidade de línguas e variedades linguísticas do mundo real, mas a representação dessa variedade no âmbito do romance (MACIEL, 2018, p. 114).

SD1i – Although variety is a fundamental characteristic of **heterodiscourse**, this is, for Bakhtin, a specificity of the novel. **Heteroglossia**, thus, is not at first the plurality of languages and language varieties of the real world, but the representation of this variety in the novel (MACIEL, 2018, p. 108).<sup>37</sup>

<sup>36</sup> As letras após os números referem-se ao idioma da sequência discursiva: *p* para *português* e *i* para *inglês*.

<sup>37</sup> Todos os grifos nas SDs são nossos.

Desse modo, observamos que essa oscilação – entre dois termos em inglês para a tradução de um mesmo termo em português – pode representar um problema ao leitor do texto traduzido, que poderia indagar se *heterodiscourse* e *heteroglossia* constituem o mesmo ou distintos conceitos e, no caso de não serem sinônimos, em que consistiria essa diferença terminológica. Além disso, considerando a menção feita pelo autor às múltiplas traduções do termo e ao seu posicionamento por uma delas, a não uniformidade da tradução produz um efeito de contradição na própria argumentação.

Retomando as ações de internacionalização dos periódicos domésticos no Brasil, passamos a seguir à discussão da revisão de critérios de avaliação dos periódicos.

### 1.3.1 Os Novos Modelos: a Revisão de Critérios de Publicação dos Periódicos

Mencionada nas três notas públicas recém citadas, a revisão de *Critérios, Políticas e Procedimentos de Avaliação* da biblioteca *Scientific Electronic Library Online* (doravante SciELO) teve ampla repercussão nesse contexto de mudanças a que os periódicos nacionais foram submetidos com vistas a intensificar sua visibilidade internacional. Trata-se de um documento<sup>38</sup> publicado pelo SciELO – a biblioteca eletrônica de maior prestígio no país, na qual são indexados periódicos de referência nas diferentes áreas do conhecimento –, cujo objetivo era apresentar novas

---

<sup>38</sup>Disponível em: <[http://www.scielo.br/avaliacao/20141003NovosCritérios\\_SciELO\\_Brasil.pdf](http://www.scielo.br/avaliacao/20141003NovosCritérios_SciELO_Brasil.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2017. No ano de 2017 houve uma nova publicação dos critérios, incluindo a língua espanhola como idioma de publicação. No documento de 2017 há menção à qualidade do uso dos idiomas estrangeiros – tradução e uso de lista controlada de palavras-chave – na avaliação. Disponível em: <[http://www.scielo.br/avaliacao/Criterios\\_SciELO\\_Brasil\\_versao\\_revisada\\_atualizada\\_outubro\\_20171206.pdf](http://www.scielo.br/avaliacao/Criterios_SciELO_Brasil_versao_revisada_atualizada_outubro_20171206.pdf)>. Acesso em: 04 out. 2018.

propostas para avaliação, indexação e permanência de artigos na coleção de periódicos que organiza.

Ao longo do documento, a necessidade de aumentar a visibilidade dos periódicos na esfera internacional é apresentada com frequência e, no texto, parece estar intimamente relacionada à qualidade da produção intelectual. Entre os objetivos, está o de “contribuir para o aumento sustentável da visibilidade e impacto dos periódicos que indexa e publica de acordo com os padrões internacionais” (SCIELO, 2014, p. 5). Desse modo, o que o documento apresenta são critérios que, como veremos, passaram a ser seguidos por um grande número de periódicos nacionais no intuito de aumentar a qualidade científica local e ganhar maior visibilidade internacional.

São apresentados indicadores, referidos em termos de *valores mínimos*, que devem ser obedecidos pelo conjunto de periódicos de cada área, e *valores recomendados*, que deverão ser progressivamente adotados. A atenção à internacionalização perpassa quase todas as categorias apresentadas, seja em relação aos percentuais de editores associados com afiliação estrangeira por área (recomenda-se 25% para a área de Linguística, Letras e Artes), de pareceristas com afiliação estrangeira (mínimo de 20% para a mesma área) ou à porcentagem mínima de autores com afiliação institucional no exterior (mínimo de 20%, sendo recomendado 25%).

Com relação à língua usada na escrita do artigo, há diferenças significativas por área de conhecimento, conforme demonstra o Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 – Percentual de uso de inglês nas diferentes áreas do conhecimento

ÁREAS TEMÁTICAS	MÍNIMO	RECOMENDADO
Agrárias	50%	75%
Biológicas	85%	85%
Engenharia	70%	85%
Exatas e da Terra	70%	85%
Humanas	25%	30%
Linguística, Letras e Artes	20%	30%
Saúde	80%	80%
Sociais e Aplicadas	25%	30%

Fonte: SCIELO, 2014

Como nos mostra o quadro acima, há uma clara distinção entre as ciências chamadas duras e as ciências humanas e sociais quanto ao uso da língua inglesa para redigir os artigos. Enquanto na área das ciências biológicas os valores mínimos e recomendados coincidem, chegando a expressivos 85%, na de Linguística, Letras e Artes, a exigência é de 20%. Interessante observar que não há um valor máximo indicado, o que permite compreender que se poderia chegar até 100% de artigos em língua inglesa em todas as áreas mencionadas.

As distinções entre as diferentes áreas temáticas não chegam a ser explicadas no documento, que possui um caráter essencialmente prescritivo. Contudo, é razoável concluir que tais distinções que justificariam os diferentes percentuais baseiam-se em especificidades de cada uma das áreas. Com efeito, as particularidades de cada disciplina devem ser reconhecidas em termos do impacto sobre a escrita acadêmica. Para Gnutzmann e Rabe (2014), elementos como posição epistemológica, métodos de pesquisa, dados produzidos e ideologias envolvidas, influenciam de forma distinta as demandas linguísticas em cada uma das disciplinas. Devido ao relevo dado à dimensão social, os autores entendem que mais do disciplinas, o que há são *culturas disciplinares*, reguladas por práticas discursivas:

“how disciplinary cultures and academic writing are constructed and negotiated through social and discursive practices (...), including the roles that different languages and language attitudes play in that construction<sup>39</sup>” (GNUTZMANN, RABE, 2014, p. 33).

Entre os pesquisadores brasileiros que se dedicaram ao problema do uso de língua inglesa em áreas distintas das ciências duras – nas quais parece já haver consenso de que a produção ocorra em inglês –, destaca-se a contribuição de Ortiz (2004), quando afirma que, ainda que seja a língua da ciência, o trânsito de um texto de uma língua a outra não pode ser pensado como um processo direto e imediato. O autor ressalta que são as especificidades da relação entre o objeto de análise e a escrita nas Ciências Sociais – e é possível estender a reflexão também para as Letras – que tornam esse processo ainda mais delicado:

A escrita é o suporte e a concretização do recorte conceitual. As mesmas informações, os mesmos dados, podem ser costurados de maneira distinta por diversos autores. Não há objeto fora do texto, seu conteúdo, para existir, deve ser formalizado. Uma grande parte da exposição argumentativa é uma questão de composição. (...) Nesse sentido, a construção do objeto sociológico se faz por meio da língua, portanto, a utilização de um determinado idioma não é algo fortuito, mera sutileza de estilo, mas uma questão decisiva na formulação final. (ORTIZ, 2004, p. 16).

Considerando, portanto, por um lado, a estreita relação das ciências humanas e sociais com temáticas locais e, por outro, o imbricamento entre a atividade da escrita e a construção do objeto nessas áreas, é necessário que ressalvas sejam feitas quanto ao impacto das políticas de internacionalização que, não estabelecendo limites máximos de percentuais de artigos escritos em inglês, parecem flertar com um futuro monolinguismo na esfera acadêmico-científica global.

---

<sup>39</sup> como as culturas disciplinares e escritas acadêmicas são construídas e negociadas por meio de práticas discursivas (...), incluindo os papéis que as diferentes línguas e as atitudes linguísticas possuem nessa construção.

Para Duszak e Lewbowicz (2008), publicar em inglês, sobretudo nesses campos do conhecimento, é, acima de qualquer coisa, uma tomada de posição ideológica. Estaria o plurilinguismo na ciência fadado ao desaparecimento? Se tentativas de desacelerar o processo de unificação linguística entre as diferentes comunidades acadêmicas parecem raras até o momento, para um grupo de pesquisadores das ciências sociais um caminho possível seria a tradução, já que pressuporia a circulação dos artigos tanto em línguas locais quanto em inglês.

Nesse sentido, vale destacar o projeto da *American Council of Learned Society*, uma associação sem fins lucrativos formada por 75 organizações de pesquisas das Humanidades. No ano de 2006, dezesseis pesquisadores de quatro países – Estados Unidos, Rússia, China e França – elaboraram um documento intitulado *Guidelines for the Translation of Social Science Texts*. O objetivo era o de problematizar os efeitos da tradução na área de Ciências Sociais e propor orientações para nortear o trabalho dos envolvidos no processo: autores, tradutores e editores. É interessante observar que a iniciativa partiu da premissa de que, diante do contexto global da produção científica, que exige que a disseminação dos trabalhos ocorra em inglês, os pesquisadores deveriam permanecer escrevendo seus textos em suas próprias línguas, para posteriormente submetê-los ao processo de tradução para o inglês. Assim, a tradução dos artigos é tomada como uma maneira de resistência ao monolinguismo da comunidade científica, uma vez que traduzir e publicar as duas versões asseguraria a circulação dos textos tanto na língua de partida quanto na estrangeira<sup>40</sup>.

---

<sup>40</sup> Neste contexto, uma questão relevante diz respeito à forma como esses textos podem ser compreendidos em termos de originalidade de publicação: original e tradução devem ser considerados *o mesmo texto* ou *dois textos distintos* quando publicados em diferentes espaços de circulação e endereçados a públicos distintos? Trata-se de uma discussão que pretendemos aprofundar nos capítulos 3 e 4, quando abordamos questões relativas às condições de produção e de recepção de artigos nas diferentes línguas.

Sustentados pela concepção de que há um laço fundamental entre a língua na qual se formulam argumentos e conceitos e a maneira como se desenvolve a pesquisa, os autores do documento entendem que a unificação da escrita acadêmica em uma mesma língua, o inglês, teria como consequência limitações relativas ao uso linguístico, à formulação e à escolha do léxico, impostas pela estrangeiridade na escrita em uma segunda língua, independentemente do nível de proficiência que se tenha nessa língua. Além disso, promoveria também restrições de acesso à comunicação local e escassez de literatura produzida na língua de partida; e, finalmente, a necessidade de se adequar a modelos de pensamento e argumentação estrangeiros (anglófonos), mais especificamente norte-americano, que funcionam como um leito de Procusto<sup>41</sup>, exigindo adequações a todo custo para que as pesquisas sejam aceitas.

É precisamente nesse contexto, em um apelo para que os pesquisadores escrevam em suas próprias línguas, que o documento em questão pretende ser um instrumento norteador, contribuindo para que a disseminação das pesquisas ocorra globalmente por meio da tradução, sem que isso resulte no apagamento da diversidade linguística e cultural, tão importante na seara das Ciências Sociais. Assim, as referidas diretrizes propõem que, diferentemente das Ciências Naturais, nas quais haveria um nível alto de generalizações e, por vezes, universalismos, na área das Ciências Sociais a relação entre o objeto de investigação e os aspectos social, político e cultural torna o trabalho de tradução mais complexo e suscetível a discrepâncias que poderiam comprometer a interpretação do texto. Além disso, a argumentação desenvolvida, bem como o uso apropriado de termos técnicos, deve

---

<sup>41</sup> Trata-se do *Mito de Procusto*, que convidava viajantes a deitarem-se em seu leito, feito sob medida para ele. Caso o viajante fosse mais alto, Procusto cortava a parte excedente; caso fosse mais baixo, esticava suas pernas para que coubessem perfeitamente em seu leito. O mito vem sendo usado para ilustrar situações nas quais o cumprimento a regras previamente estabelecidas compromete o objeto, como é o caso em tela, no qual a multiplicidade linguística e cultural acadêmica precisa adequar-se a um mesmo padrão.

ser considerada com especial atenção. Por isso, ressalta a importância na seleção dos tradutores de textos dessa natureza, que devem não apenas contar com o domínio da língua-fonte enquanto nativos na língua-alvo, mas também ter passado por treinamento profissional das técnicas de tradução e possuir expertise na área de investigação.

Retomando o cenário do contexto nacional, observamos que, conforme mencionado anteriormente, tanto no Documento de Área de Letras e Linguística da CAPES (2013) quanto na publicação sobre a reformulação de critérios do SciELO (2014 e 2017), pouco ou nada se discute sobre o fazer tradutório e seus efeitos ou sobre a importância da intervenção do tradutor nesse processo. Ao longo desses documentos, há o predomínio de aspectos de natureza quantitativa para se pensar a qualidade dos artigos. Toma-se, portanto, a tradução como um processo neutro e espontâneo, no qual o sentido do texto de partida seria transposto para o texto de chegada, posição à qual nos opomos, como pretendemos demonstrar ao longo deste trabalho.

O impacto causado pela reformulação dos critérios de publicação pode ser observado em mudanças nas políticas de submissão e publicação de grande parte dos periódicos nacionais das diferentes áreas do conhecimento, incluindo a de Letras e Linguística. Para demonstrar a natureza dessas alterações, tomamos por base os três periódicos da área de *Letras e Linguística* dos quais são provenientes os pares de artigos analisados nesta tese: *Alfa: Revista de Linguística*, *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso* e *Acta Scientiarum: Language and Culture*.

Nos primeiros números do ano de 2015, quando as mudanças foram efetivadas, a questão da internacionalização foi abordada no espaço destinado à apresentação / editorial, enfocando também a relação com o uso da língua inglesa.



Na revista *Acta Scientiarum Language and Culture*, a veiculação de metade dos artigos da edição em língua inglesa é celebrada como resultado do processo de internacionalização da revista:

Nesse número, **contamos com metade dos artigos (5 de 10) em inglês**, resultado de um trabalho intenso que contou com a participação decisiva da editora, dos editores e dos autores, tendo em vista **o processo de internacionalização de nossa revista**. Com isso, esperamos consolidá-la como um meio de divulgação e de proposição de debates e discussões nos campos em que atua, sem deixar de lado relações que esses estabelecem com outros campos do mundo social e acadêmico. **A internacionalização permite que tornemos nossas pesquisas acessíveis a outros centros e pesquisadores, ampliando a recepção e a repercussão dos trabalhos, bem como a interlocução entre pesquisadores, pontos decisivos para a pesquisa científica nos tempos que correm.** (*Acta Scientiarum Language and Culture*, v. 37, n.1, 2015, p.i. Grifo nosso).

Como se vê no excerto, a internacionalização da revista parece ser tomada de um ponto de vista positivo, como um meio de ganhar visibilidade, de intensificar a abrangência das pesquisas e, assim, adequar-se ao que se acredita ser o modo contemporâneo de se fazer ciência. No que se refere à apresentação dos artigos em inglês, embora seja referido como um “trabalho intenso”, não há menção ao papel dos tradutores, apenas ao de autores e editores.

No editorial da primeira edição de 2015 da revista *Bakhtiniana*, por outro lado, as dificuldades de veicular artigos em duas línguas parecem ganhar maior relevo, embora os objetivos da ação pareçam ser capazes de justificá-las:

A publicação de um conjunto de artigos que, de modo sistemático, possibilitem a **visibilidade, nacional e internacional** da produção científica da Área de Letras e Linguística, tem sido o principal objetivo da *Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso*. **Sua natureza bilíngue, que tanto custa, em todos os sentidos, aos pesquisadores envolvidos no processo (autores, editores, pareceristas, técnicos em edição, tradutores, etc.), é uma das formas de atingir essa meta.** Como parte fundamental do processo está o grande número de submissões, oriundas de

instituições de todas as regiões brasileiras e, também, de outros países. Isso significa **um grande e rigoroso trabalho de dois grupos de pareceristas e revisores: os de língua portuguesa e os de língua inglesa**. A cada número, o material resultante do processo comprova a pertinência do periódico, seu alcance, assim como sua luta para contemplar, a um só tempo, as necessidades acadêmicas e científicas brasileiras e a **almejada internacionalização**. (*Bakhtiniana*, v.10, n.1, 2015, p. 2. Grifo nosso).

Diferentemente da revista anterior, a *Bakhtiniana* já vinha publicando artigos em versões bilíngues desde 2010, sendo que em 2013 passou a condicionar o aceite do manuscrito para publicação ao envio de sua versão em inglês, resultando em cem por cento de suas publicações em versão bilíngue em cada edição. Na passagem, é possível perceber algumas das implicações que esse processo possui, nominalmente: o trabalho de tradutores, de pareceristas e de revisores de língua inglesa, além dos de língua portuguesa em maior volume. Esses esforços, envolvidos na *natureza bilíngue* do periódico, são justificados por possibilitar a visibilidade nacional e internacional, subjacente à *almejada internacionalização*.

No caso da revista Alfa, o primeiro volume de 2015 representou o marco de passagem do periódico para o formato de publicação bilíngue. Se antes todos os artigos eram apresentados em português, a partir desse volume todos possuem uma versão em inglês disponibilizada junto ao texto de partida:

Se o volume 58 inaugurou uma nova periodicidade que, de semestral, passou para quadrimestral, o volume 59, que este número introduz, representou **a conversão da Alfa para uma publicação bilíngue, editada tanto em português quanto em inglês**. Essa inovação, não apenas **põe a Alfa em rota de internacionalização**, mas também **representa uma abertura significativa do conteúdo da revista para um público muito mais amplo**, especialmente **os pesquisadores do exterior** que se interessam pela estrutura do português, especialmente da variedade brasileira. (*Alfa* v. 59, n.1, 2015 p. 5. Grifo nosso).

O marco da conversão ao formato bilíngue é sinônimo da entrada da revista na “rota de internacionalização” e de sua abertura a outro público, que antes não

possuía acesso. É relevante observar que, ao não definir o que está sendo entendido como *rota de internacionalização*, a revista parece tomar a expressão como pertencente à ordem do já-sabido, isto é, como um efeito de pré-construído. Ao enfocar a expansão do público leitor que resulta da divulgação dos artigos em versão em inglês, é possível inferir que se trata, mais uma vez, do intuito de ganhar maior visibilidade não apenas para a produção intelectual local, mas também, dada a natureza da revista, para a própria variedade brasileira da língua portuguesa.

Como demonstram os três excertos apresentados, os novos critérios de avaliação apresentados no Documento de Área 2013, o anúncio do edital da CAPES e a revisão dos critérios do SciELO produziram efeitos significativos que podem ser observados nessas medidas tomadas para internacionalizar os periódicos. Além da tradução de artigos do português para o inglês, questão que nos interessa sobremaneira nesta pesquisa e que será nosso objeto de análise nas páginas que seguem, destaca-se também o aumento da presença de pesquisadores e professores afiliados a instituições do exterior como membros do conselho editorial das revistas. Atualmente, segundo informações disponibilizadas nas páginas *online* desses periódicos, tem-se os seguintes números:

Quadro 4 – Afiliação de membros dos conselhos editoriais

	<b>ALFA</b>	<b>BAKHTINIANA</b>	<b>ACTA</b>
Total de membros	49	57	59
Membros IES nacionais	41	37	36
Membros IES estrangeiras	8	19	23
Países dos membros das IES estrangeiras	EUA, Alemanha, França, Reino Unido, Portugal, Holanda.	França, Reino Unido, Portugal, Holanda, Espanha, Canadá, Itália, Rússia, Argentina e México.	EUA, França, Reino Unido, Portugal, Holanda, Ilhas Virgens, Áustria, Malta, Chipre, Canadá, Espanha, Bélgica e Colômbia.

Fonte: Elaborado pela autora com informações constantes nas revistas.

Ainda que o percentual de membros estrangeiros permaneça abaixo de cinquenta por cento, o que assegura a posição majoritária de membros afiliados a IES brasileiras, a diversidade de países de origem atesta o cumprimento de recomendações da CAPES (2013), sendo entendida como um tipo de cooperação com pesquisadores ao redor do globo. Como sabemos, o conselho editorial possui papel importante no estabelecimento das políticas editoriais que norteiam as decisões tomadas pelos editores dos periódicos. As ações dos membros do conselho editorial, como os pareceristas que avaliam os artigos submetidos e contribuem na decisão de aceitá-los ou negá-los, possui grande importância na operação de seleção que se faz necessária, como já discutimos anteriormente ao falar sobre o conceito de *literacy brokers*.

Com o intuito de melhor compreender o tratamento dado à questão da presença crescente de traduções dos artigos, interessa-nos observar as recomendações disponibilizadas àqueles que desejam enviar contribuições à revista, na forma de submissão de manuscritos. Para tanto, analisamos, na seção *Diretrizes para Autores*, de que maneira a tradução é abordada.

Tanto na *Alfa*, quanto na *Bakhtiniana*, ambas classificadas como A1<sup>42</sup>, encontramos o envio da versão em inglês como condição para a publicação. Assim, os autores que tiverem seus artigos aceitos devem, necessariamente, providenciar suas versões em inglês. Os revisores técnicos de língua inglesa, destinam-se exclusivamente a “conferir a qualidade da tradução, ou seja, sua adequação ao

---

<sup>42</sup> Segundo a classificação de periódicos Quadriênio 2013-2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Acesso em: 21 mar. 2018.

padrão de uso da língua no gênero artigo científico”<sup>43</sup>. Cabe mencionar que se uma das versões for rejeitada, o artigo deixa de ser publicado.

No que se refere às recomendações práticas para a tradução, presentes no item *Normas para a versão em inglês*, um ponto é destacado por ambas as revistas: no caso de citações diretas no corpo do texto, deve-se utilizar traduções já publicadas em inglês, e caso não existam, a deve-se verter a citação para o inglês, incluindo o original como nota de rodapé para efeito de cotejo. A *Alfa* inclui, ainda, instruções no caso de uso de imagens – caso em que se devem incluir as referências existentes em inglês em nota de rodapé – e de referência a traços morfosintáticos, no qual se deve incluir sua versão literal em glosa, tomando por base as convenções estabelecidas por *The Leipzig Glossing Rules: conventions for interlinear morpheme-by-morpheme glosses*.

Já na *Bakhtiniana*, a recomendação é que o nome do tradutor conste no final da versão em inglês, exceto no caso de se tratar de empresas de tradução. As configurações (como recursos tipográficos e referências bibliográficas) do texto em inglês permanecem as mesmas do texto em português. As únicas diferenças são relativas à posição do *abstract*, que deve vir antes do resumo, e ao estilo do título em inglês, que deve ser o *Headline*, isto é, título que apresenta todas as palavras iniciando por letras maiúsculas.

Diferenciando-se das demais revistas, a *Acta Scientiarum* não apresenta instruções para o texto escrito em inglês, mencionando apenas que “Artigos científicos redigidos em língua inglesa terão prioridade na pauta de publicação da revista, desde que respeitado o limite de 20% em cada fascículo”<sup>44</sup>. Ao longo das

<sup>43</sup> Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/about/submissions#authorGuidelines>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

<sup>44</sup> Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/about/submissions#authorGuidelines>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

instruções apresentadas na página da revista, não fica claro como ocorre o processo de tradução dos artigos para a língua inglesa ou tampouco como esses artigos apresentados com versão em inglês, que totalizam em torno de 30%, são selecionados pelo corpo editorial<sup>45</sup>.

Dois pontos parecem aqui dignos de esclarecimento. O primeiro é o fato de não haver menção na página da revista sobre o processo de seleção de artigos para tradução. Desse modo, podemos interpretar essa ausência de comentários sobre a tradução como um indício de quais linhas temáticas são consideradas pelo periódico como pertinentes ao público leitor não falante de língua portuguesa, ou seja, quais, entre os artigos recebidos e aceitos, são considerados como de interesse internacional merecendo, portanto, tradução.

Desde a edição que inaugura o formato parcialmente bilíngue de publicação dos artigos – volume 37, n.1, 2015 – até a última edição no presente momento – volume 40, n.2, 2018 –, do total de 140 artigos, apenas 18 são acompanhados de suas versões em inglês, isto é, são veiculados em formato bilíngue. Observando quais são as linhas teóricas abordadas por esses artigos traduzidos, encontramos os seguintes resultados: 6% Fonética e Fonologia; 6% Linguística Aplicada; 12% Lexicografia; 13% Literatura Estrangeira; 19% Teoria e Crítica Literárias e 44% Estudos do Discurso<sup>46</sup>. Há também 21 artigos de pesquisadores brasileiros que são apresentados diretamente em inglês.

---

<sup>45</sup> A fim de melhor compreender os critérios utilizados na seleção dos artigos traduzidos e como ocorre o processo de tradução, entramos em contato com a equipe editorial da revista por e-mail: conferir Anexo A nesta tese.

<sup>46</sup> Para chegarmos a essa classificação dos artigos nas referidas áreas, observamos as informações dos metadados: título, resumo, palavras-chave, bem como a análise das referências bibliográficas.

## 1.4 INTERNACIONALIZAÇÃO, VISIBILIDADE E LEGITIMAÇÃO

Com base no que foi discutido até aqui, vemos que o aumento das publicações acadêmicas em inglês nos periódicos brasileiros é uma realidade que está diretamente relacionada aos sistemas de avaliação acadêmicos das IES do país. O termo *internacionalização* vem ganhando destaque tanto nas discussões que ocorrem nas universidades, quanto em documentos de órgãos de fomento. Contudo, uma definição precisa do que significa internacionalizar a produção de conhecimento em suas múltiplas dimensões é ainda difícil de encontrar. Analisando indicativos apresentados nas três revistas – *Alfa*, *Bakhtiniana* e *Acta Scientiarum* –, observamos que nelas internacionalizar diz respeito, sobretudo, a tornar a produção local visível para um público leitor mais amplo.

No documento publicado pela CAPES no ano de 2017<sup>47</sup>, cujo intuito foi traçar um panorama da atual situação de internacionalização das IES brasileiras e propor metas para intensificar esse processo, os resultados de um questionário elaborado e aplicado pela Diretoria de Relações Internacionais (DRI) da CAPES foram apresentados. O questionário abrangeu um total de 430 IES com programas de pós-graduação em todo o Brasil. A partir dessas informações, fornecidas pelas IES e pelo cruzamento com dados internos da CAPES – sobretudo relativo ao número de bolsas PDSE de doutorado sanduíche no exterior – e da Plataforma Sucupira, um novo plano de Internacionalização vem sendo delineado.

No documento, a internacionalização é apresentada como um meio de preparar as IES brasileiras para responder às demandas da sociedade globalizada:

---

<sup>47</sup> Disponível em: <[https://capes.gov.br/images/documentos/Relatorios\\_quadrienal\\_2017/20122017-letas\\_relatoriodeavaliacao\\_quadrienal2017\\_final.pdf](https://capes.gov.br/images/documentos/Relatorios_quadrienal_2017/20122017-letas_relatoriodeavaliacao_quadrienal2017_final.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2018.

A internacionalização pode ser entendida enquanto um processo amplo e dinâmico envolvendo ensino, pesquisa e prestação de serviços para a sociedade, além de construir um recurso para tornar a educação superior responsiva aos requisitos e desafios de uma sociedade globalizada. É o estágio mais elevado das relações internacionais entre as universidades. Conceitualmente, podemos dividi-la em dois tipos: a passiva, onde ocorre a mobilidade de docentes e discentes para o exterior; e a ativa, onde o fluxo é inverso. (CAPES, 2017, p. 6)

Como vemos no excerto, a relação que a internacionalização possui com o processo de globalização é novamente evidenciada, emergindo como meio para que a educação superior se torne preparada para responder às necessidades da sociedade globalizada. Dividida em dois tipos, é apresentada fundamentalmente a partir de ações de mobilidade acadêmica. Entretanto, na sequência do documento, são apresentadas metas propostas por cada IES, que buscam ampliar essa definição. Discutem-se ações que envolvem:

infraestrutura para internacionalização, utilização de idiomas estrangeiros, escritório de relações internacionais, projetos para receber estudantes/pesquisadores estrangeiros, treinamento da equipe técnica, apropriação do conhecimento adquirido pelo bolsista após o retorno ao país (CAPES, 2017, p. 7).

Tais metas visam ao crescimento do grau de inserção internacional e estão pautadas em índices utilizados para mensurar os “indicadores de internacionalização”, que incluem: número de professores visitantes e pós-doutores estrangeiros; percentual de professores estrangeiros no quadro permanente; número de projetos de cooperação internacional; número de artigos publicados em revistas com JCR; número de artigos publicados com coautoria estrangeira; percentual de aulas ministradas em outro idioma; percentual de alunos estrangeiros matriculados regularmente na IES; percentual de alunos estrangeiros regulares na pós-graduação; percentual de alunos estrangeiros temporários na pós-graduação; número de alunos



que obtiveram dupla titulação/cotutela com uma instituição estrangeira; número de alunos de pós-graduação em disciplinas lecionadas em idiomas estrangeiros; número de alunos de pós-graduação que possuam fluência em uma língua estrangeira; número de alunos brasileiros em doutorado sanduíche; percentual de corpo técnico com fluência em outros idiomas. (CAPES, 2017).

Para os indicadores relativos à publicação de artigos em revistas com JCR e em coautoria estrangeira, espera-se que o crescimento até 2020 dobre em relação aos percentuais apresentados no ano de 2016. Além disso, os percentuais de crescimento que envolvem o desenvolvimento da competência linguística de discentes e docentes são também projeções otimistas. No documento, é ressaltada a importância da publicação em colaboração com membros de instituições estrangeiras:

Um quinto dos trabalhos científicos produzidos no mundo ocorre com coautorias internacionais, o que reflete que pesquisadores no mundo todo estão colaborando cada vez mais para produção de conhecimento e inovação. O fator de impacto das publicações com um determinado colaborador é um índice dinâmico que sofrerá alterações ao longo dos anos. De maneira geral, **o fator de impacto de publicações brasileiras aumenta significativamente quando combinado com instituições estrangeiras.** (CAPES, 2017, p. 22. Grifo nosso).

Conforme demonstra o excerto, as atividades de colaboração com pesquisadores de outros países ganham relevo como meio de alavancar o valor das publicações nas avaliações que mensuram o fator de impacto, visto, conforme lembra Salager-Meyer (2008) como a atual moeda da ciência. Portanto, o que está subjacente à lógica da cooperação internacional é, como já discutimos, a importância de se estabelecer parcerias que assegurem maior visibilidade, para que desse modo, o trabalho seja potencialmente mais citado por outros pesquisadores. Uma forma de entender os objetivos do processo de internacionalização, sobretudo na seara das publicações seria:

### Esquema 1 – Objetivos do processo de internacionalização

Colaborações Internacionais → Maior Visibilidade → Mais Citações → Maior Fator de Impacto  
 =  
 Aumento Potencial de Recursos

No que se refere à forma como o nível de internacionalização poderia ser mensurado, destaca-se o uso de índices capazes de contabilizar: o número de *downloads* originários do Brasil e do exterior; a quantidade de citações por autores estrangeiros; a presença das pesquisas em redes sociais; a porcentagem de artigos publicados em língua inglesa; a porcentagem de autores com afiliação estrangeira; a porcentagem de artigos elaborados em colaboração internacional; e a proporção dos pesquisadores de outros países a exercer funções de editores-chefes ou associados e pareceristas. Esses elementos são quantificados com auxílio da metodologia *Counter* e de índices como *Altmetric* e *SciELO Citation Index* (SciELO, 2014).

Como vemos, a questão do uso do inglês para publicações é uma das formas de quantificar a internacionalização nas publicações. Conforme ressalta Righi (2011, p. 32), “há uma relação clara e estreita entre a capacidade de se produzir e publicar textos científicos em línguas estrangeiras e a nossa produtividade científica, assim como nossa visibilidade como produtores científicos e colaboradores em instâncias globais”. Publicar em inglês, portanto, mais que possibilitar a circulação internacional da produção científica, diz respeito também a práticas em consonância com os instrumentos que avaliam a produtividade.

## 1.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Ao longo deste capítulo, traçamos um percurso que partiu da discussão sobre o processo de globalização como um fenômeno homogeneizante com motivações políticas e ideológicas, que tendem a ser escamoteadas por seu funcionamento metonímico. Assim, pela primazia de seus efeitos ao invés de suas causas, as políticas de globalização chegam até o espaço da produção de conhecimento fomentando a busca por unificação, que se faz presente, entre outras coisas, na eleição de uma mesma língua para uma comunidade multilíngue: o inglês.

Diante de uma comunidade acadêmico-científica que parece rumar em direção a um monolinguismo, observamos, pela consideração a elementos de ordem geopolítica, uma linha divisória entre países centrais, em sua maioria anglófonos, e países periféricos, falantes de outras línguas que não o inglês, delineada, sobretudo, pela relação entre as riquezas nacionais dos países e sua produtividade científica. Desse modo, pudemos demonstrar que as disparidades não estão fundamentadas exclusivamente em termos linguísticos – acadêmicos anglófonos *versus* não-anglófonos –, mas também em elementos que se traduzem ou na dificuldade de acesso à literatura atualizada, ou, ainda, a outros estilos de escrita e tradições de pesquisa que, distintas do modelo hegemônico, não cumprem as condições de aceitabilidade necessárias para integrar a posição de centralidade da produção de conhecimento.

A seguir, observamos que, embora a padronização da produção do conhecimento em inglês seja vista como uma ameaça ao plurilinguismo na esfera acadêmico-científica, há fatores determinantes que impelem os pesquisadores a recorrerem ao inglês para disseminar seus artigos. Entre eles, destacam-se a questão da visibilidade, necessária à validação e legitimidade da pesquisa, e os sistemas de recompensa institucionais, que, valendo-se de quantificações como número de

citações e fator de impacto funcionam de maneira a valorizar a disseminação em inglês em detrimento das línguas locais.

Discutimos, ainda, a relação entre as áreas do conhecimento e o lugar da escrita acadêmica. Enquanto nas áreas das chamadas ciências duras, a *anglicização* da produção acadêmica já parece estar sedimentada e ser consensual, na área das ciências humanas e sociais, há ainda debates sobre suas implicações, considerando, por um lado, sua natureza voltada para a localização e, por outro, a importância da forma de escrita na própria definição do objeto de investigação.

Após esses primeiros passos, portanto, seguimos nosso percurso investigativo com os seguintes questionamentos: quais as particularidades da tradução dos artigos acadêmico-científicos para fins de internacionalização? Para quem estamos traduzindo esses textos? Quais os efeitos da tradução de nossos artigos para o inglês? E, finalmente, o que pode ser dito a partir da análise discursiva de onze pares de artigos?

Tais questionamentos funcionam como o fio condutor dos capítulos que seguem, nos quais nos dedicaremos à reflexão do processo de tradução propriamente dito (Capítulo 2), à problematização das motivações das traduções dos artigos (Capítulo 3) e, finalmente, a análises de sequências discursivas (Capítulo 4).

## 2 TRADUÇÃO, DISCURSO E IDEOLOGIA

*“Minha surpresa só aumentou quando constatei, sem nenhuma dúvida, que essa determinação percorria todo o seu trabalho. Por onde sua pena de tradutor passasse, sempre causava prejuízo aos personagens, mesmo que só se apresentassem naquele capítulo, e, sem respeitar móvel ou imóvel, atropelava a quase indiscutível sacralidade da propriedade privada. Trabalhava de várias maneiras. Na maioria das vezes, os objetos desapareciam sem mais nem menos. Aqueles tapetes, cofres, talheres de prata, cuja missão era enobrecer o original em inglês, não os encontrei em nenhum lugar no manuscrito húngaro. Em outros casos só tirava uma parte, a metade ou dois terços. Se alguém mandava o criado levar cinco malas para a cabine do trem, ele só mencionava duas; sobre as outras três silenciava sorrateiramente. De todos os casos, para mim, o pior – porque isso decididamente mostrava má intenção e falta de hombridade – era que com frequência trocava as pedras e metais preciosos por outros sem nobreza e sem valor; a platina por lata, o ouro por latão, o diamante por vidro ou zirconita”.*

*(Dezső Kosztolányi, O tradutor cleptomaniaco)*

A epígrafe que abre este capítulo retrata as peripécias de um tradutor que, sofrendo de cleptomania, intervém furtivamente na produção do autor e elabora uma tradução que se distingue do original pela subtração e substituição de objetos e pela supressão de certas partes da narrativa. Extrapolando os limites da verossimilhança, Kosztolányi produz um conto de humor estruturado a partir da situação absurda do furto de elementos linguísticos. Para além de seu caráter jocoso, uma forma de olhar para a narrativa é observando os discursos sobre tradução a ela subjacentes: um tradutor que, ao mesmo tempo, rompe com o pacto (implícito) de invisibilidade e, manifestando-se, viola a obra do autor. Esses dizeres e saberes sobre as atitudes do tradutor frente à obra traduzida e à figura do autor fazem parte da história da tradução e até hoje não são objeto de consenso, como discutiremos a seguir.

Após essa incursão no cenário em que a internacionalização da produção de conhecimento vem ganhando espaço tanto na esfera global quanto no Brasil, passamos agora a problematizar questões pertinentes à tradução. Como vimos, a tradução emerge como o meio e a condição que permite que os artigos de pesquisadores de contexto multilíngue possam ser acessados por leitores de outros países, além de leitores locais. Assim, a discussão acerca do processo de tradução que propomos neste trabalho, leva em conta a circulação internacional da produção intelectual. De maneira mais pontual, é preciso lembrar que estamos interessadas em traduções de artigos acadêmico-científicos da área dos Estudos da Linguagem, cuja língua de partida é o português e a de chegada é o inglês.

Nosso objetivo neste capítulo é realizar um cotejo entre os *Estudos da Tradução* (ET) e a *Análise do Discurso* (AD). Embora ambos se ocupem de fenômenos linguageiros, trata-se de duas áreas com especificidades próprias, independentes, mas que podem ser vistas de forma articulada. Desse modo, ao longo do capítulo, procuramos destacar de que modo a tradução pode interessar à perspectiva discursiva materialista enquanto processo de produção de sentidos. Da mesma forma, interessa observar os redimensionamentos promovidos quando a tradução é tomada por um viés discursivo.

Assim, iniciamos destacando pontos de proximidade e de distanciamento entre as noções de *discurso* e *ideologia* nas teorizações desenvolvidas por pesquisadores dos ET e da perspectiva discursiva materialista proposta pelo filósofo Michel Pêcheux. A partir desse movimento, nosso intuito é apresentar como a Análise do Discurso pecheuxtiana pode contribuir para a descrição e compreensão do processo tradutório, oferecendo elementos para a compreensão das relações em jogo na tradução de artigos acadêmico-científicos produzida para fomentar a inserção internacional da pesquisa brasileira.

## 2.1 A TRADUÇÃO NOS MOVIMENTOS DA HISTÓRIA

Um breve olhar diacrônico sobre as problematizações acerca da prática e da teoria da tradução permite observar que este é um domínio de investigação constituído por dicotomias, polarizações e dissenso. O que nos interessa nesta vista d'olhos sobre os pontos que marcam a história da tradução é demonstrar o constante jogo entre concepções que constituem o processo de tradução e os momentos históricos a elas relacionados. Dito de outra forma, os discursos sobre tradução, assim como ocorre em todas as práticas sociais, emergem sempre em determinado tempo e espaço e constituem respostas a demandas da sociedade na qual emergem.

Para Cícero ([IA.C] 1949), em seu *Optimo Genere Oratum*, tomado aqui como um discurso fundador<sup>48</sup> dos saberes sobre tradução, é traduzindo como *orador* e não como *intérprete* que se assegura que a força da linguagem, presente no peso das palavras, possa ser mantida no texto de chegada, priorizando a precisão palavra-por-palavra na busca pela equivalência formal. O argumento defendido por Cícero pode tornar-se ainda mais claro ao considerarmos a importância da retórica no contexto da época em questão. No período em que Roma estava em franca ascensão, o grande interesse pela cultura helênica impulsionava as traduções de obras gregas para o latim. Nesse contexto, havia uma preferência da elite romana, predominantemente bilíngue, por ler traduções ao invés de originais, já que as versões eram consideradas mais ricas quando comparadas ao original (OUSTINOFF, 2011).

É também o olhar histórico que nos mostra que a difusão de traduções da Bíblia para as línguas vernáculas, momento importante para os Estudos da Tradução, ocorre para suprir a necessidade de disseminar o cristianismo no momento de expansão do Império Romano. Neste caso, a crença de que se tratava de um livro

---

<sup>48</sup> A noção de discurso fundador, trabalhada por Orlandi (2003b, p.8), refere-se à “fala que transfigura o sem-sentido no sentido”.

inspirado por Deus resulta na concepção da sacralidade da palavra, devendo, portanto, ser respeitada pelo tradutor. Conseqüentemente, esse período caracteriza-se pelos ideais de transparência da tradução e neutralidade do tradutor – donde a leitura da tradução equivaleria à leitura do original, numa forma de transubstanciação de uma língua a outra. Com o processo de secularização (especialmente entre os séculos XVI a XVIII), no qual textos de outras naturezas além daqueles de cunho religioso passam a ser traduzidos para línguas vernáculas, a intervenção do tradutor é aceita como um meio de enriquecer o texto, numa relação de parceria com o autor, trata-se da época das *Belas Infiéis*. Já no século XVIII, os ideais românticos davam relevo à criação artística individual, ressaltando o gênio criativo, resultando na valorização do autor e proporcional desprestígio do tradutor, do qual se esperava uma postura de *ventríloquo*, isto é, que fosse apenas um veículo para as palavras do autor.

Esse breve percurso permite observar concepções sobre o papel do tradutor e da tradução propriamente dita em diferentes períodos históricos. Assim, embora a tradução possa ser pensada como detentora de um saber próprio, conforme defende Berman ([1989] 2009) ao propor um campo autônomo de investigação – a *Tradutologia* –, a complexidade de seu objeto e de suas relações tornam-na propensa a interfaces com outras áreas do saber, tal como afirma Wolf (2010, p. 32): “Translation Studies calls for us to go beyond disciplinary boundaries”<sup>49</sup>.

Para Tymoczko (2005), oferecer uma definição de *tradução* não é uma tarefa fácil devido ao fato de se tratar de um *cluster concept*, isto é, um conceito aberto que exige a compreensão de características heterogêneas cuja relação é da ordem da dependência. Conseqüentemente, o quadro de referência aplicado à tradução impacta significativamente a maneira como esse conceito é compreendido, podendo

---

<sup>49</sup> Os Estudos da Tradução nos convocam a ir além das fronteiras das disciplinas.



ressaltar certos aspectos envolvidos no processo e não outros. Para a autora, o avanço dos ET está proporcionalmente relacionado a sua ligação com outras áreas do conhecimento, cuja importância julga ser fundamental para a transposição de certas limitações presentes na área. Trata-se, portanto, de uma área de estudo que, embora autônoma, muito se beneficia das interfaces realizadas com outras para compreender esse objeto complexo e multifacetado que é a tradução.

No panorama histórico das teorias da tradução apresentado por Brisset em seu artigo *Cultural Perspectives on Translation* (2010), é possível observar como as diferentes formas de conceber a noção de *cultura* nos ET ao longo de seu desenvolvimento, produziram efeitos significativos nas abordagens da área. Ao percorrer o trabalho de teóricos que analisaram a tradução para além de seu aspecto linguístico, considerando a prática tradutória em sua dimensão humana, social e geopolítica, importantes deslocamentos são observados.

Desse modo, enquanto os estudos do período áureo do estruturalismo como ciência-piloto das Ciências Humanas, especialmente o célebre ensaio *On Linguistic Aspects of Translation* ([1959] 1972), de Jakobson, preconizavam a tradução como uma *equivalência na diferença*, as pesquisas do final da década de 1980 passaram a questionar tal concepção sustentadas pelo reconhecimento da assimetria existente entre as línguas e culturas. Assim, se as variadas línguas e culturas não são mais consideradas simétricas, haveria ainda espaço para o ideal da equivalência na tradução?

Conhecida pelo termo *Cultural Turn* [Virada Cultural] e encabeçada por teóricos como Bassnett e Lefevere, essa fase dos ET ficou conhecida pela consideração dos âmbitos humano, social e geopolítico a partir dos quais o processo tradutório se realiza. Nesse contexto, a figura do tradutor ganha relevo, já que poderia revelar posicionamentos políticos, ideológicos, morais, entre outros. Assim, embora essa importante mudança de paradigma caracterizada pela virada cultural

tenha contribuído para um olhar mais abrangente para o fenômeno da tradução, ultrapassando a busca por equivalência entre texto de partida e texto de chegada, seu escopo parece ainda estar voltado para elementos relativos ao contexto imediato no qual a tradução ocorre.

Foi a partir de uma nova mudança de paradigma, com o advento da abordagem sociológica, sobretudo após os anos 2000, que o fenômeno da tradução passou a ser visto a partir de um contexto mais amplo, no qual a investigação das condições externas de produção e circulação do texto traduzido, e sua função no campo cultural são concebidos como reveladores dos papéis dos agentes envolvidos no processo (tais como editoras, corpos de fomento, transmissão cultural) e das relações de poder que circundam todo ato de tradução. De acordo com Brisset (2010, p. 73):

The new sociological thinking approaches translation and literature through the overall context in which they occur (currents of ideas, political movements, world literature, commercial circuits, publishing mechanisms and so on), enabling them to be understood in a new way.<sup>50</sup>

Desse modo, o interesse da abordagem sociológica da tradução não está apenas no produto da tradução, isto é, o texto traduzido, mas na compreensão de sua relação com os elementos envolvidos no processo e os efeitos produzidos. Assim, a partir da exploração das condições tidas como externas, de produção, circulação e de sua função num dado contexto, busca-se compreender os elementos que determinam a maneira como as traduções são disseminadas. Em outras palavras, o que está em jogo nessa forma de abordagem é questionar o *porquê* de se traduzir, além do *como* se está traduzindo. Wolf (2010) considera uma nova mudança de paradigma na área dos ET, pois deslocamentos importantes são produzidos tanto na

---

<sup>50</sup> O novo pensamento sociológico aborda a tradução e a literatura a partir do contexto geral em que ocorrem (correntes de ideias, movimentos políticos, literatura mundial, circuitos comerciais, mecanismos de publicação e assim por diante), tornando possível que sejam compreendidas de uma nova maneira.

maneira de conceber o tradutor, visto como um sujeito construído pelo social, quanto na concepção de tradução propriamente dita, conforme afirma: “taking the view on the translator as a constructed and constructing subject in society seriously entails a shift in the view of both the translation concept and the research domain of translation studies<sup>51</sup>” (WOLF, 2010, p. 31).

Assim, a partir da *virada sociológica*, a tradução passa a ser vista como uma *prática social*, e sua investigação não pode mais ocorrer em um suposto vácuo da relação entre texto de partida e de chegada. Portanto, ao se tomar a tradução como uma prática social, sua dimensão política ganha relevo e ela passa a ser entendida como uma atividade não neutra, já que necessariamente enraizada na cultura e determinada por elementos de ordem econômica, social e histórica.

Um deslocamento importante que merece destaque é a relação entre os elementos interiores e exteriores ao processo de tradução. Se anteriormente seria possível demarcar o que era interno ao processo tradutório – a relação entre *texto de partida* e *texto de chegada*, envolvendo questões linguísticas – e o que era externo – o contexto no qual o texto foi produzido, questões sobre o tradutor, demanda pela tradução etc. –, agora esses elementos passam a ser concebidos como imbricados, ou seja, inseparáveis, pois passa-se a considerar não apenas o tradutor como um sujeito constituído pelo social, mas o próprio ato tradutório como determinado pelas condições sócio-históricas nas quais emerge.

Tanto a *virada cultural* quanto a *virada sociológica* representam um avanço significativo para a área dos ET, pois permitem olhar para o fenômeno da tradução como um processo complexo que ultrapassa a relação entre texto de partida e de chegada, sendo realizado por sujeitos constituídos por determinações históricas e

---

<sup>51</sup> Na perspectiva em que o tradutor é considerado um sujeito construído por e em construção na sociedade, seguramente há uma mudança na concepção tanto do conceito de tradução quanto do domínio de pesquisa nos Estudos da Tradução.

sociais. De um ponto de vista discursivo, que é o nosso nesta pesquisa, entendemos este como um dos pontos de aproximação possíveis, já que ambas as áreas buscam compreender as determinações históricas nos processos de significação. Embora um ponto comum seja a concepção de que o aspecto sócio-histórico está imbricado no fazer de todo sujeito, o que implica que a exterioridade seja tomada como constitutiva das práticas subjetivas, é importante ressaltar que há pontos de divergência entre a forma de conceber como esse processo ocorre nos dois domínios de investigação.

Com o intuito de ressaltar um desses pontos de distanciamento, trazemos a afirmação de Wolf (2010) de que “Translation always reflects the historical and cultural conditions under which they have been produced”<sup>52</sup>. Atentando para o verbo *refletir*, poderemos observar, por um viés discursivo de base histórico-materialista, que a natureza contraditória do real não é considerada, pois, como sabemos, não se trata de um movimento direto e homogêneo: ao mesmo tempo em que há *reflexão*, há também *refração* dessas condições de produção.

Passamos agora à discussão de outros pontos de aproximação e distanciamento entre os Estudos da Tradução e a Análise do Discurso pecheuxtiana. Para tanto, tomamos por base duas noções centrais, que são as de *discurso* e *ideologia*, realizando um cotejo entre teorizações de autores dos ET. Interessa-nos compreender a forma como essas duas noções são tomadas em cada um deles, para então confrontá-las com o modo como são tomadas na obra de Michel Pêcheux.

## 2.2 TRADUÇÃO E IDEOLOGIA: TRÊS PONTOS DE VISTA NOS ESTUDOS DA TRADUÇÃO

---

<sup>52</sup> A tradução sempre reflete as condições históricas e sociais nas quais foi produzida.

Tomada como prática social, o estudo da tradução não pode prescindir da consideração da relação com o contexto em que emerge. Desse ponto de vista, um conceito que assume grande importância é o de *ideologia*. Considerando as diferentes formas de concebê-la enquanto noção teórica, apresentamos sua definição na área dos Estudos da Tradução por meio da menção a três teóricos da área: Ian Mason (1994, 1997), Maria Tymoczko (2003) e Jeremy Munday (2007).

Para Mason (1994), todos os agentes que participam do processo de tradução trazem, consciente ou inconscientemente, suas visões de mundo [*worldviews*] ao se relacionar com o texto nos diferentes níveis envolvidos. O autor apresenta como caso ilustrativo dessa influência a crítica da tradução oficial de Freud para o inglês, discutida por Bruno Bettelheim (1983)<sup>53</sup>, na qual, segundo o autor, o interesse dos tradutores oficiais em tornar a obra aceitável para o público leitor anglófono resultou em um texto mais clínico, mais científico e menos subjetivo quando comparado ao texto de partida, fazendo de Freud “the anatomist of mind rather than the doctor of souls<sup>54</sup>”. Haveria, portanto, segundo Mason, duas ideologias distintas funcionando no caso em questão: uma humanista e outra comportamental.

A partir desse exemplo, Mason levanta questões bastante relevantes acerca de como as ideologias podem ser efetivamente identificadas e deflagradas no uso de certos elementos linguísticos. Com relação ao tradutor, questiona qual deve ser sua atitude diante da ideologia que percebe como presente no texto de partida e indaga, ainda, acerca das possíveis diferenças entre as percepções do público leitor do texto de partida e do texto de chegada.

Para responder a tais questionamentos, o autor pauta-se na concepção de que o sentido das palavras é construído pelos falantes nos diferentes contextos de

---

<sup>53</sup> Referência apresentada no texto de Mason: BETTELHEIM, Bruno. **Freud and man's soul**. London: Chatto & Windus, 1983.

<sup>54</sup> o anatomista da mente ao invés de médico de almas.

interação, originando histórias discursivas distintas, que dão forma às suas percepções. Assim, para o autor não há como separar a noção de discurso da de ideologia, uma vez que uma sustenta a outra:

Discourse in this sense is both institutional and individual and gives expression to user's attitudes towards any particular state of affairs. (...). As such, it is of course bound up with ideology – not in the commonly used sense of a political doctrine but rather **as the set of beliefs and values which inform an individual's or institution's view of the world and assist their interpretation of events, facts, etc.**<sup>55</sup> (MASON, 1994, p. 25. Grifo nosso).

É interessante ressaltar a distinção feita por Mason com a acepção de ideologia como “sentido comumente atribuído de uma doutrina política”, trazendo à baila a polissemia inerente a esse conceito. Assim, o autor define ideologia como um conjunto de crenças e valores que revelam uma visão de mundo, ao mesmo tempo em que influenciam na maneira como eventos e fatos são interpretados. Como consequência dessa relação de mútua dependência entre discurso, ideologia e indivíduo, o autor entende que “the discourse belongs to user who also belongs to it<sup>56</sup>” (MASON, 1994, p. 33). Segue, então, propondo um modelo de análise da ideologia na tradução. Para o autor, a produção e a recepção de textos, assim como as convenções retóricas das comunidades culturais (da língua de partida e da língua de chegada) são reguladas por certas restrições [*constraints*] que podem ser consideradas como pertencendo a três categorias: gênero, discurso e texto.

Anos mais tarde, no livro *The translator as communicator* (1997), escrito com seu colega Basil Hatim, a relação entre ideologia e tradução é novamente discutida.

---

<sup>55</sup> Discurso, nesse sentido, é tanto institucional como individual e manifesta-se nas atitudes dos usuários diante de um estado das coisas qualquer. (...) Dessa forma, ele está, certamente, relacionado à ideologia – não no sentido comumente atribuído de uma doutrina política, mas, sim, como um conjunto de crenças e valores que informam a visão de mundo de um indivíduo ou instituição e entram em cena na interpretação de eventos, fatos etc.

<sup>56</sup> O discurso pertence ao usuário, que por sua vez também pertence a ele.

Propondo uma diferença entre uma *ideologia da tradução* [*the ideology of translating*] e uma *tradução da ideologia* [*the translation of ideology*], esses autores ocupam-se, principalmente, das implicações de certas estratégias aplicadas a uma situação sociocultural dada, bem como a intervenção do tradutor no processo, entendendo que esta pode partir de um nível mínimo [*minimal mediation*], chegando a um máximo [*maximal mediation*]. Essa perspectiva apresenta-se ainda bastante centrada na figura do tradutor, sobretudo nas escolhas que faz ao traduzir o texto base, produzindo, assim, o texto traduzido.

Ocupando-se da questão da ideologia na/da tradução por um viés um tanto distinto, o trabalho de Tymoczko (2003), destaca-se ao conceber a ideologia da tradução como um *amálgama* composto tanto pelo texto-fonte quanto pelo texto-alvo. Para entender tal amálgama, é preciso que se tome cada texto que constitui esse todo, ou seja, seu conteúdo, os vários atos de fala neles implicados, seu contexto e consequente representação e, ainda, o público receptor em cada uma das culturas (de partida e a de chegada).

De acordo com a autora, os efeitos ideológicos serão diferentes em cada caso de tradução<sup>57</sup>. Isso porque eles não dependem unicamente do texto traduzido, mas também, e sobretudo, das escolhas feitas pelo tradutor, escolhas estas relativas aos níveis de representação tanto do tema quanto dos efeitos do texto-fonte e do próprio sujeito que traduz (isto é, efeitos locucionários, ilocucionários e perlocucionários). Dito de outro modo, segundo Tymoczko (2003, p. 216), “ideology of a translation resides not simply in the text translated, but in the voicing and stance of the translator

---

<sup>57</sup> Para ilustrar sua teorização, Tymoczko apresenta o caso da obra “Antígona”, de Sófocles, comparando a ideologia do texto de partida com a posterior reescrita e encenação por Jean Anouilh em Paris, em 1944. Enquanto a primeira pode ser vista como uma declaração (*statement*) sobre os perigos da tirania e a importância da resistência heroica aos tiranos, a segunda não pode se furtar a tecer comentários sobre o contexto sociopolítico vivido naquele momento, qual seja, a ocupação da capital francesa pelos nazistas. De acordo com a autora, a peça sugeria a seus espectadores que resistissem à usurpação nazista. Tais elementos, segundo Tymoczko, precisam ser levados em consideração para determinar a ideologia da peça de Anouilh.

and in its relevance to the receiving audience”<sup>58</sup>. Esses elementos – voz, posicionamento e relevância para o leitor –, entendidos como determinantes da ideologia da tradução, são afetados e determinados pelo que Tymoczko denomina como “lugar de enunciação” [*place of enunciation*], que, mais que a uma posição geográfica e temporal, refere-se a um posicionamento ideológico [*ideological affiliation*].

Assim, a noção de *lugar* possui grande importância no pensamento da autora, uma vez que revela um posicionamento ideológico. Tymoczko questiona a concepção, cada vez mais recorrente, de que o tradutor ocuparia um espaço ou lugar de *entremeio* entre culturas, isto é, um espaço que não seria nem o da cultura de partida nem o da cultura de chegada, mas algo entre essas duas culturas por ele mediadas. Segundo a autora, uma das consequências de remeter o tradutor a esse *outro lugar* é o apagamento do aspecto ideológico, ou seja, a concepção de que ao remeter o tradutor a um *alhures*, ao não pertencimento a nenhuma das línguas/culturas, poder-se-ia presumir que ele ocuparia uma posição neutra e, portanto, não ideológica:

Particularly employed by progressive and engaged writers on translation theory and practice, translation has been characterized as a place or a space in *between* other spaces. The locution *between* has become one of the most popular means of figuring an elsewhere that a translator may speak from – an elsewhere that is somehow different from either the source culture or the receptor culture that the translator mediates between – as well as the culture the translator lives in – an elsewhere that is often seemingly not simply a metaphorical way of speaking about ideological positioning, but *ipso facto* affords a translator a valorized ideological stance. An exploration of this discourse – including aspects of origin, logic, rationale, usefulness, and import – takes us to the heart of the ideology of translation.<sup>59</sup> (TYMOCKZO, 2003, p. 217).

---

<sup>58</sup> a ideologia da tradução encontra-se não apenas no texto traduzido, mas também na voz, no posicionamento do tradutor e em sua relevância para o público leitor.

<sup>59</sup> Particularmente empregada por escritores progressistas e engajados na teoria e prática da tradução, a tradução vem sendo caracterizada como um lugar ou espaço *entre* outros espaços. A locução *entre* tornou-se um dos mais populares meios de configurar um outro lugar do qual um tradutor pode falar – um outro lugar que é de alguma forma diferente



Sustentando-se numa visão sistemática de língua, a autora defende que, no processo de tradução, o tradutor está sempre fadado a operar em *um* ou em *outro* sistema – no espaço de enunciação de partida ou de chegada –, e em nenhum momento *entre* eles. Assim, para Tymoczko, as concepções que argumentam em favor da existência desse espaço intermediário, como um *entre* línguas e culturas, representam um retrocesso ao tempo em que significados e ideias eram pensados como separados das formulações linguísticas: “They return us to retrograde Platonic notions of meaning that were ascendant in the nineteenth century, in which meanings and ideas were thought to exist apart from and above any linguistic formulations<sup>60</sup>” (TYMOCKZO, 2003, p. 224).

Desse modo, conforme ressalta a autora, a concepção de que o tradutor ocuparia tal posição intermediária resulta em uma visão homogênea de cultura e língua, já que pressupõe a existência de bordas claramente definidas entre elas. Para a autora, a identificação do tradutor com ideias vistas como estrangeiras não autoriza compreendê-lo como estando fora de sua cultura, mas, funciona como um indício da heterogeneidade própria da noção de cultura.

Para Jeremy Munday (2007), em seu texto *Translation and Ideology*, interessa explicar como a noção de ideologia vem sendo compreendida em seu quadro de investigação. Ancorando-se em Van Dijk (1998) e em Simpson (1993), Munday entende esse conceito como englobando o conhecimento, as crenças e o sistema de valores do indivíduo e da sociedade na qual ele opera. Segundo o autor, a teoria

---

daquele da cultura de partida ou da cultura receptora, mediadas pelo tradutor – bem como daquela cultura na qual o tradutor vive –, um outro lugar que, frequentemente, parece ser não apenas uma forma metafórica de falar sobre posicionamento ideológico, mas que *ipso facto* assegura ao tradutor uma posição ideológica privilegiada. Uma exploração desse discurso – incluindo aspectos como origem, lógica, racionalidade, utilidade e importação – nos conduz ao cerne da ideologia da tradução.

<sup>60</sup> Leva-nos a retroceder às noções platônicas sobre os sentidos, em ascensão no século XIX, quando os sentidos e as ideias eram pensados como se existissem separadamente de quaisquer formulações linguísticas.

multidisciplinar da ideologia, cujos três elementos principais são cognição, sociedade e discurso, constitui uma abordagem que considera ser mais equilibrada na medida em que relativiza a autonomia do indivíduo, que não se encontra absolutamente livre – dado o papel fundamental da sociedade, enquanto interesses de grupos, poder e domínio – nem completamente assujeitado, já que a cognição implica particularidade.

### 2.3 A NOÇÃO DE IDEOLOGIA PELA PERSPECTIVA MATERIALISTA-DIALÉTICA DE PÊCHEUX

A noção de ideologia ocupa um lugar fundamental na teoria discursiva proposta por Michel Pêcheux. Ao trazer o materialismo histórico como um dos pilares que sustenta o quadro teórico de seu empreendimento, o autor explica que este refere-se à “teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias” (PÊCHEUX; FUCHS, 2010). O termo *materialismo* é de fundamental importância, pois demarca, a um só tempo, a filiação teórica de base marxista, segundo a leitura althusseriana, e o distanciamento das demais perspectivas, sobretudo aquelas de cunho idealista, como grande parte das perspectivas no campo dos Estudos da Linguagem.

Na célebre metáfora espacial apresentada por Karl Marx, encontramos um edifício formado por uma base (infraestrutura) econômica que sustenta as instâncias jurídico-política e ideológica (superestrutura). Essa configuração permite visualizar a dependência da base econômica, que dá sustentação às demais instâncias na formação social capitalista.

Ao contrário de uma perspectiva idealista, para a qual as ideias poderiam ser tomadas como elementos de mudança da sociedade concreta, a ótica materialista parte do pressuposto de que é a realidade material, determinada pelas relações de

produção da formação social capitalista, que determina as ideias, conforme explica Louis Althusser (1977a, p. 136):

o marxismo considera que as idéias têm existência histórica [e] são relacionadas e incorporadas na materialidade das relações sociais. Por detrás das relações entre simples idéias, existem relações de forças que fazem com que determinadas idéias estejam no poder (é o que se chama de ideologia dominante) e que outras idéias lhes estejam submetidas (o que se chama a ideologia dominada), até que a relação de forças se altere.

Desse ponto de vista, é a realidade concreta que determina a consciência<sup>61</sup> dos indivíduos, que passam a ser vistos como como suportes<sup>62</sup> de certas relações determinadas pela luta de classes, o verdadeiro motor da história. É nesse sentido que Althusser (1978) esclarece que os indivíduos concretos só podem ser agentes na história ao se revestirem de uma *forma de sujeito*, ou seja, de uma forma de existência histórica. As ações dos sujeitos são, portanto, sempre condicionadas às determinações sócio-históricas encontradas em um dado momento na formação social. Como consequência, o materialismo criticará o que denomina “culto da personalidade”, isto é, a atribuição da responsabilidade de certo evento a um sujeito, bastante recorrente em perspectivas historicistas. Conforme explica Marx em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, “os homens fazem a história nas condições que encontram diante de si e não como querem” (MARX, [1852]1978, p. 329).

A história é vista como um “processo sem sujeito nem fim” (ALTHUSSER, 1978), cujo movimento se dá pelas relações de forças que permanecem em constante

---

<sup>61</sup> O termo “consciência” é utilizado na perspectiva marxista, mas deve ser lido com cautela na ótica da AD, pois, conforme mencionamos, trata-se de uma teoria não subjetivista e de natureza psicanalítica, o que implica um sujeito descentrado, isto é, que não é “senhor de si”, pois é afetado pelo inconsciente.

<sup>62</sup> É importante ressaltar que, embora o pensamento althusseriano esteja presente de maneira acentuada nas teorizações de Michel Pêcheux, algumas noções foram redimensionadas. A concepção de que os sujeitos seriam suportes foi criticada por Pêcheux no texto *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês*: início de uma retificação, de 1978. Pêcheux entende que a interpelação ideológica, como todo ritual, não pode ser pensada como isenta de falhas. Portanto, os indivíduos, interpelados em sujeito, não estão fadados a meramente reproduzir as ideologias dominantes – como suportes – mas, haveria sempre a possibilidade de brechas, tomadas como falhas no ritual, que apontariam para a possibilidade do diferente, da transformação.

embate. Assim, do ponto de vista do materialismo histórico, a realidade é sempre contraditória, pois é constituída por essa relação de forças divergentes. É nesse ponto que a concepção dialética se faz fundamental, uma vez que, questionando o princípio da não contradição proposto por Aristóteles e defendido pelas filosofias idealistas, pressupõe a coexistência de contrários em um mesmo espaço e tempo.

Desse modo, o real<sup>63</sup> é entendido como constituído por relações de desigualdade e contradição, das quais resulta o movimento da história. É relevante ressaltar, mais uma vez, que esse processo não conhece um ponto de partida ou de chegada, pois é fruto dessas relações de força em constante tensão. Uma leitura materialista-dialética buscará, portanto, tornar visível essa constituição necessariamente contraditória do real, questionando o efeito de unidade e homogeneidade que o recobre, segundo certas posições ideológicas determinadas, em última instância, por essas relações de forças.

Segundo Althusser (1985, p. 77), “a tese mínima que define o materialismo histórico é a existência da realidade fora do pensamento ou da consciência”. Dessa afirmação decorrem duas consequências de grande importância para se compreender a perspectiva materialista, a que se filia a teoria da Análise do Discurso pecheuxtiana. A primeira delas é a negação do idealismo, pois, se a realidade existe fora do pensamento e, portanto, fora do indivíduo e o determina, não seria possível defender que suas ideias possam mudar suas condições de existência. É nesse sentido que Pêcheux ([1975] 2009, p. 232) afirmará que “o real existe, necessariamente, independentemente do pensamento e fora dele, mas o pensamento depende, necessariamente, do real, isto é, não existe fora do real”. A segunda consequência refere-se à relação entre o indivíduo e a (sua) realidade, que se dá, necessariamente, por meio da ideologia. Assim, a ideologia possui um papel de mediação entre as

---

<sup>63</sup> Referimo-nos aqui ao *real* como as *condições de existência reais* e não como uma das categorias conceituais lacanianas.

condições reais de existência do indivíduo e a percepção imaginária que faz dela. Para entender, portanto, como o sujeito percebe suas condições de existência, é necessário considerar sua relação com as formas de existência históricas, ou seja, com a(s) ideologia(s).

Nesse sentido, devido ao relevo dado à noção de ideologia nesta perspectiva, é importante ressaltar a diferença apontada por Althusser (2008) e ratificada mais tarde por Pêcheux ([1975] 2009), entre *Ideologia*, grafada com “I” maiúsculo e no singular, e *ideologias*, com “i” minúsculo e no plural. Enquanto a primeira é omni-histórica, ou seja, não tem história própria, uma vez que funciona de forma retroativa, dissimulando seu efeito no próprio mecanismo de ação, a segunda refere-se à noção de formação ideológica, cuja história é determinada em última instância pela luta de classes no interior dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE)<sup>64</sup>.

É na tese central de Althusser que podemos observar como se dá o enlace entre as noções de ideologia e de sujeito, mostrando-se como conceitos interdependentes. Afirmando que é a “Ideologia que interpela os indivíduos em sujeitos” (ALTHUSSER, 1977a, p. 114), o autor esclarece que todo sujeito é, desde sempre, sujeito da Ideologia (efeito retroativo da Ideologia), o que coloca em xeque a concepção idealista de que a consciência do sujeito – suas ideias – poderiam mudar a realidade concreta. Assim, toda prática de um sujeito é sempre ideológica, pois não há exterior à ideologia. Desse ponto de vista, ser sujeito significa ter respondido ao chamado da ideologia, a qual é a única forma de acesso às (suas) condições materiais de existência.

Ao condicionar as práticas do sujeito ao assujeitamento ideológico, Althusser concebe uma teoria materialista da subjetividade, ou seja, uma teoria da

---

<sup>64</sup> Segundo Althusser ([1970] 2008, p. 104): “um Aparelho Ideológico de Estado é um sistema de instituições, organizações e práticas correspondentes, definidas. Nas instituições, organizações e práticas desse sistema é realizada toda a Ideologia de Estado ou uma parte dessa ideologia (em geral uma combinação típica de certos elementos)”.

subjetividade na qual o sujeito não ocupa uma posição central, já que está inevitavelmente determinado por relações de forças que, permanecendo em tensão, promovem o movimento da história. Em outras palavras, a sua tese do assujeitamento ideológico vem explicar que é a realidade fora do pensamento, funcionando como determinações sócio-históricas, que regula o modo como as condições de existência do sujeito são por ele apreendidas. O caráter material da ideologia pode ser entendido por sua relação com as práticas regulamentadas pelos AIE (ALTHUSSER, [1970] 2008, p. 104), que são o lugar e o meio de sua realização.

Ao propor a teoria do discurso, Pêcheux encontra um caminho profícuo para observar de que modo essas relações de força estão presentes na linguagem, por meio das determinações históricas dos processos de significação, isto é, pelo âmbito da semântica. Assim, enquanto Althusser (1977a, p. 114) afirma que o “indivíduo é interpelado em sujeito”, Pêcheux (2009, p. 147) completa que o “indivíduo é interpelado em sujeito de seu discurso”, entendendo que é pela via da linguagem que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos. Em sua teoria, portanto, Pêcheux busca questionar, a um só tempo, a evidência do *sujeito como origem de si* e a evidência da *transparência da linguagem*, ambas resultantes do efeito da ideologia. É desse modo, na figura da interpelação, que se dá o encontro entre sujeito, língua e sentido: “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 147).

Ao tomar a palavra, portanto, o sujeito identifica-se a formas históricas de existência, denominadas *Formas-sujeito*, formas já naturalizadas e estabilizadas, responsáveis pelo efeito de transparência que confere um senso de identidade a partir do qual o sujeito acredita ser senhor do que diz. Desse modo, em todo processo de enunciação, em toda tomada da palavra, existe uma relação entre o sujeito que

enuncia, organizando linearmente o que é da ordem do disperso e essas formas históricas (Forma-Sujeito), que por já existirem antes asseguram que o que é dito “faça sentido” por ocasião de seu retorno. Em outras palavras, para observar a ideologia em um texto parte-se da materialidade linguística concreta (visível) para se chegar a essas formas históricas (não-visíveis, dispersas) que lhe dão sustentação. Assim, todo enunciado remete a certos conjuntos de saberes, que são próprios de uma ou outra formação discursiva.

É por isso que a ideologia, na perspectiva discursiva, será observada pelas relações entre o que está dito, presente no eixo intradiscursivo, e o que já foi dito antes, em outro lugar, esses saberes historicizados que, embora materialmente ausentes, estão presentes no nível interdiscursivo.

Após percorrer a noção de ideologia com base em Mason (1994), Tymoczko (2003), Munday (2007) e Althusser e Pêcheux, apresentamos uma síntese de seus pontos principais no Quadro 5, a seguir:

Quadro 5 – A noção de ideologia em diferentes autores

<b>Mason (1994)</b>	Conjunto de crenças e valores que informam a visão de um indivíduo ou instituição sobre o mundo e, da mesma forma, auxiliam em sua interpretação sobre eventos e fatos.
<b>Tymoczko (2003)</b>	Diz respeito ao posicionamento e a voz do tradutor e relevância para o público leitor. É revelado por uma posição, um lugar de enunciação.
<b>Munday (2007)</b>	Pensada de forma multidisciplinar pela tríade cognição, sociedade e discurso, constrói-se a partir do conhecimento, crenças e sistema de valores do tradutor em suas operações. Relativiza a autonomia do sujeito.

<p><b>Althusser (1977a, 2008) / Pêcheux ([1975] 2009)</b></p>	<p>Mecanismo de funcionamento retroativo, interpela o indivíduo em sujeito. De caráter material, diz respeito à historicidade dos saberes no espaço contraditório dos diferentes AIE. Representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência.</p>
---	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Comparando os quatro autores aqui apresentados, é possível observar que a noção de ideologia em que se baseiam suas reflexões possui pontos de aproximação e de distanciamento. Para Mason (1994) e Munday (2007), a ideologia é vista como um conjunto de crenças e valores que regulam a maneira como o indivíduo interpreta a realidade ao seu redor. Para Munday, tal concepção implica a não autonomia do sujeito, já que a objetividade não é possível. De forma análoga, Tymoczko (2003) aponta o lugar de enunciação como revelador do posicionamento ideológico do tradutor. Esse lugar é afetado e determinado pela voz, posição e pela relevância para o público leitor da tradução. Para essa autora, portanto, a ideologia é uma posição assumida pelo sujeito que traduz. Nas três concepções, a ideologia é vista como um elemento que funciona intermediando a interpretação do sujeito. Portanto, considerando o que postulam esses autores, poderíamos argumentar que, no recorte que trazemos dos Estudos da Tradução, o ato de interpretação é concebido como da ordem do ideológico, remetendo, sobretudo, a concepções individuais e sociais.

Já a concepção materialista de ideologia, proposta por Pêcheux com base no legado althusseriano, distancia-se destas por ser vista como a própria condição para a existência do sujeito, ou seja, a ideologia não apenas *afeta* a forma como o sujeito interpreta o mundo, mas *determina* a maneira como reconhece a si próprio e ao mundo. Além disso, enquanto para os teóricos que aqui representam a área dos ET ideologia remete a uma exterioridade na forma de “crenças e valores” e “lugar de enunciação”, do ponto de vista materialista trata-se de uma exterioridade histórica, saberes dispersos, já-ditos que se atualizam por ocasião de seu retorno, deslocando,



portanto, o tradutor da posição central como um indivíduo possuidor de certos posicionamentos que estão projetados nas suas traduções.

No que se refere à tradução, as concepções aproximam-se na medida em que consideram a não neutralidade do fazer tradutório. Os quatro autores parecem corroborar o papel fundamental da ideologia na maneira como o sujeito que traduz percebe o seu entorno e, conseqüentemente, nos posicionamentos tomados ao traduzir.

No contexto da tradução de artigos acadêmico-científicos do português para o inglês que nos interessa discutir nesta tese, a questão da ideologia é pensada não apenas como mecanismo retroativo que interpela o indivíduo tradutor como sujeito, mas, também, na forma como os saberes históricos produzidos na instância acadêmico-científica, sobretudo nas IES brasileiras, afetam e determinam o processo tradutório. De um ponto de vista mais amplo, portanto, é preciso considerar que no modo de produção capitalista a produção intelectual passa a funcionar como uma mercadoria, adquirindo, como todo bem de consumo, certo *valor* de troca. Assim, ao traduzir um artigo dessa natureza, o sujeito tradutor está determinado por esse jogo de forças que funciona delimitando o que é e o que não é aceitável nesse tipo de tradução.

De um ponto de vista discursivo, as “escolhas” do tradutor são relativas à (contra/des)identificação com discursos sobre tradução, já-ditos que constituem a memória sobre traduzir e podem ser entendidos pela relação com o que Henge (2015) denomina *Formação Discursiva Tradutória*. Trata-se, portanto, de uma rede de discursos possíveis relacionados aos saberes que regulam o gesto de traduzir e que surgem como sentidos possíveis ao sujeito-tradutor. Desse modo, todo gesto tradutório – entendido como constituído por formações imaginárias e pelas línguas de partida e de chegada – ocorre, segundo a autora, pela inscrição na formação discursiva tradutória.

Por essa relação com o ideológico, mais precisamente com as formações ideológicas, concebidas como domínios de saberes regionalizados, é que se pode afirmar, por exemplo, que traduzir literatura não é o mesmo que traduzir ciência, já que se trata de diferentes forças afetando e determinando as tomadas de posição do sujeito-tradutor ao longo do processo tradutório.

Antes de avançarmos na discussão, propomos uma breve análise para fins de ilustração. Trata-se de um recorte de um artigo publicado na revista *Alfa* no ano de 2018. O artigo analisa a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre aborto de fetos anencéfalos por meio de uma perspectiva de análise feminista do discurso. Assim, sem pretensões de neutralidade, a autora esclarece, desde o princípio do texto, que o objeto de investigação é analisado tendo as questões de gênero como elemento norteador. Poderíamos interpretar, portanto, que essa não neutralidade assumida ao discutir academicamente uma questão polêmica no Brasil – a questão do aborto – sinaliza elementos na direção do que teóricos como Mason (1994) Mason e Hatim (1997), Munday (2007) entendem como ideologia, esse sistema de valores e crenças por parte do autor. No que se refere à tradução, vejamos as seguintes passagens – em português seguidas da tradução em inglês – tomadas aqui como sequências discursivas (SDs), que apresentam o posicionamento de identificação da autora com o feminismo, marcado linguisticamente:

SD2p – “Esse intrincado cenário exigiu um esforço argumentativo muito complexo **por parte das ministras e ministros do STF**, que tiveram que endereçar discursivamente segmentos sociais completamente opostos ideologicamente e equacionar situações díspares, como (...)” (FREITAS, 2018, p. 14)

SD2i – “This intricate scenario required a very complex argumentative effort **on the part of the STF Justices**, who had to address, discursively, fully ideologically opposed social segments and deal with disparate situations, such as: (...)” (FREITAS, 2018, p. 14)

SD3p – “Conforme esclarecem Miranda Netto e Camargo (2010), **as juízas e juízes do Tribunal Constitucional** têm que justificar cada ato decisório seu na constante busca por adesão popular (...)” (FREITAS, 2018, p. 14)

SD3i – “As Miranda Netto and Camargo (2010) point out, **the Justices of the Constitutional Court** must justify their every decision-making act in the constant search for popular adhesion, (...)” (FREITAS, 2018, p. 14)

SD4p – “Uma análise feminista do discurso **das ministras e ministros do STF** na ADPF 54” (FREITAS, 2018, p. 17)

SD4i – “A feminist analysis **of the Supreme Court Justices** discourse in the ADPF 54” (FREITAS, 2018, p. 17)

Essas três SDs foram agrupadas segundo uma regularidade que indicia a tomada de posição do sujeito-autor, e, da mesma forma, por parte do sujeito que as traduz. Como sabemos, de acordo com as regras gramaticais da língua portuguesa, substantivos de mais de um gênero, devem ser usados na forma do plural, e marcados pelo morfema de desinência de gênero masculino (BECHARA, 2004). Assim, ao se referir a *Ministras e Ministros*, o sujeito-autor não apenas questiona os preceitos da gramática normativa padrão da língua portuguesa, explicitando nominalmente ambos os gêneros, mas também marca explicitamente seu posicionamento ao antepor o gênero feminino ao masculino, enfatizado pela organização sintática da frase. Trata-se da linguagem inclusiva, que vem ganhando espaço sobretudo em âmbitos institucionais, na busca por maior visibilidade à presença das mulheres e para “evitar linguisticamente as marcas de subordinação feminina” (MEDEIROS, 2016, p. 93) pelo uso de formas que, privilegiando o gênero masculino, se querem neutras.

Ao longo do artigo, Freitas (2018) recorre a tal recurso todas as vezes que se refere aos papéis de ministros e juízes do STF, ratificando, pela repetição, seu

posicionamento. Quanto ao tradutor, poderíamos questionar sobre qual posicionamento tomar: de um lado obedecer aos saberes normativos tradicionais, que neste caso levariam a manter apenas um gênero neutro, no caso da língua inglesa; de outro, compreendendo se tratar de um posicionamento assumido pela autora que guarda relações próximas com a abordagem epistemológica proposta no estudo – uma análise feminista do discurso –, encontrar formas de marcar tal posicionamento, evitando que essa tomada de posição autoral se apague no texto de chegada, seja por uma nota de rodapé, seja pelo uso de certos recursos linguísticos<sup>65</sup>.

Contudo, como demonstram as SDs apresentadas, tanto *Ministras e Ministros* quanto *Juízas e Juízes* são vertidos como (1) *STF Justices*; (2) *The Justices of the Constitutional Court; the Supreme Court of Justice*, mantendo, portanto, o termo *Justice* como centro da tradução sem designação de gênero. Não se trata de avaliar se a opção do tradutor foi certa ou errada, nem tampouco de propor recursos, mas de observar os efeitos de sentido que se produzem a partir do caminho seguido na tradução e de refletir sobre o papel fundamental da ideologia na compreensão dos processos de interpretação.

Se para os ET o lugar do tradutor interessa enquanto agente, de um ponto de vista discursivo partimos da materialidade linguística – a linearidade intradiscursiva – para buscar compreender os saberes históricos que sustentam, de um lado, o posicionamento da autora e, de outro, o do tradutor. Língua e história afetam-se mutuamente, e, se há contestação às regras prescritas pela gramática normativa, é porque algo na história mudou e as fronteiras que regulam o que pode e deve ser dito (*e de que forma* pode ser dito) deslocaram-se, permitindo a entrada de novos saberes e a exclusão de outros. Esse dinamismo característico da relação entre língua e história diz respeito à heterogeneidade da formação discursiva, pois a língua precisa

---

<sup>65</sup> Há, na área dos Estudos da Tradução, um crescente número de pesquisas sobre a relação entre língua e gênero. Cf. SIMON, 1996; FLOTOW 2013.

nomear o novo que irrompe. Em outras palavras, o que desestabiliza a normatividade gramatical que impõe que o masculino seja usado como neutro no caso de plurais de diferentes gêneros, apagando as marcas do feminino, é o fato de que as mulheres vêm, cada vez mais, ocupando lugares antes impensados, exigindo, assim, outras formas de nomeação. Medeiros (2016) afirma que novas realidades exigem novas formas de dizer e discute a polêmica em torno do termo *presidenta*, usado para se referir à ex-presidenta Dilma Rousseff: nunca se havia discutido o uso deste termo com as marcas do gênero feminino precisamente porque nunca na história política do Brasil uma mulher havia sido eleita para ocupar tal posição.

Há, portanto, novos dizeres sobre o lugar que as mulheres ocupam na sociedade, saberes que vêm, por exemplo, de vertentes de discursos feministas que promovem redimensionamentos no que era até então discursivamente aceitável, e a língua é mobilizada para nomear esses acontecimentos. Interessante observar, ainda, que esse movimento, essa ruptura com as formas estáveis e naturalizadas possa ser vista (e aceita) em espaços mais rígidos, como é o caso do domínio acadêmico. Como sabemos, o saber produzido na instância acadêmico-científica é regulado por ideais de objetividade, neutralidade e, portanto, embora varie significativamente entre as diferentes áreas do conhecimento, possui uma natureza predominantemente parafrástica, tendendo, portanto, a um maior nível de reprodução do que transformação<sup>66</sup>.

## 2.4 TRADUÇÃO E DISCURSO

Apresentamos nesta seção uma discussão sobre a relação entre *tradução* e *discurso* de dois pontos de vista distintos. Primeiramente, abordaremos o trabalho

---

<sup>66</sup> No capítulo 4 deste trabalho aprofundamos as noções de paráfrase e polissemia.

de três autores da área de Estudos da Tradução: Antoine Berman, Anthony Pym e Theo Hermans. Posteriormente, propomos considerações a respeito dessa relação por um viés materialista discursivo, com base na obra de Michel Pêcheux. Neste percurso, buscamos compreender como os primeiros concebem a noção de *discurso*, tendo em vista que se trata de uma noção conceitual heterogênea, variando, portanto, de acordo com o quadro epistemológico no qual é forjada. Esse caminho será relevante para o cotejo entre o que poderíamos designar como atual *estado da arte* dos Estudos da Tradução sobre discurso e a (ainda recente) Teoria Discursiva da Tradução, para a qual esta pesquisa pretende contribuir com as reflexões aqui desenvolvidas.

#### **2.4.1 Berman e um Novo Discurso da Reflexividade da Experiência do Traduzir**

Embora parta de uma noção de discurso diversa daquela do ponto de vista materialista, o trabalho de Antoine Berman, *La traduction et ses discours* ([1989] 2009), é um ponto incontornável ao se abordar a relação entre tradução e discurso. Já no início de sua reflexão, Berman anuncia seu objetivo de examinar os discursos existentes sobre tradução e propor um *novo* discurso. Esclarece, ainda, que pretende fazê-lo por um triplo horizonte, qual seja, enquanto tradutor, professor e teórico da tradução.

O primeiro discurso discutido pelo autor é o que ele denomina como *tradicional*. Esse termo faz referência tanto à sua relação indissociável com a tradição ocidental quanto ao seu papel fundamental na disseminação dessa tradição enquanto cultura e modo de ser dos homens. O autor aponta três características desse discurso: (1) disparidade, ou seja, o fato de que se apresenta ora como descritivo, ora como prescritivo; ora como poético, ora como especulativo, respaldado majoritariamente pelo caráter da prática em detrimento da teoria; (2) poucas

teorizações sobre o fazer da tradução, revelando uma timidez para afirmar-se de um modo discursivo; (3) o embate entre “letra” e “sentido”.

Categorizando os demais discursos em objetivos e de experiência, Berman (2009, p. 342) prossegue criticando aqueles discursos que denomina como “objetivos setoriais”, incluindo neles os discursos da linguística, da poética (ou semiótica) e da literatura comparada. Para ele, o tratamento dado à tradução pela linguística é amplo e abstrato e, portanto, resulta na omissão quase completa das dimensões textual, cultural e histórica que a constituem. Já a poética negligencia sua dimensão de linguagem, tratando-a como uma forma de hipertexto ou metatexto. No caso da última dessas áreas, a literatura comparada, a tradução é pensada na interação entre sistemas literários, o que, para Berman, constitui um ponto de vista incompleto, uma vez que a tradução transcende o literário.

Ainda entre os discursos objetivos estão os *discursos gerais*, mais especificamente o que se entende por teorias da tradução. Berman os classifica como pertencentes a uma base hermenêutica ou a uma base linguística. Essa relação com outras áreas é vista por ele como problemática, pois pode resultar em certas categorizações e teorizações mais abstratas, já que realizadas por teóricos que não são efetivamente tradutores e, assim, promoveriam um hiato ainda maior entre a prática e a teoria. O problema de tal lacuna seria, segundo o autor, que aqueles que traduzem estariam surdos às teorizações e os que teorizam não fariam mais do que criticar traduções de outrem.

Há, ainda, outro problema apontado pelo autor relativo à tentativa de construção de uma *teoria global e única da tradução*, que é a desconsideração do espaço plural, heterogêneo e não unificável que constitui a tradução. Da mesma forma, a outra vertente dos estudos da tradução, de cunho descritivista, conhecida como *Escola de Tel Aviv* e encabeçada pelos trabalhos de Gideon Toury e Itamar

Even-Zohar<sup>67</sup>, falharia na tentativa de alcançar o que Berman julga como essencial, qual seja, a *verdade* da tradução.

No que tange aos discursos ditos da *experiência*, Berman enfatiza que não se trata de tomar a tradução de forma teórica, mas, sim, conceitual. Aqui estão incluídos os discursos da filosofia, referidos pelo autor como uma relação de “*entrelaçamento* do filosofar com o traduzir” (BERMAN, 2009, p. 345), e o da psicanálise, duplamente relacionado à tradução pelo destino conhecido que teve a obra fundadora de Freud em sua passagem para outras línguas e pelas reflexões sobre a essência da psicanálise e o traduzir.

Resultante do cruzamento de cinco áreas distintas – teoria da informação, teoria da inteligência artificial, terminologia, linguística e informática – está o último discurso, que é o da tradução automática, ou *traductive*. Segundo o autor, seu objetivo é o de “produzir um discurso teórico-pragmático que alcance todos os campos de tradução” (BERMAN, 2009, p. 346). Contudo, embora o ideal de cientificidade de tal discurso possa parecer sedutor, Berman defende que sua ausência de reflexividade própria, decorrente da inexistência de uma linguagem da tecnologia, seria sua maior limitação.

Finalmente, Berman apresenta o novo discurso que se propôs a introduzir, que é o da *tradutologia*. Sem pretender descrever, analisar ou reger a atividade da tradução, a tradutologia é definida como “a retomada reflexiva da experiência que é a tradução” (BERMAN, 2009, p. 347). O que está no centro do empreendimento de Berman é a reflexão da experiência do tradutor em sua tríplice dimensão, pois ela deflagra: (a) o parentesco e a diferença entre as línguas; (b) a traduzibilidade e a intraduzibilidade das obras e (c) a tradução propriamente dita, seja marcada pela restituição do sentido ou pela reinscrição da letra. Assim, a tradutologia não é

---

<sup>67</sup> No capítulo 3 aprofundaremos as discussões sobre tal perspectiva teórica.



defendida como mais um discurso *sobre* a tradução, mas, sim, como um discurso enraizado na própria experiência triplamente diversa que é a de traduzir.

#### **2.4.2 A Voz como Presença Discursiva em Hermans**

Para Theo Hermans (2009), todo texto traduzido possui, em maior ou menor grau, certas marcas que atestam a presença discursiva do tradutor. Assim, embora o funcionamento do que denomina como “ideologia da tradução” produza tanto o efeito de transparência quanto o de coincidência absoluta entre texto de partida e texto de chegada, todo texto que resulta de um processo de tradução é por ele considerado como essencialmente plurívoco, trazendo consigo, além da voz do autor, também a voz do tradutor.

Hermans aponta três casos nos quais a voz do tradutor tende a se manifestar de forma mais claramente perceptível: quando há presença de redundâncias ou inadequações devido à discrepância entre o leitor implícito do texto de partida e do texto de chegada; em casos de autorreflexividade e autorreferenciação linguística; e em casos de sobredeterminação contextual.

No primeiro caso, o autor entende que todo texto é produzido em determinadas circunstâncias culturais, o que lhe confere certo valor pragmático, isto é, assegura sua força locucional, ilocucional e perlocucional. O texto traduzido, por ser produzido em outras circunstâncias culturais, terá, necessariamente, outro valor pragmático, distinto daquele do texto de partida. Um dos elementos destacados por Hermans é, como mencionamos, o leitor implícito no texto:

The translated text can therefore be said to address a dual audience, and thus to have a ‘secondary’ implied reader superimposed on the original one. This can lead to hybrid situations in which the discourse offers manifestly redundant or inadequate information, or appears attuned to one

type of reader here and another there, showing the translator's presence in and through discordances.<sup>68</sup> (HERMANS, 2009, p. 199).

O segundo caso apontado pelo autor, refere-se a situações em que as características linguísticas de um dado idioma são nominalmente referidas, refletindo as condições de produção do texto de partida. Para exemplificar, o autor comenta o caso do célebre *Discours de la methode*, de René Descartes, obra escrita em francês no século XVII (1637), período no qual a língua da ciência era o latim. Assim, na sexta parte de seu discurso, Descartes justifica a escolha que fez pelo uso do vernáculo em detrimento do latim, conforme pode ser lida na edição traduzida para a língua portuguesa:

E se escrevo em francês, que é a língua do meu país, e não em latim, que é a dos meus preceptores, é porque espero que aqueles que só se servem da razão natural simplesmente avaliarão melhor as minhas opiniões do que os que só creem nos livros antigos; e para aqueles que unem o bom senso ao estudo, que são os únicos que desejo ter como juizes, não hão de ser, tenho certeza, tão parciais pelo latim que se recusem a ouvir as minhas razões porque as explico em língua vulgar. (DESCARTES, [1637] 2008, p. 63.)

Trata-se, conforme esclarece Hermans, de uma contradição para um leitor que não esteja lendo a obra na língua mencionada pelo autor, a língua francesa no caso exemplar de Descartes, fato que atesta que houve intervenção de um outro que não o autor e o leitor, ou seja, é colocada à mostra a presença do tradutor. Há, ainda, casos em que a presença de uma língua pode oferecer um determinado valor na narrativa, como ocorre na obra mencionada pelo autor, *Max Havelaar*, de Multatuli (1860), na qual o protagonista holandês, ao citar alguns poemas em francês, que diz

---

<sup>68</sup>O texto traduzido pode, portanto, ser visto como endereçado a uma dualidade de públicos leitores e, dessa forma, ter um leitor implícito “secundário” sobreposto ao original. Isso pode levar a situações de hibridização, nas quais o discurso apresenta de forma manifesta informações redundantes ou inadequadas, ou parece consonante com um tipo de leitor aqui e outro ali, demonstrando a presença do tradutor por meio das discordâncias.

serem de sua autoria, produz na narrativa um possível efeito de erudição, o que pode não acontecer numa tradução da obra para outra língua, dependendo de como o tradutor aborda tal ponto.

No que tange ao terceiro caso, a superdeterminação cultural, a voz do tradutor pode ser ouvida quando este busca adaptar elementos locais que não possuem correspondência na outra cultura. Em um dos artigos analisados, encontramos um caso que nos cabe de exemplo dessa categoria abordada pelo autor. Trata-se de um artigo que enfoca o discurso midiático por meio da análise de dois jornais de circulação regional. Em uma das citações, o jornalista se refere ao partido político por meio do termo conhecido localmente no cenário da política brasileira, criando uma lacuna pela ausência de equivalência na outra cultura:

SD5p – “O **tucano** recebeu, de acordo com Yousself, parte dos R\$10 milhões destinados para impedir a realização da CPI da Petrobras” (SANTOS; RODRIGUES, 2017, p. 535).

SD5i – “The **tucano (member of the PSDB)** received, according to Yousself, a part of the R\$10 million allocated to stop the process of the CPI of Petrobras” (SANTOS; RODRIGUES, 2017, p. 620).

Assim, *tucano*, embora também possa remeter à ave da família *Ramphastidae*, no caso da sequência em questão diz respeito ao símbolo do *Partido da Social Democracia Brasileira* (PSDB), que neste caso é usado, por extensão, para se referir a um membro do partido, ou seja, um *tucano* é um político afiliado ao PSDB. Desse modo, traduzir *tucano* pelo termo *Toucan* poderia causar certa estranheza aos leitores da língua de chegada, já que essa referência do pássaro como símbolo do partido político e da personificação de um membro do partido é localizada. Diante disso, o tradutor mantém o termo em português e inclui sua definição entre parênteses. Tal passagem ilustra um caso de superdeterminação cultural, no qual a

voz do tradutor pode ser observada como uma tentativa de diminuir o espaço entre as diferenças de culturas.

Na SD5 o gesto do tradutor marca-se na própria linearidade do enunciado, incluindo entre aspas a definição do termo *tucano* sem correspondência para o leitor do texto traduzido. Outra forma de intervenção do tradutor dessa natureza, pode ser observado em espaços paratextuais, como notas de rodapé. Vejamos um exemplo retirado de um artigo que analisa o discurso transversal em piadas de corinthiano. O termo *povo* é a causa da nota do tradutor:

SD6p – a) o Corinthians é o time do povo; b) ‘povo’ significa, neste contexto, resumidamente, os pobres, os populares, e não os habitantes de uma nação (como em ‘povo brasileiro’); c) o povo é pobre (daí se dizer que corinthianos são pobres); d) o povo não estuda; e) o pobre é ladrão (POSSENTI, 2017, p. 152).

SD6i –a) Corinthians is the team of the people; b) ‘the people’ means, in this context, in short, the poor, the popular, and not the inhabitants of a nation (as in ‘Brazilian **people**’\*); c) the people are poor (hence Corinthians fans are poor); d) the people do not study; e) the poor are thieves” (POSSENTI, 2017, p. 161).

\*TN: The term ‘people’ in Portuguese is ambiguous. Not only does it mean people” as the inhabitants of a nation, but, depending on the context, it also means the masses (such as in “Give the people what they want”) referring to the poorest. **Such ambiguity does not occur in English**” (POSSENTI, 2017, p. 161).

Do ponto de vista da sobredeterminação cultural discutida por Hermans (2009), a nota do tradutor deixa à mostra a presença discursiva do tradutor. O gesto de interpretação do sujeito-tradutor ao abrir uma nota para esclarecer que o funcionamento do termo *povo* no enunciado não coincide com os sentidos possíveis em inglês, culmina na quebra da pretensa posição de invisibilidade do ato tradutório, marca a diferença e perturba o efeito de transparência da tradução.

Para Hermans, portanto, toda tradução é plurívoca e a resistência em assumir essa multiplicidade constitutiva de toda tradução, na qual a presença discursiva do tradutor é evidenciada, explica-se pela ideologia da *transparência* e da *coincidência*. É precisamente por isso, segundo o autor, que tanto o trabalho do tradutor como o do intérprete são vistos como desprovidos de um saber próprio ou tratados como uma “re-enunciação” em outra língua, relegados a um *status* de citação direta.

### 2.4.3 O Traduzir como um Trabalho Discursivo em Pym

Com um título um tanto pessimista, *Limits and frustrations of discourse analysis in translation theory* [Limites e frustrações da análise de discurso na teoria da tradução], o artigo de Anthony Pym (1992) questiona a maneira como discurso e tradução são relacionados e busca aprofundar as consequências dessa interface teórica para a área dos estudos da tradução. Uma das questões centrais propostas pelo autor é compreender se a duplicidade textual presente em toda tradução – texto-fonte e texto-alvo – constituiriam o mesmo discurso ou, se, ao contrário, configurariam dois discursos distintos.

Uma definição precisa do que se entende por *discurso* é condição essencial para responder a essa questão, segundo Pym. Contudo, como se trata de um conceito bastante plural em meio aos dos estudos linguísticos, ao ser recepcionado nos ET permanece longe de um consenso entre pesquisadores da área. O autor ilustra esse impasse conceitual apresentando alguns trabalhos (DESLILE, 1984; HATIM, MASON, 1990) que considera não responderem de forma satisfatória à problemática sobre tradução e discurso. Na visão de Pym, portanto, uma lacuna permanece por ser preenchida, constituindo o que entende por um desafio epistemológico.

Assim, o autor apresenta diferentes definições de discurso oriundas de teorias linguísticas e defende que a teoria da tradução não deve receber de maneira passiva

um conceito de discurso, mas deve lançar-se como *procedimento de descoberta*, delimitando uma noção de discurso que possa contribuir com as questões oriundas do fazer tradutório. Retomando sua questão central, Pym afirma que a única maneira pela qual a Análise do Discurso pode ser relevante às questões de tradução é entendendo o traduzir como um *trabalho discursivo* [*discursive work*], isto é, “as the active movement by which discourse may be extended from one cultural setting to another<sup>69</sup>” (PYM, 1992, p. 235)

Voltando seu olhar à possibilidade de o texto da tradução e texto de partida serem tomados como um mesmo discurso, Pym chega à noção de formação discursiva, que atribui a Pêcheux. Ele afirma que, entendendo o fato de que discurso tem a ver com forças regulatórias, isto é, com restrições de ordem social e ideológica, seria possível aceitar que cada língua possuiria diferentes restrições e, desse modo, um texto escrito em certa língua corresponderia, necessariamente, a um estado de forças que regulam o que faz e o que não faz parte de certo discurso. Por outro lado, se tais restrições não fossem próprias de cada língua ou de certa configuração social, mas fossem relativas a algo mais amplo, seria possível concordar que dois textos em duas línguas distintas pertenceriam a um mesmo discurso.

O autor prossegue afirmando que se, por um lado, o texto de partida e o de chegada forem tomados como pertencentes a um mesmo discurso, então a tradução não passaria de um fenômeno banal. Se, por outro lado, fossem tomados como discursos distintos por estarem escritos em diferentes línguas, a tradução seria um fenômeno impensável. Assim, Pym enfatiza que, na relação entre tradução e discurso, o que está efetivamente em jogo é compreender os níveis de dificuldade e de sucesso envolvidos na extensão entre um cenário cultural e outro, bem como o nível de transformação que ocorre nesse movimento ativo:

---

<sup>69</sup> Como um movimento ativo pelo qual o discurso pode ser estendido de um cenário cultural ao outro.

The only way to cut across this dilemma is to regard translation as the active movement by which discourse may be extended from one cultural setting to another. **What translation theory would then want to know about discourses is the relative degree of difficulty and success involved in their extension and the degree to which they may undergo transformation through translation.** It is here that translation could become a discovery procedure of some importance to intercultural discourse analysis.<sup>70</sup> (PYM, 1992, p. 235. Grifo nosso).

Assim, para o autor, traduzir é um trabalho discursivo envolvendo a extensão de um contexto cultural a outro, no qual interessa, em última instância, observar os níveis de transformação ocorridos. Conforme ressalta Pym, trata-se de um movimento ativo precisamente porque esse trabalho altera o *status* discursivo do texto de partida, estendendo o discurso de partida de uma língua para outra.

#### 2.4.4 Tradução e Discurso por um Viés Discursivo-materialista

Para definir *discurso* pela primeira vez em *Análise Automática do discurso (AAD-69)*, Pêcheux ([1969] 2010a) parte do esquema informacional, tal como proposto pelo linguista russo Roman Jakobson (1972) ao elaborar a *teoria das funções da linguagem*. O intuito de Pêcheux é o de questionar a pretensa transmissão de informação que se daria entre A (destinador) e B (destinatário), entendendo que os interlocutores A e B referem-se, na verdade, a projeções de lugares sociais ocupados pelos sujeitos, lugares esses que afetam a maneira como o sentido é por eles produzido. Desse modo, o autor propõe denominar *discurso* aos efeitos de sentido, determinados, em última instância, por condições sócio-históricas.

---

<sup>70</sup> A única forma de superar esse dilema é tomar a tradução como um movimento ativo pelo qual o discurso pode ser estendido de um cenário cultural a outro. Assim, o que a teoria da tradução buscaria saber com relação aos discursos é o nível relativo de dificuldade ou sucesso envolvido em sua extensão e até qual nível eles podem ser submetidos a transformações por meio da tradução. É neste sentido que a tradução poderia tornar-se um procedimento de descoberta de alguma importância para a análise de discurso intercultural.

Desde sua primeira definição, portanto, o trabalho com o discurso pressupõe uma relação necessária com a exterioridade, tomada como constitutiva da produção de sentidos. Os sentidos são sempre *efeitos* e, desse modo, não estão dados na língua numa relação de transparência entre significado e significante. Assim, já em seu primeiro trabalho com a linguagem, Pêcheux vale-se de uma concepção de língua não transparente e de um sujeito que a mobiliza sempre afetado por determinações.

Em trabalhos posteriores, o autor desvela a natureza dessas determinações relacionando-as com a linguagem. Pêcheux ([1975] 2009, p. 148) define *processo discursivo* como “o sistema de substituições, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos linguísticos – significantes – em uma formação discursiva dada”. Assim, mais do que o discurso propriamente dito, é esse jogo entre elementos linguísticos em determinado domínio de saber de uma formação social que interessa observar. É precisamente pela relação com um dado domínio de saber histórico que os processos de significação são determinados. Eis o propósito do empreendimento teórico pecheuxtiano: compreender as determinações históricas dos processos de significação, ou seja, desvelar como saberes históricos são atualizados e modificados nas diversas práticas languageiras. A discursividade é constituída, portanto, de um lado, pela língua, que funciona como a base material na qual ocorrem esses jogos entre os elementos e, de outro, pela história, que sustenta o “já-lá” acionado pela memória para que algo faça sentido.

Desse modo, tomar a tradução por um viés discursivo na perspectiva pecheuxtiana implica descrever e explicar os efeitos de sentido produzidos a partir do jogo entre duas línguas, ou ainda, duas materialidades significantes distintas, cujas diferenças não residem apenas na ordem estrutural, mas na forma como a história marca essa materialidade. Assim, é precisamente pela maneira como a história marca a língua, por sua discursividade, que a tradução não poderia ser tomada como um processo de equivalência entre línguas e culturas, pois cada língua



é marcada de forma particular pela história. A tradução, portanto, evidencia os diferentes “modos de dizer” (AIUB, 2018) de uma língua e isso ocorre precisamente pela relação entre diferentes discursividades.

Embora a tradução como objeto de estudo pela perspectiva discursiva pecheuxtiana ainda tenha um longo caminho a ser percorrido, alguns trabalhos já realizados contribuem trazendo questões relevantes para a discussão. Procedemos, agora, a apresentação de um breve panorama das reflexões sobre tradução por um viés discursivo-materialista.

Orlandi (1990) observa como notas presentes em reedições e traduções de relatos feitos por missionários e viajantes europeus sobre o Brasil no século XVI funcionam como uma forma de *comentário*, tal como o formulou Foucault em *A ordem do discurso* ([1970] 2009), como um desnível entre os dois textos – o texto primeiro e o texto segundo – cujo efeito é o de “dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro” (2009, p. 25). Da mesma forma, as notas utilizadas como recurso na tradução, seja para esclarecer, explicar ou justificar gestos de interpretação do tradutor, podem funcionar como pistas sobre o processo tradutório, como demonstra o trabalho de Mittmann (1999, 2003, 2012).

No trabalho citado, Mittmann propõe pensar o processo tradutório com base no quadro epistemológico da AD, entendendo-o como um processo discursivo próprio, que envolve não apenas o texto de partida e o de chegada, mas, ainda: autor, tradutor, leitores, editores e as condições de produção na qual ocorre. As notas do tradutor contribuem, ainda, para deflagrar a heterogeneidade de vozes presente em todo o texto e escamoteada pela *função-autor* (FOUCAULT, [1970] 2009), função que quando assumida por um sujeito enunciador funciona como um princípio de agrupamento, organizando as diferentes posições-sujeito dispersas no texto.

Essa contenção da heterogeneidade constitutiva cria o efeito de unidade e de coerência, contendo a dispersão ao agrupar a multiplicidade de vozes e criando o

efeito de responsabilidade, materializado por um *nome de autor*. No caso da tradução, na esteira do trabalho de Foucault (2009) e de Hermans (1998), Mittmann (2003, p. 89) propõe a função-tradutor como:

a função que organiza a heterogeneidade de vozes, como a posição-sujeito do tradutor, a posição-sujeito do autor (ou a imagem que o tradutor tem dela), além das outras vozes vindas do interdiscurso e que entram no texto da tradução ou nas N.T., seja como pré-construído (o Outro), seja como discurso transversal (o outro), como no caso de discursos de dicionários.

Assumida pelo sujeito que traduz, a função-tradutor busca que as arestas, reveladoras da multiplicidade constitutiva da tradução, sejam devidamente apagadas, resultando em um texto que possa ser lido de forma fluida, como se houvesse sido escrito na língua de chegada. Poderíamos dizer que quando a função-tradutor é efetivamente assumida pelo tradutor, as marcas da diferença entre discursividades que atestam a estrangeiridade do texto tendem a ser menores, e o “outro”, devidamente domesticado<sup>71</sup>.

Para acomodar essas diferenças – tarefa necessária para que a tradução possa acontecer –, a função-tradutor (MITTMANN, 1999; 2003) é assumida pelo sujeito que traduz para que a plurivocidade própria da tradução possa ser recoberta, chegando-se, desse modo, ao “efeito de um” do texto. A ideologia possui um papel preponderante nesse processo, como já apontamos. Em seu caráter material, ela é pensada em sua relação com os AIE, que são seu lugar e meio de realização (PÊCHEUX, [1975] 2009). Assim, cada AIE representa a regionalização da ideologia em domínios de saber que funcionam de modo a sustentar as identificações do sujeito no momento que interpreta a materialidade linguística, saturando os

---

<sup>71</sup> Os termos *estrangeiridade* (*foreignness*) e *domesticação* (*domestication*) foram amplamente discutidos nos Estudos da Tradução pelo teórico Lawrence Venuti e dizem respeito à maneira como a assimetria existente entre a língua/cultura de partida e de chegada é tratada na tradução.

sentidos que passam a lhe parecer evidentes. Eis o laço indissociável entre a língua e a ideologia, que ratifica a dependência que os processos de significação possuem com as condições de (re)produção e transformação da formação social.

Ao aproximar, portanto, tradução, discurso e ideologia por um viés materialista, é fundamental atentar para sua relação de dependência com o entorno no qual a tradução emerge, pois, o sujeito tradutor, em sua condição de indivíduo interpelado pela ideologia, produz sentido por sua identificação com domínios de saber, que são ideológicos. Seja no gesto primeiro, enquanto assume a posição de leitor do texto de partida, seja no gesto segundo, enquanto produtor do texto de chegada, está sempre identificado a uma ou outra formação discursiva.

Desse ponto de vista, todo ato de interpretação ocorre a partir da interpelação ideológica. Assim, ambas as línguas constituem o sujeito tradutor e, embora seja interpelado nas duas, pode com elas relacionar-se de maneiras distintas. A interpelação envolve materialidade linguística e materialidade histórica e a maneira particular com que a elas responde o sujeito tradutor em suas tomadas de posição. Desse modo, seja na língua materna, seja na estrangeira, a ideologia está sempre presente no ato tradutório, uma vez que, conforme alerta Pêcheux ([1975] 2009, p. 233): “não se rompe jamais com a ideologia em geral, mas sempre com esta ou aquela formação ideológica, inscrita histórico-materialmente no conjunto complexo das formações ideológicas de uma formação social dada”. Em outras palavras, uma análise discursiva terá como objetivo, portanto, desvelar processos de interpretação, que são, em última instância, formas particulares de se relacionar com a ideologia. Vale lembrar que se trata da ideologia não como abstração, mas, de forma concreta, regionalizada, como rituais e saberes (re)produzidos nos diferentes aparelhos de uma formação social.

Orlandi (2003a) problematiza a tradução pelo viés da circulação internacional da produção de conhecimento na atualidade. Para a autora, é próprio do discurso da

ciência a busca por unidade. Desse modo, pode-se entender que é esse efeito de unidade e, conseqüentemente, necessidade de validação para e da comunidade científica o que está na base da demanda pela disseminação das pesquisas de forma global. Contudo, conforme discutimos no primeiro capítulo desta tese, no cenário da produção científica atual, o que se observa é uma situação desigual entre os países ditos de primeiro mundo, que possuem tradição reconhecida, e os demais países, que necessitam submeter-se a certos procedimentos – referidos por Orlandi como *prática científica colonizadora* – para que possam integrar a comunidade científica internacional. É nesse contexto que a tradução dos textos para a língua inglesa é abordada pela autora como um desses procedimentos e é por ela considerada como uma prática que afeta diretamente o efeito da *autoria científica* dos pesquisadores dos países periféricos.

Uma das formas de abordar a noção de autoria científica apontada pela autora seria observar embates de posicionamentos autorais entre o sujeito autor e sujeito tradutor. Desse modo, a partir de gestos de intervenção tradutória poderiam revelar tomadas de posição que afetam a autoria científica. Vejamos a sequência discursiva apresentada a seguir:

SD7p – Achei que seria importante começar a **exposição** e discussão da temática tratada como uma definição metafórica do livro *Figuras de retórica*, assumindo, **por assim dizer**, o espírito e o corpo da obra (TEIXEIRA, 2015, p. 114).

SD7i – I thought it would be important to start out this thematic discussion with a metaphorical definition of the book, which would [Ø] capture the spirit and the body of the work (TEIXEIRA, 2015, p. 114).

Na sétima sequência há duas supressões. A primeira delas é a do termo *exposição*, utilizado para explicar o caminho tomado no começo do artigo: *começar*

*a exposição e discussão da temática*, que passam, na versão em inglês, para: *começar a discussão temática*. A segunda diz respeito à expressão *por assim dizer*, que, funcionando como incisa, estaria relacionada a uma informação adicional para a compreensão da frase, mas que marca um posicionamento subjetivo da autora. O efeito de *por assim dizer* poderia ser interpretado, nos termos de Authier-Revuz (1990), como um ponto de heterogeneidade mostrada, ou seja, como um vestígio que denuncia a não transparência do dizer, resultado da natureza plurívoca de todo dizer. Ao modalizar o espírito e o corpo da obra com a expressão *por assim dizer*, a autora promove um efeito de imprecisão, deixando ao interlocutor uma lacuna por ser preenchida.

A supressão da incisa na versão em inglês acarreta, desse ponto de vista, um apagamento do gesto de balizar o sentido de *espírito e corpo da obra*, assegurando o efeito de univocidade e evidência da expressão. Se, conforme dissemos, a incisa representa um posicionamento subjetivo de modalizar a expressão que segue, sua eliminação afetaria afeta a autoria.

Outra ocorrência que pode contribuir na compreensão de como a tradução afeta a autoria científica foi retirada de um artigo intitulado *Discurso jornalístico e a suposta imparcialidade: os modos de apropriação do discurso de outrem como indicativos de posicionamentos ideológicos*, publicado na revista Alfa no ano de 2017. O artigo questiona a pretensa imparcialidade jornalística, discutindo posicionamentos ideológicos a partir de análises de matérias publicadas em dois jornais do estado de Pernambuco. A sequência a seguir apresenta a análise realizada a partir do enunciado *Youssef afirma que Eduardo Campos recebeu R\$10 milhões em propina pagos por empreiteiras*, que ocupa a posição de título de uma das matérias:

SD8p – No título, o sujeito-jornalista utiliza o discurso de Youssef para dizer que Campos recebeu dez milhões em propina pagos por empreiteiras envolvidas em escândalos de corrupção. Ao usar o verbo ‘receber’ na forma do pretérito perfeito do indicativo, levando em consideração que o sujeito-jornalista usa a forma indireta do estilo linear de apropriação do discurso de outrem, o jornal pode estar dando indícios de um posicionamento frente à declaração do delator, pois abre mão de recursos que aumentariam sua suposta isenção frente ao dito, como, por exemplo, o uso da forma verbal teria recebido (futuro do pretérito mais participio). Esse modo de tomar o discurso de outrem pode ser indicativo de um posicionamento em relação ao fato noticiado e, conseqüentemente, a Eduardo Campos, pois o sujeito parece tomar o discurso de Youssef na condição de verdade, o que pode ser indicativo de que ele assume uma posição valorativa implícita (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 2006; BAKHTIN, 2010) (SANTOS; RODRIGUES, 2017, p. 533).

SD8i – In the headline, the journalist-subject uses Youssef’s discourse to say that Campos received 10 million in kickbacks paid by contractors involved in corruption scandals (VOLOSHINOV, 1973; BAKHTIN, 1993) [Ø] (SANTOS; RODRIGUES, 2017, p. 618).

Comparando a passagem em português com sua versão em inglês, observamos que há a omissão de grande parte do parágrafo: não se trata apenas de uma redução de palavras – o parágrafo em português possui 154 palavras, enquanto a versão em inglês apenas 28 – mas, sobretudo, da supressão do gesto analítico dos autores. A versão em inglês traz somente a primeira frase, deixando de fora a interpretação que os autores fazem com base em elementos linguísticos, como uso de tempo verbal e sua relação com o posicionamento ideológico tomado pelo jornal em questão.

Orlandi (2003a) entende que pensar a questão da tradução por um viés discursivo implica pensar não apenas sua constituição e circulação, mas também os processos de re-formulações, que se relacionam à remissão a redes de memória, a partir das quais os sentidos são produzidos. Assim, ao se alterar a formulação, altera-se também o sentido de um dado enunciado, conforme ressalta a autora:

quando no exterior, “traduzem” nossas ideias, re-formulando nossas palavras, filiando-as a outras redes de memória da produção científica, é igualmente desencorajador para a afirmação de nossas políticas científicas, e é extremamente silenciador do ponto de vista da história da ciência. Não basta “ter” ideias. É preciso sustentar nossas formulações como tais. Porque é no modo mesmo da formulação que está a novidade do sentido, está a diferença, a descoberta. E sua força, ao circular como tal, como é. (ORLANDI, 2003a, p. 17-18).

O relevo dado pela autora à formulação das ideias na escrita de um texto científico deve-se à ligação essencial entre a materialidade linguística e a materialidade histórica, que juntas constituem a discursividade própria de cada língua, como já apontamos anteriormente. A tradução envolve novas formulações e em novas condições de produção e, conforme aponta a autora, novas filiações de sentido.

A crítica tecida por Orlandi (2003a) baseia-se no papel preponderante da formulação na produção de conhecimento. Assim, mais do que questões relativas a terminologia ou jargão de uma dada área do conhecimento, há “modos de dizer” (AIUB, 2018) próprios de cada área que, ao serem traduzidos podem resultar em diferentes efeitos de sentido, impactando o que a autora denomina como autoria científica. Vejamos como isso funcionaria com base no conjunto de sequências discursivas apresentadas a seguir:

SD9p – Com o glossário, a palavra, por vezes, toca ou torce a sintaxe; outras vezes, tange, açoda a oralidade; por vezes, impõe a **escrita outra**: nova pele, nova ortografia (MEDEIROS, 2016, p.80).

SD10p – Na posição do escritor que se desdobra na posição de lexicógrafo, há uma assinatura que se mantém e que funciona entrelaçando as duas posições: o nome do autor se redobra sobre a escrita de um dizer em **posição outra**, do lexicógrafo. Essa assinatura, que porta o nome de escritor produz efeitos outros no funcionamento do glossário (MEDEIROS, 2016, p. 81).

SD11p – (...) que advém do gesto produzido em direção à **língua outra** tecendo glossário em sua língua (caso de Guimarães Rosa)” (MEDEIROS, 2016, p. 83).

SD12p – (...) e ainda na manutenção de uma pronúncia que se apresenta nas letras que se pospõem, diferentemente do que se dá em língua portuguesa, e que se indica como provindo de **língua outra** (MEDEIROS, 2016, p. 88).

SD13p – É possível, então, compreender esses glossários como instrumentos de gramatização (AUROUX, 1992a) da língua portuguesa em Angola bem como instrumento de gramatização de línguas africanas em território angolano, na medida em que o que comparece é marcado como **língua outra** em tal território (MEDEIROS, 2016, p. 89).

Esse conjunto de sequências discursivas foram organizadas a partir da uma regularidade que envolve o aspecto sintático da formulação. Como sabemos, conforme preconiza a gramática normativa padrão, embora a posição de elementos modificadores (adjetivos) e elementos modificados (substantivos) possa variar, há uma ordem considerada canônica ou tradicional e as combinações que transgridem essa ordem são classificadas como pertencendo à chamada ordem inversa ou ocasional (BECHARA, 2004) e tomadas como um recurso estilístico.

Assim, na língua portuguesa o termo modificador pode encontrar-se tanto à direita quanto à esquerda do substantivo, havendo, contudo, implicações de ordem semântica, de acordo com a posição desse termo<sup>72</sup>. Nas sequências apresentadas, a expressão *substantivo + outro(a)* é recorrente e merece destaque como um “modo de dizer” próprio da área da Análise do Discurso. Desse modo, além do que pode ser

---

<sup>72</sup> O exemplo proposto por Bechara (2004) apresenta o adjetivo grande modificando o substantivo homem. Assim, na expressão homem grande – ordem tradicional em língua portuguesa brasileira –, teríamos, segundo o gramático, o sentido literal do adjetivo, colocando em evidência, portanto, as características físicas daquele de quem se fala. Na ordem inversa, por outro lado, na qual o adjetivo antecede o substantivo – grande homem –, teríamos o sentido figurado, ressaltando-se as características morais daquele de quem se fala.



dito em um dado campo do conhecimento, o *modo* como é dito é igualmente relevante. Portanto, a relação entre a ordem estrutural, neste caso a sintaxe, e a produção de sentidos diz respeito à discursividade, isto é, à maneira particular como a língua toca a história. O que é aceitável de ser dito em uma língua pode não ser em outra, pois o interdiscurso, princípio de funcionamento da discursividade, intervém em cada língua de forma distinta por meio das diferentes formações discursivas que regulam a relação entre materialidade linguística e materialidade ideológica.

Desse modo, a formulação “língua outra” não é aqui tomada como um sinônimo da formulação “outra língua”. Ao deslocar o elemento modificador para a posição posterior ao elemento modificado em expressões como *escrita outra*, *posição outra*, *efeitos outros* e *língua outra*, o caráter de não-familiaridade ganha relevo destacando a não coincidência entre a escrita, a posição e a língua que se conhece e se toma por referência e a outra que pertence à ordem da indefinição e da opacidade.

Como demonstra a análise do funcionamento da expressão *substantivo + outro(a)* nesse conjunto de sequências, os efeitos de sentido descrevem um movimento contraditório, já que o termo *outro/a* à direita do substantivo, a um só tempo, oferece uma característica distintiva e ressalta a opacidade e indefinição dessa língua. Em outras palavras, o mesmo elemento que determina por seu papel de modificador, indetermina pela ausência de definições. Além disso, cabe ainda ressaltar que o termo *outro/a* adquire grande importância no quadro teórico da teoria discursiva em tela considerando o papel fundamental que a alteridade possui como constitutiva do sujeito e dos processos de significação.

Assumindo, portanto, que expressões como *escrita outra*, *posição outra* e *língua outra* não coincidem com *outra escrita*, *outra posição*, *efeitos outros* e *outra língua*, ou seja, de que a organização sintática não é aleatória, mas, sim, uma marca

do enlace entre língua e história, podemos questionar como se dá a tradução para o inglês. Retomamos a seguir as cinco sequências e incluímos suas versões em inglês:

SD9p – Com o glossário, a palavra, por vezes, toca ou torce a sintaxe; outras vezes, tange, açoda a oralidade; por vezes, impõe a **escrita outra**: nova pele, nova ortografia (MEDEIROS, 2016, p.80).

SD9i –With a glossary the word, sometimes, touches or twists syntax; other times, it touches, and speeds up, orality; others still, it imposes **another writing**: a new skin, a new orthography. (MEDEIROS, 2016, p. 80)

SD10p – Na posição do escritor que se desdobra na posição de lexicógrafo, há uma assinatura que se mantém e que funciona entrelaçando as duas posições: o nome do autor se redobra sobre a escrita de um dizer em **posição outra**, do lexicógrafo. Essa assinatura, que porta o nome de escritor produz **efeitos outros** no funcionamento do glossário (MEDEIROS, 2016, p. 81).

SD10i – In the writer’s position that unfolds into the lexicographer’s position, there is a signature that is maintained and that works by interweaving the two positions: the author’s name folds itself again onto something said in **another position**, that of the lexicographer. This signature, that carries the name of the writer, produces **other effects** in the operation of the glossary. (MEDEIROS, 2016, p. 82)

SD11p – (...) que advém do gesto produzido em direção à **língua outra** tecendo glossário em sua língua (caso de Guimarães Rosa) (MEDEIROS, 2016, p. 83).

SD11i – (...) that comes from the gesture produced in directing **another language** and weaving it into a glossary in his own language (MEDEIROS, 2016, p. 83).

SD12p – (...) e ainda na manutenção de uma pronúncia que se apresenta nas letras que se pospõem, diferentemente do que se dá em língua portuguesa, e que se indica como provindo de **língua outra** (MEDEIROS, 2016, p. 88).

SD12i – (...) also in maintenance of a pronunciation that appears in letters that come after the other, unlike what happens in Portuguese,

and is indicated as coming from **another language**. (MEDEIROS, 2016, p. 89)

SD13p – É possível, então, compreender esses glossários como instrumentos de gramatização (AUROUX, 1992a) da língua portuguesa em Angola bem como instrumento de gramatização de línguas africanas em território angolano, na medida em que o que comparece é marcado como **língua outra** em tal território (MEDEIROS, 2016, p. 89).

SD13i –Because of this you can understand these glossaries as grammatization instruments (AUROUX, 1992a) for the Portuguese language in Angola as well as grammatization instruments of African languages in Angola, to the extent of what is marked as **another language** in that territory (MEDEIROS, 2016, p. 90).

Na língua inglesa, diferentemente do português, há uma injunção estrutural em termos do uso de elementos modificadores, que devem anteceder o elemento modificado, ou seja, adjetivos e outros termos determinantes devem ocupar a posição à esquerda do substantivo. Assim, considerando tais regras, os dois encadeamentos possíveis em português *outro/a + substantivo* e *substantivo + outro/a* culminariam em uma única possibilidade ao serem vertidos para o inglês: *another + substantivo* no caso do singular e *other + substantivo*, quando se tratar de plural.

Assim, se na língua inglesa há uma injunção de ordem sintática que impõe uma única forma de dizer, poderíamos indagar sobre seus efeitos na tradução. Conforme observamos nas versões apresentadas das SDs, a posição tomada pelo tradutor identifica-se com as regras da gramática da língua inglesa, já que as expressões foram vertidas como: *another writing*, *another position*, *other effects* e *another language*. Caberia aqui um questionamento sobre os efeitos de uma possível inversão da ordem canônica da língua inglesa. Se o sujeito tradutor rompesse com as regras sintáticas no intuito de tentar manter esse modo de dizer particular, ainda

assim estaríamos diante de um modo de dizer distinto, que poderia causar estranheza aos leitores da cultura de chegada. Trata-se de modos distintos de se relacionar com a ideologia: uma questão de diferentes discursividades. Desse modo, o que a tradução coloca em jogo é a constante tensão entre os diferentes modos de dizer que revelam a maneira particular como a história afeta cada língua em uma relação indissociável com as condições materiais de produção.

A tradução de textos de acadêmicos contribui para questionar o ideal da universalidade do conhecimento, já que demonstra os limites impostos pelas diferentes condições de produção e coloca à mostra a não-autonomia da vida intelectual. Vale retomar as palavras de Marx já citadas neste capítulo: “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, histórica, política e intelectual”. Assim, ainda que o tradutor transgredisse o modo de dizer da língua inglesa, vertendo *língua outra* como *language another*, por exemplo, seriam outras condições de produção e, portanto, poderia causar um estranhamento para o público leitor, uma vez que promoveria uma ruptura com que é discursivamente aceitável naquelas condições de produção.

## 2.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Iniciamos este segundo capítulo, cujo enfoque está na discussão sobre tradução, com alguns questionamentos que visavam esclarecer, a um só tempo, o papel da tradução como meio e condição para a circulação internacional da produção intelectual e seu estatuto no quadro teórico conceitual da perspectiva discursiva materialista. Para tanto, partimos de um breve histórico do desenvolvimento dos estudos da tradução ao longo dos anos, enfatizando as dicotomias e os dissensos que marcaram sua trajetória. Com base em teóricos que privilegiam o aspecto social do traduzir, tomando a tradução como uma prática social, buscamos cotejar essa área

do conhecimento com a perspectiva discursiva, tendo como fio condutor as noções conceituais de ideologia e discurso. Como foi observado, embora abordem a questão da tradução por um viés discursivo, há pontos de proximidade e distanciamento entre os autores, sobretudo pelas formas distintas de compreender a noção de ideologia.

No que diz respeito ao primeiro questionamento, sobre como a tradução pode interessar à perspectiva discursiva materialista enquanto processo de significação, entendemos que a tradução constitui um processo particular de produção de sentidos, conforme define Mittmann (2003), já que envolve diferentes materialidades. Ao colocar em jogo duas línguas, a tradução evidencia as diferenças de cada uma delas em termos da forma particular como a história toca essas línguas, suas discursividades. Em outras palavras, a tradução coloca à mostra a impossibilidade de equivalência plena entre duas línguas e, com isso, coloca também em relevo o papel preponderante da discursividade, ou seja, da maneira como materialidade linguística e materialidade histórica determinam uma a outra.

Assim, ao ser recepcionada no quadro teórico conceitual da análise do discurso pecheuxtiana, a tradução é tomada como um *processo*, isto é, mais do que observar a relação entre textos – texto de partida e de chegada – interessa considerar as condições nas quais o texto da tradução é produzido e, ainda, suas condições de circulação. Todos esses elementos determinam a forma como os sentidos são construídos e são, portanto, fundamentais para se compreender a tradução. Além disso, ao adentrar o quadro teórico conceitual discursivo, é preciso relacionar a tradução com os diferentes AIE da formação social capitalista. No caso das traduções de artigos acadêmico-científicos, como discutimos, é fundamental considerarmos a relação com as demandas das Instituições de Ensino Superior no contexto do aumento de esforços para a inserção internacional da produção acadêmica. Tal ponto nos leva a compreender os motivos pelos quais o fluxo das

traduções vem aumentando e tais relações afetam diretamente a tradução desses artigos.

### 3 A QUEM É ENDEREÇADO O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO?

*“Com efeito, os enunciados marcados com o selo de origem científica têm algo em comum com os bons vinhos: eles também se beneficiam do sistema de citações, uma espécie de Denominação de Origem Controlada”*

*(Bruno Latour)*

Após abordar o cenário em que o processo de internacionalização do conhecimento vem ocorrendo, no seio das Instituições de Ensino Superior, e destacar o papel que as questões de língua ocupam em contexto multilíngue, passamos à discussão sobre a tradução como meio e a condição para a circulação internacional da produção de conhecimento. Desse modo, conforme discutimos no capítulo anterior, mais do que um processo de decodificação de signos entre duas línguas distintas, a tradução é tomada como prática social, indissociável das relações sócio-históricas e ideológicas nas quais emerge. É precisamente por esse motivo que neste terceiro capítulo enfocamos as condições de produção e de circulação dos artigos que constituem nosso arquivo de análise neste trabalho.

De um ponto de vista discursivo, a primeira questão a ser colocada diante de uma tradução diz respeito a *por que* traduzir? Parece razoável supor que toda tradução emerge a partir de demandas da cultura de chegada, como discutiremos a seguir com base no postulado dos *Estudos Descritivos da Tradução*, e que, portanto, toda tradução estaria cumprindo certa função numa dada conjuntura social. Como discutimos no primeiro capítulo, há nas ações de internacionalização da produção acadêmico-científica, de um lado, uma demanda interna de ordem institucional, que diz respeito às formas de avaliação da qualidade do conhecimento produzido pelos pesquisadores brasileiros com base em índices quantitativos envolvendo o número de citações recebidas, semelhante ao que Lillis e Curry (2004) denominam *sistema*

*de recompensa (reward)*. Por outro lado, não se pode negar que o princípio da universalidade do conhecimento, que sustenta o imaginário de ciência como uma atividade que estaria acima de diferenças culturais, linguísticas ou geográficas, possui também impacto na busca pelo uso de padrões comuns entre a comunidade acadêmico-científica, inclusive em termos do ideal de uma linguagem global, capaz de unificar a multiplicidade de línguas e escamotear as diferenças das distintas línguas e culturas. Assim, com base nesse complexo de relações em jogo na circulação internacional do conhecimento, buscamos responder questões como: quais funções desempenham os artigos acadêmico-científicos ao circularem dentro e fora do país? Como as traduções desses artigos contribuem para a compreensão do processo de internacionalização da produção de conhecimento no cenário brasileiro? E, ainda: a tradução de artigos acadêmico-científicos para fins de internacionalização poderia ser abordada segundo o postulado da primazia da cultura-alvo (TOURY, 2012), que preconiza que toda tradução cumpre uma função na cultura de chegada e é regulada pelas normas dessa língua/cultura?

### 3.1 A TRADUÇÃO COMO FATO DA LÍNGUA/CULTURA-ALVO: O PONTO DE VISTA DOS ESTUDOS DESCRITIVOS

Para discutir a função social cumprida pelas traduções é relevante observar os elementos que entram em jogo no trânsito entre as duas línguas e culturas envolvidas nesse processo. Assim, como mencionamos anteriormente, uma tradução pressupõe a existência de um texto que lhe é anterior, produzido em um dado momento para cumprir certa função na conjuntura em que emerge e que, por dadas razões é posteriormente vertido para outra(s) língua(s), emergindo em outro espaço e em condições outras, que geralmente não coincidem com aquelas do texto de partida. Na área dos estudos da tradução, há distintas concepções sobre as formas de



acomodar a pluralidade de uma obra que se movimenta entre duas línguas e culturas (VENUTI, 1998), culminando em discussões como: ao se traduzir um texto, dever-se-ia manter as particularidades da cultura de partida, ainda que possam gerar estranheza para o leitor do texto na língua e na cultura de chegada? Ou, dever-se-ia privilegiar o conforto do leitor, *domesticando* aspectos que possam comprometer a fluidez da leitura do texto traduzido? Dizendo de outro modo, qual das duas culturas envolvidas na tradução deve ser priorizada: a de partida ou a de chegada? A resposta, longe de atingir um consenso, aponta para a questão da *função* que o texto está cumprindo ao ser traduzido.

Para a abordagem que ficou conhecida como *Descriptive Translation Studies* (DTS) ou *Estudos Descritivos da Tradução* (EDT), encabeçada pelo trabalho do pesquisador israelense Gideon Toury, as traduções são consideradas fatos da cultura-alvo<sup>73</sup>, isto é, da cultura de chegada, em que surge como texto a ser lido. Por essa razão se trata de uma abordagem *target-oriented*, ou seja, que toma o texto traduzido a partir das relações nas quais se constitui e as quais passa a cumprir na cultura-alvo. O autor entende que a atividade de tradução emerge em resposta a lacunas existentes na cultura na qual é recepcionada e, conseqüentemente, acarreta nela mudanças, conforme explica:

---

<sup>73</sup> A noção de cultura-alvo é amplamente discutida na área dos Estudos da Tradução. Cabe ressaltar que se trata de uma concepção distinta no âmbito da AD, onde a cultura passa a ser pensada em sua relação com a tríade conceitual com quadro epistemológico da disciplina: língua, sujeito e sentido. Desse modo, a cultura é tomada para além de práticas ritualísticas, tradição ou folclore. É concebida como constitutiva do sujeito, da mesma forma que língua e ideologia o são. De Nardi (2007) a define como um *lugar de interpretação*, ressaltando o papel essencial que a noção possui na maneira como o sujeito produz sentidos. Ainda que nesta tese não possamos nos aprofundar em discorrer sobre essa noção teórica, cabe pontuar essa importante diferença na forma de concebê-la.

[...] translation activities and their products not only can, but also very often do cause changes in the *target* culture. Indeed, it is in their very nature. After all, **cultures resort to translating precisely as a way of filling the gaps, whenever and wherever such gaps may manifest themselves.** (TOURY, 2012, p. 21. Grifo nosso).<sup>74</sup>

Desse modo, o que essa abordagem propõe é a descrição das circunstâncias em que uma tradução é requerida em um local, em um tempo e espaço determinados, numa dada conjuntura. Por meio dessa descrição seria possível compreender o *valor* que ela adquire na cultura em que se instaura, concebido a partir da posição que ela ocupa, ou seja, da função que cumpre naquele sistema<sup>75</sup> e da representação que constitui de um texto que já existe numa outra língua e cultura. Não se trata, portanto, de definir a natureza da tradução, sua essência ou saber próprio, mas, sim de compreender as condições nas quais ela emerge e o lugar que passa a ocupar num dado sistema.

Uma noção teórica de grande importância na perspectiva sociocultural dos EDT é a de *norma*. Em sua definição, Toury explica que as normas são abstrações que representam ideias e valores gerais, compartilhados por uma comunidade, e funcionam regulando o que é aceito, o que é adequado ou inadequado numa dada situação. Seu funcionamento se dá por meio de instruções concretas, que traduzem comportamentos permitidos ou não, tolerados ou mesmo proibidos numa comunidade, casos estes nos quais entram em jogo *sanções*. Essas sanções podem ser tanto efetivas quando potenciais e têm a ver com a responsabilidade social dos indivíduos dentro de uma cultura. Assim, a liberdade do indivíduo participante de um determinado grupo deve ser tomada como condicionada pelas normas que

---

<sup>74</sup> (...) as atividades tradutórias e seus produtos não apenas podem, mas frequentemente ocasionam mudanças na cultura-alvo. De fato, esta é sua natureza própria. Afinal de contas, as culturas recorrem à tradução precisamente como uma forma de preencher lacunas quando e onde essas lacunas se manifestam.

<sup>75</sup> A noção de sistema é de grande importância nessa abordagem teórica. Remetemos ao trabalho de Itamar Even-Zohar (1990) acerca da teoria dos polissistemas.

regulam comportamentos aceitos ou não naquela comunidade. Da mesma forma, toda atividade tradutória é também governada por essas normas, o que implica certas restrições [*constraints*] nas escolhas do sujeito que traduz, que podem ser de diferentes ordens e que interferem em maior ou menor grau na atividade tradutória. Para o autor, portanto, as decisões tomadas pelo tradutor devem ser entendidas como um ponto que indicia a relação entre as normas e a liberdade de escolha a elas condicionada.

Diante disso, a metodologia de análise empreendida pelos EDT busca desfazer o percurso realizado pelo tradutor para assim chegar até as normas que subjazem aquele sistema. Elas se constituem como hipóteses explicativas para certos comportamentos e suas manifestações perceptíveis. Assim, tomando o texto traduzido como ponto de partida, um olhar retroativo é lançado, no intuito de traçar um caminho que espelhe aquele que foi percorrido pelo tradutor, desvelando os elementos que entraram em jogo para que aquela tradução fosse produzida da maneira como foi.

É importante mencionar que essas normas não são homogêneas, uma vez que são suscetíveis ao dinamismo próprio do sistema, permanecendo em constante tensão umas com as outras, numa contínua luta por domínio. Assim, as normas ora estão mais próximas do centro, em uma posição mais periférica (marginal). Elas podem ser de três tipos: (1) normas que dominam o centro [*mainstream*]; (2) normas que foram centrais, mas perderam a força; e (3) certos rudimentos de normas que podem passar a integrar um novo grupo. Disso decorre que, como em qualquer outro domínio sociocultural, no âmbito da tradução, é possível se falar em ser moderno [*trendy*], ultrapassado [*old-fashioned*] ou progressivo [*progressive*] (TOURY, 2012).

Desse modo, a partir dessas considerações, pode-se compreender que, para essa linha de investigação, o evento da tradução é essencialmente governado por

normas do sistema da cultura de chegada e, vale ressaltar, são elas que regulam o que é ou não aceitável, balizando a atividade do tradutor. Se, conforme afirma Toury, a tradução deve ser pensada como um fato da cultura-alvo, vale ressaltar, são as normas desse sistema, o da cultura-alvo, que regulam o fazer tradutório, e o tradutor é concebido como um sujeito na e da cultura na qual o texto é recepcionado. É como resultado desse funcionamento que Toury reitera a primazia da cultura-alvo, afirmando que “Translations are facts of target cultures; on occasion facts of a peculiar status, sometimes constituting identifiable (sub)systems of their own, but of the target culture in any event<sup>76</sup>” (TOURY, 2012, p. 23).

Ao tomarmos o caso das traduções de artigos acadêmicos-científicos publicados em periódicos brasileiros, contudo, observamos que a aplicação do postulado da primazia da cultura-alvo pode ser questionada, conforme discutiremos adiante. Vejamos a seguir um excerto da revista *Alfa* e outro da Revista *Bakhtiniana*, apresentados na seção *Diretrizes para autores* nas páginas on-line dessas revistas:

Excerto 1:

Autor(es) de artigo aceito para a publicação em português, francês, espanhol ou italiano deve(m) providenciar a versão em inglês do texto até o dia estipulado no e-mail de notificação da aceitação. As normas para citação de autores no corpo do texto e para as referências bibliográficas da versão em inglês são as mesmas da versão em português. A Alfa designa revisores para a avaliação da versão em inglês do artigo. A revisão se restringe a conferir a qualidade da tradução, isto é, sua adequação ao padrão de uso da língua inglesa no gênero artigo científico.

Nas citações no corpo do texto de obras que têm edição publicada em língua inglesa, deve ser utilizada essa edição tanto no corpo do texto como nas referências bibliográficas. Em caso de não haver edição em inglês, o texto citado deve receber versão em inglês, e o texto na língua original da edição utilizada deve constar em nota de rodapé.

Quando o artigo contiver figuras digitalizadas de anúncios em jornais e revistas ou similares, em português ou em outra língua, é necessário incluir a versão em inglês dos textos em nota de rodapé.

---

<sup>76</sup> As traduções são fatos da cultura-alvo (*target culture*); por vezes fatos de status peculiar, constituindo subsistemas identificáveis por si mesmos, mas, em qualquer circunstância, da cultura-alvo.

Quando o texto contiver exemplos cuja compreensão envolva a necessidade de esclarecer traços morfossintáticos, é necessário incluir uma versão literal deles em glosa, seguida pela tradução em inglês comum entre aspas simples<sup>77</sup>. (Revista *Alfa*, diretrizes para autores).

Excerto 2:

Os autores dos artigos aceitos para a publicação deverão providenciar sua versão em inglês até o dia estipulado no e-mail de notificação da aceitação. A revista *Bakhtiniana* designará revisores para a avaliação da versão em inglês do artigo. A revisão se restringirá a conferir a qualidade da tradução, isto é, sua adequação ao padrão de uso da língua inglesa no gênero artigo científico. As configurações do texto em inglês permanecem, no geral, semelhantes, devendo o tradutor do artigo atentar para as seguintes observações: 1. Tradução em inglês do título, fonte 14, *Times New Roman*, centralizado sem margem, no estilo *headline*, negrito, seguido de barra e título em português ou na língua estrangeira em que o artigo foi escrito, em itálico e negrito. No estilo *headline*, apenas a primeira letra de substantivos, pronomes, verbos, adjetivos, advérbios, e conjunções (exceção: and, but, for, or, e nor) virá em maiúscula. Exemplos: An Introduction to Dialogical Discourse Analysis; Language and Literature: The Perspective of the Bakhtin Circle.

2. As configurações para o resumo e o *abstract* permanecem as mesmas, mas a apresentação do *abstract* deverá anteceder a do resumo.

3. O título de seções e subseções seguirá o estilo *headline*.

4. As regras de uso de recursos tipográficos: itálico, negrito, sublinhado e “aspas” são as mesmas independentemente da sua versão.

5. No caso de citações de obras que têm edição publicada em língua inglesa, essa edição deverá ser utilizada como referência no corpo do texto. A bibliografia consultada será indicada em nota de rodapé e, não, em Referências.

6. Nos casos de inexistência de edição em inglês da obra, deve-se fazer a tradução da citação para o inglês no corpo do texto e trazer a citação na língua original da edição utilizada em nota, ao final da página, para efeito de cotejo.<sup>78</sup> (Revista *Bakhtiniana*, diretrizes para autores).

Há dois pontos que merecem destaque nesses excertos. O primeiro deles diz respeito à exigência feita a todos os autores cujos manuscritos sejam aprovados para que apresentem a versão em inglês como condição para a publicação do texto. Assim, é possível argumentar que, diferentemente do que defende o postulado de

<sup>77</sup> Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/about/submissions#authorGuidelines>>. Acesso em: 30 maio 2017.

<sup>78</sup> Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/about/submissions#authorGuidelines>>. Acesso em: 30 maio 2017.

Toury, essas traduções não emergem para suprir uma lacuna na cultura de chegada – que neste caso seria difícil de definir com precisão – mas, sim, para cumprir uma exigência da própria revista, como fica explicitado em ambos os excertos. E por que a revista estaria exigindo que os autores apresentem uma versão em inglês? Precisamente pelos fatores já discutidos no primeiro capítulo deste trabalho, isto é, para cumprir os critérios avaliativos apresentados em comunicações oficiais, como o Documento de Área de Letras e Linguística 2013, mais precisamente, os novos critérios para a atribuição de estratos *qualis* periódicos, como foi possível observar no primeiro capítulo desta tese. Desse modo, a demanda pela tradução pode ser representada no esquema a seguir a partir de uma relação de hierarquia, partindo do nível mais alto – as políticas de globalização – até chegar a base da figura, ocupada pelos pesquisadores brasileiros enquanto autores dos artigos:

Esquema 2 – Demanda para a tradução dos artigos nos periódicos



Fonte: Elaborado pela autora.

Desse modo, conforme demonstra o Esquema 2, os autores são convocados a apresentar a versão traduzida de seus artigos como forma de cumprir as exigências impostas pelo periódico ao qual o artigo foi submetido, uma vez que a aprovação do artigo para publicação dela depende. Essa exigência do periódico tampouco é gratuita, mas, sim, determinada pelos critérios avaliativos que se pautam em índices como o percentual de artigos publicados em inglês. Vale lembrar que, a partir da publicação do documento de área Letras e Linguística 2013, as publicações em inglês ganharam ainda mais relevo, o que, como vemos, não deixa de ressoar nas políticas de publicação das revistas.

Assim, a decisão de traduzir os artigos do português para o inglês pode ser entendida como uma forma de responder a esse conjunto de demandas que são determinadas, em última instância, por princípios econômicos, já que as traduções em inglês representam o cumprimento de exigências que se traduzem em índices tomados como indicadores de qualidade, os quais são fundamentais para justificar maiores ou menores recursos financeiros para os PPGs e, por extensão, para os pesquisadores. Diante disso, é possível defender que as traduções dos artigos apresentadas nessas revistas surgem, antes de mais nada, com a função de responder a demandas de dimensão institucional da própria cultura local.

Além disso, um segundo aspecto que pode ser discutido diz respeito às instruções para a versão em inglês. Tanto no primeiro quanto no segundo excerto, trata-se de normas relativas a aspectos majoritariamente de formatação, como: tamanho e tipo de fonte utilizada, posição do resumo e do *abstract*, estilo de título, uso de recursos tipográficos entre outros elementos a serem padronizados segundo as normas da revista. Como observamos anteriormente, a escrita acadêmico-científica varia consideravelmente nas diferentes línguas e países, seguindo diferentes estilos, conforme destaca Canagarajah (2010) – a tradição anglófona tende a seguir a estrutura Introdução-Método-Resultados-Discussão (IMRD) –, o que

evidencia as diferentes tradições epistemológicas (BENNETT, 2007). Essa relação indissociável entre escrita e cultura, apontada por Curry e Lillis (2004), pode ser entendida pelas maneiras particulares de produzir conhecimento. Conseqüentemente, quando são traduzidos e passam a circular fora de seu lugar de origem, é necessário que os artigos sejam reestruturados nos modos de escrita da língua e da cultura na qual passará a circular.

Essas diferenças são tão significativas que teóricos como Wen e Gao (2007) e Hamp-Lyons (2009) defendem que texto de partida e texto traduzido deveriam ser aceitos como duas publicações distintas, já que respondem a diferentes propósitos, em termos de estilo e público leitor<sup>79</sup>. Com efeito, tal argumento parece ser coerente com o postulado de Toury, pois, enquanto o texto de partida é produzido com base nas normas da cultura de partida – e direcionado ao público leitor local –, o texto traduzido seria produzido segundo as normas da cultura de chegada, com o objetivo de cumprir as condições de aceitabilidade entre os sujeitos daquela cultura.

Entretanto, como pode ser observado nas instruções apresentadas aos autores nas diretrizes dos periódicos analisados e trazidas nos excertos acima, no caso da tradução dos artigos do português para o inglês são as normas da cultura de partida que parecem funcionar como norteadoras para a produção do texto traduzido, o que aponta para uma direção contrária aquela proposta por Toury (2012).

Cabe ainda, retomar, com Canagarajah (2010), algumas das características que diferenciam artigos publicados em periódicos internacionais, ditos *mainstream*, de artigos da mesma natureza publicados (ou publicáveis) em periódicos de outros países. Questões relativas ao estilo propriamente dito e elementos como a atualidade da revisão de literatura apresentada no artigo são também levados em conta, como um aspecto extralinguístico relevante. Abordar trabalhos mais ou menos recentes

---

<sup>79</sup> Trata-se de uma questão relevante na discussão sobre tradução e circulação internacional da produção de conhecimento, que será retomada no capítulo 4 deste trabalho.



poderia estar relacionado à dificuldade de acesso que os pesquisadores da (semi-)periferia podem enfrentar. Como consequência do uso de referencial teórico não recente, muitos trabalhos de pesquisadores não-centrais podem acabar por serem tomados como datados e, por isso, pouco relevantes para a comunidade científica global. Por outro lado, essa questão do uso de referencial teórico antigo pode ser compreendida a partir da maneira como uma linha teórica desenvolve-se entre a comunidade de pesquisadores de um país. É possível que certas obras de um mesmo autor recebam mais relevo do que outras, e, desse modo, sejam retomadas com frequência em artigos acadêmicos, por exemplo.

Se, conforme discutimos no capítulo anterior, há *modos de dizer* próprios de cada área, é possível afirmar que há, da mesma forma, entre as escolas teóricas diferentes *modos de leitura*, que variam entre países.

As sequências discursivas (SD) abaixo, retiradas de dois artigos que constituem nosso arquivo, demonstram a heterogeneidade que abarca tanto a escrita mais técnica, com terminologia conceitual própria da área (SD14), quanto uma escrita que poderíamos designar como mais livre, incluindo linguagem poética (SD15):

SD 14p – Foucault tem como grande referência para estudo das artes plásticas a obra de Erwin Panofsky, cujos trabalhos possibilitam pensar a dimensão discursiva da pintura, isto é, um nível de análise que pode remeter a conceitos teorizados em *A arqueologia do saber* ou representá-los, como “formação discursiva”, “prática discursiva”, “acontecimento”, “arquivo”, entre outros. (MAZZOLA, 2015, p. 413-414).

SD 14i – Foucault has as main reference for the study of visual arts the Erwin Panofsky’s work, whose studies allow thinking the discursive dimension of the painting, that is, a degree of analysis that can be lead to concepts theorized in *The Archaeology of Knowledge* or to represent them, as “discursive formation”, “discursive

practice”, “event”, “file”, among others. (MAZZOLA, 2015, p. 413-414).

SD15p – “As palavras são o diabo”, avisa Saramago (2011, p. 211), “Somos sem dúvida o eco de vozes mais antigas”, fala Agualusa (2010, p. 142), “O que as palavras nos dizem no interior de onde ressoam?” pergunta Novarina (2003, p. 14), “Entre a palavra e a coisa/o salto sobre o nada”, alerta Paulo Brito (1997, p. 15), “Cada palavra é uma metáfora morta”, recupera Borges (2000, p. 31), ou, porque é preciso terminar a lista, “A palavra é talvez tudo o que podemos conhecer do real”, lembra Cendras (CASTELO, 2009), a quem diríamos, é tudo que se pode conhecer do real já que o real é inatingível. (MEDEIROS, 2016, p. 79).

SD15i – “Words are the devil” warns Saramago (2011, p. 211, our translation), “We are arguably the echo of older voices” says Agualusa (2010, p. 142, our translation), “What do words tell us inside where they resonate?”, questions Novarina (2003, p. 14, our translation), “Between the word and the thing/a leap over nothing” Paulo Brito (1997, p. 15, our translation) alerts, “Every word is a dead metaphor” recovers Borges (2000, p. 31, our translation), or, because the list needs to be finished, “The word is perhaps all that we can know of the real” recalls Cendras (CASTELO, 2009, our translation) to whom we would say, it’s all you can know of the real since the real is unattainable. (MEDEIROS, 2016, p. 79-80).

Ambas as sequências foram retiradas da seção da introdução dos artigos, parte considerada por Flowerdew (2001) como uma das mais problemáticas na circulação internacional devido às diferenças nos modos de escrita das diferentes tradições epistemológicas<sup>80</sup>. Enquanto na primeira sequência pode-se observar um tom mais formal – marcado pela ausência de pronome subjetivo e por um cunho mais descritivo –, a segunda elenca seis breves citações de autores literários em uma mesma frase sem que esta possa ser resumida em um sentido preciso. Assim, embora

---

<sup>80</sup> Ferreira (2012), em pesquisa com acadêmicos brasileiros, observou que a seção de introdução é uma das mais desafiadoras na escrita de artigos em inglês. A autora ressalta a dificuldade que os pesquisadores brasileiros apresentaram na autopromoção do trabalho, ou seja, em demonstrar a relevância e a singularidade da pesquisa ao longo da introdução, característica no modo de escrita acadêmico anglófono.

existam normas que regulam o que é aceito como pertencendo à escrita acadêmica nesta área de estudos, existe sempre espaço para a diferença.

No que se refere à versão em inglês dessas sequências, parece ser possível afirmar que elas exigem do tradutor habilidades distintas nos dois casos. Enquanto na primeira as referências a termos técnicos poderiam indicar uma maior padronização e estabilidade, na segunda a tradução poderia ser vista como mais desafiadora, já que exige que o tradutor vá além das palavras do autor do texto, traduzindo também autores externos e, neste caso, renomados, como José Saramago e Jorge Luis Borges. Contudo, a necessidade de precisão conceitual na primeira sequência merece atenção. Um exemplo é a noção foucaultiana *arquivo*, traduzida na versão em inglês como *file*. Diferenciando-se de traduções prévias em que o termo original em francês *archive* foi vertido para o inglês como *archive* – como ocorre na tradução da editora Pantheon (1972)<sup>81</sup> –, a tradução como *file* poderia causar um estranhamento na leitura por não remeter ao mesmo espaço de memória que regula a aceitabilidade para o público leitor.

### 3.2 A QUESTÃO DO PÚBLICO LEITOR DOS ARTIGOS TRADUZIDOS

Outro elemento importante na discussão do princípio da primazia da cultura-alvo (TOURY, 2012) diz respeito ao público leitor das traduções. No que se refere à aceitabilidade das traduções, ou seja, a sua adequação às normas da cultura na qual se insere, entendemos que se trata de um funcionamento regulado pelo público leitor implicado no texto. Conforme aponta Toury (2012), as normas da cultura-alvo

---

<sup>81</sup> Referimo-nos à edição publicada pela editora Pantheon: FOUCAULT, Michel. *The Archaeology of Knowledge and The Discourse on Language*. Translated from the French by A. M. Sheridan Smith. New York: Pantheon Books, 1972.

regulam a atividade tradutória, estabelecendo o que é ou não aceito pela comunidade falante daquela cultura. Estando de acordo com as normas de uma dada cultura, uma tradução é lida como se houvesse sido produzida naquela cultura, passa, portanto, a ser tomada como um fato da cultura-alvo. No caso dos artigos traduzidos, poderíamos indagar: qual o público leitor esperado? Como pode ser observado nas traduções? Para quem estamos traduzindo nossos artigos?

Considerando o fato de que um dos objetivos envolvidos na publicação de artigos em inglês, segundo os documentos oficiais das agências de fomento, diz respeito ao aumento da inserção internacional das pesquisas brasileiras, para possibilitar atividades de cooperação, é possível inferir que esse público leitor, implícito no texto, diga respeito aos membros da comunidade acadêmica global. Não se trata, contudo, de uma concepção de um público leitor uno e homogêneo. Para Curry e Lillis (2004) há, na comunicação acadêmica, diferentes tipos de *comunidades-alvo*. Em pesquisa realizada com acadêmicos da área de psicologia de diferentes países não-anglófonos –, as autoras observaram que a língua na qual os pesquisadores escrevem seus artigos variava de acordo com o público leitor pretendido: ora colegas pesquisadores, ora profissionais da área. No primeiro caso, a língua preferida era o inglês e no segundo, a língua local. Desse modo, conforme esclarecem as autoras, há artigos de caráter mais prático, endereçado a profissionais que atuam na área e há outros de cunho mais teórico, endereçados à comunidade acadêmica propriamente dita. Além disso, o próprio tema abordado no artigo é relevante na delimitação do público leitor que se espera atingir, e, conseqüentemente, na língua escolhida para sua disseminação; enquanto certas temáticas pressuporiam uma interlocução com colegas acadêmicos, outras, de caráter mais prático, fomentariam diálogos com colegas atuantes na área. Há, portanto, uma relação direta entre o público leitor e a língua escolhida para

publicação e tal relação diz respeito, sobretudo, à função que o texto pretende cumprir ao ser produzido.

Analisando o contexto polonês de práticas de publicações acadêmicas, Duszak e Lewbowicz (2008) observam casos de pesquisadores que relataram optar pela língua local quando se tratava de publicações como livros destinados a alunos ou, quando a temática buscava reconhecimento dentro da própria comunidade acadêmica polonesa. De forma análoga, Petrič (2014) aborda a questão do aumento do uso de inglês para disseminação da produção intelectual em países não-anglófonos investigando o cenário dos periódicos da Sérvia. A autora observa que a opção de publicar na língua local tem diminuído significativamente, e escrever em inglês vem se impondo como uma realidade para os pesquisadores sérvios, seja em periódicos locais ou internacionais:

While scholars from ‘small’ language backgrounds have always had to write in a foreign language in order to reach a wider international audience, what is new is that increasingly the option to publish in the local language is disappearing due to decreasing numbers of periodicals in the local language and the growing pressures on scholars to publish in English. (PETRIČ, 2014, p. 206).<sup>82</sup>

Assim, conforme aponta Petrič (2014), o uso do inglês para publicações acadêmicas aumenta entre os países não-anglófonos, não apenas quando se trata de publicações em veículos internacionais, mas, também em espaços nacionais, como é o caso de inúmeros periódicos brasileiros, nominalmente as revistas *Alfa*, *Bakhtiniana* e *Acta Scientiarum*, que são aqui analisadas. Embora a decisão de se publicar em inglês ou em português devesse estar relacionada com o público leitor, o crescente número de periódicos locais que escolhem o inglês como meio para

---

<sup>82</sup> Se pesquisadores pertencentes a comunidades de línguas ‘menores’ sempre tiveram que escrever em uma língua estrangeira para atingir um público leitor mais amplo, a novidade é que cada vez mais a opção de publicar na língua local está desaparecendo devido à diminuição do número de periódicos em línguas locais e ao aumento da pressão sofrida pelos pesquisadores para se publicar em inglês.

disseminação – sobretudo por demandas de ordem institucional – coloca em discussão um posicionamento ideológico:

Publishing in English is also an ideological choice: academic writing is an act of identity as it is any other form of language use. (...) As already emphasized, textual patterns that are individually adopted find their validation in cultural values that underlie a given conception of scholarship and language of research dissemination. The adopted patterns become the accepted norms of writing for a given academic community, while at the same time shaping that community's beliefs about academic communication<sup>83</sup>. (DUSZAK, LEBOWICK, 2008, p. 110)

As palavras de Duszak e Lebowick ressaltam a importância de não se tomar a língua de disseminação da produção de conhecimento como um ato neutro e automático. Enfatizando a relação entre língua e identidade, as autoras reiteram o papel preponderante que os valores culturais validados entre uma comunidade falante possuem na comunicação científica.

Embora alguns autores discutam a existência de um *público leitor internacional* (PFAU, 2016), entendendo que este constitui-se a partir de características como nacionalidade e cultura heterogêneas, é difícil pressupor que um texto seja escrito sem que se tenha um público leitor definido. O termo *internacional*, utilizado para se referir à comunidade global, não remete a um espaço definido ou tampouco a um público leitor determinado. Em outras palavras, se consideramos que as condições de produção nas quais emergem as traduções analisadas neste trabalho – quais sejam, como resposta a uma demanda local e não da cultura de chegada –, seria possível supor que o público leitor não seja o obscuro *público leitor internacional*, mas que permanece sendo o público local, falante de

---

<sup>83</sup> Publicar em inglês é também uma escolha ideológica: a escrita acadêmica é um ato de identidade como qualquer outra forma de uso da linguagem. (...). Como já enfatizado, padrões textuais que são adotados individualmente encontram validação em valores culturais que subjazem uma dada concepção de pesquisa e língua de disseminação de pesquisa. Os padrões adotados tornam-se as normas aceitas para a escrita em uma dada comunidade, enquanto ao mesmo tempo, modelam o que a comunidade concebe como comunicação acadêmica.

português. Trata-se de um fator com importantes implicações na maneira como a tradução é textualmente produzida.

A fim de problematizar essa questão, propomos observar aspectos relativos à enunciação no texto de partida e compará-los à sua versão no texto de chegada. Assim, em um primeiro momento, partimos da observação de categorias linguísticas que remetem à instância da enunciação para interpretar o papel atribuído ao público leitor implicado textual e discursivamente nesses artigos. Para tanto, selecionamos duas sequências discursivas com o intuito de nelas observar certos elementos que revelem marcas deixadas pelo autor a serem preenchidas pelo leitor no momento da leitura. Assim, partimos do pressuposto de que todo o texto possui um *leitor imaginário* (GRIGOLETTO, 2005), também referido como *leitor potencial* (CORTEZ, 2015), isto é, uma posição interlocutiva que é imaginariamente antecipada (PÊCHEUX, [1969] 2010a) pelo sujeito autor com base em um jogo de forças de ordem sócio-histórica e ideológica.

No caso das sequências apresentadas a seguir, enfocamos o pronome possessivo *nosso*, que é utilizado pelo(s) autor(es) e pode ser compreendido como um mecanismo que indicia o público leitor construído na instância enunciativa. Vejamos a SD abaixo:

SD16p – Sob essa ótica, a crítica literária brasileira, na ânsia de formular conceitos sobre a dependência cultural, acabou propondo uma trajetória de busca pela **nosso** identidade cultural. Antonio Candido, com sua metáfora orgânica de que **nosso** literatura é “galho secundário” da portuguesa, procura formular **nosso** identidade literária. Outrossim, considera que é a partir do Romantismo que todo o sistema literário brasileiro será formado. (...). Para o crítico, a partir da Antropofagia, podemos pensar o nacional em relacionamento dialógico e dialético com o universal, posto que o termo antropofagia ilustra com propriedade **nosso** herança de colonizados. (CÂNDIDO, SILVESTRE, 2016, p. 250).

SD16i – Consequently, in its effort to formulate concepts on cultural dependence, Brazilian literary criticism proposed a search for **our** cultural identity. Antonio Candido and his organic metaphor of **Brazilian literature** as a “secondary branch” of Portuguese literature, insisted that Romanticism was the watershed of the entire **Brazilian** literary system (...) Anthropophagy gives the national stance a dialogical and dialectical relationship with the universal one, since Anthropophagy successfully illustrates **our** colonial inheritance. (CÂNDIDO, SILVESTRE, 2016, p. 249).

Na SD apresentada, os autores do artigo discorrem acerca da relação de conceitos elaborados pela crítica literária brasileira e a identidade cultural local. Ao longo da passagem, é possível observar o uso do pronome possessivo *nosso/a* quatro vezes para qualificar objetos distintos: *nossa identidade cultural*; *nossa literatura*; *nossa identidade literária*; e *nossa herança de colonizados*. É relevante observar que se trata de um tema bastante particular da cultura do texto de partida, a brasileira. Da maneira como é construída, além da especificidade do assunto, essa passagem pode interpelar o leitor por recursos como o uso do pronome possessivo, incluindo-o como participante ativo de todos esses elementos (identidade cultural, literatura, identidade literária e herança de colonizados) ou pode ser interpretado como *nosso*, em relação aqueles que enunciam, incluindo, portanto, apenas os autores do texto.

Na tradução, contudo, encontramos esse número de pronomes possessivos reduzido para apenas dois, referindo-se a *cultural identity* [identidade cultural] e a *colonial inheritance* [herança colonial]. A expressão *nossa literatura*, passa a *Brazilian literature* [literatura brasileira] e nossa identidade literária a *Brazilian literary system* [sistema literário brasileiro], causando um efeito de distanciamento entre o espaço enunciativo<sup>84</sup> dos autores e o dos leitores. Por outro lado, a manutenção do pronome possessivo *nosso* em *our colonial inheritance* [nossa

---

<sup>84</sup> Espaço enunciativo é aqui entendido em referência aos elementos que constituem a instância da enunciação, com base em categorias como: *eu, tu, aqui e agora*.



herança cultural] aproxima novamente os espaços enunciativos. Assim, o que a tradução dessa passagem permite verificar pela presença do pronome analisado é uma alternância entre o espaço local e o alhures: ora o leitor é supostamente local, ora o leitor pertence a outra cultura e observa a cultura brasileira de um ponto de vista estrangeiro.

Como dissemos, ao escrever e, da mesma forma, ao traduzir um texto, há sempre uma antecipação sobre o leitor. Trata-se, contudo, não de posição empírica, mas de lugares sociais ocupados pelo leitor e atribuídos imaginariamente pelo autor/tradutor com base em já-ditos, que funcionam como a substância dessas “formações imaginárias” (Pêcheux, [1969] 2010a, p. 81). Desse modo, com base na SD16, os gestos de traduzir *nossa literatura e nossa identidade literária* respectivamente por *Brazilian literature* e *Brazilian literary system* demonstram um leitor imaginário que não coincide com o dos autores do artigo, já que não é incluído pelo uso do pronome *nosso*.

Retomando a questão da alternância entre os espaços enunciativos, observamos que ela não ocorre no trecho logo adiante do mesmo artigo, como demonstra a seguinte sequência:

SD17p – Viver no “entre-lugar”, **como nós vivemos**, “ser brasileiro”, consiste em ser um indivíduo composto por traços do habitante nativo de **nossas** terras e por traços do colonizador europeu. Sendo assim, **nossa** literatura é resultado de uma condensação de culturas, que liberta de rótulos, não apresenta preocupação sobre o valor do original ou da cópia. Enfim, a originalidade de **nossa** literatura consiste no diálogo entre as culturas. (CÂNDIDO, SILVESTRE, 2016, p. 250).

SD17i – Living within “in-between” space (**being Brazilian**) consists in being an individual comprising the qualities of the **Brazilian** Indigene and those of the European colonizer. **Brazilian** literature is the result of cultural condensation, free from stereotypes; it is not concerned on the issue of being original or a copy. Anyway,

the originality of **Brazilian** literature lies in the dialogue between cultures. (CÂNDIDO, SILVESTRE, 2016, p. 250).

Claramente posicionados, os autores encaminham as considerações finais de seu texto incluindo-se – e a um leitor imaginário – na tessitura do texto: *como nós vivemos, nossas terras, nossa literatura*. Trata-se de um estilo de escrita que, na contramão de normas de manuais que propagam a manutenção da tradicional redação científica, não parece ter a preocupação de manter distância do objeto que analisa. Na tradução, contudo, esse efeito não ocorre. A incisa *como nós vivemos*, que define a condição de entremeio de um povo constituído por diferentes origens, é suprimida da tradução, indiciando um leitor imaginário que não seria brasileiro. Da mesma forma, a expressão *ser brasileiro*, destacada por aspas que parecem negociar com o leitor seu sentido, é trazida entre parênteses, relegando-a a uma posição secundária no enunciado.

Já as duas ocorrências de *nossa literatura* são vertidas como *Brazilian literature* [literatura brasileira], num movimento que traz outro leitor imaginário. Desse modo, ao contrário da passagem anterior, em que era possível observar uma espécie de alternância na abrangência do público leitor, as marcas que acabamos de descrever parecem apontar para outro posicionamento, isto é, a pressuposição de um público leitor não brasileiro.

De um ponto de vista discursivo, esses elementos marcados no nível enunciativo funcionam como indícios reveladores da maneira como o sujeito é interpelado e remetem a relações de ordem interdiscursiva, conforme observa Courtine (1999, p. 18):

Pensar o assujeitamento do sujeito falante na ordem do discurso é necessariamente dissociar e articular dois níveis de descrição: 1) o nível da enunciação por um sujeito enunciadador em uma situação de enunciação dada (o “eu”, o “aqui” e o “agora” dos discursos); 2) o nível do enunciado,

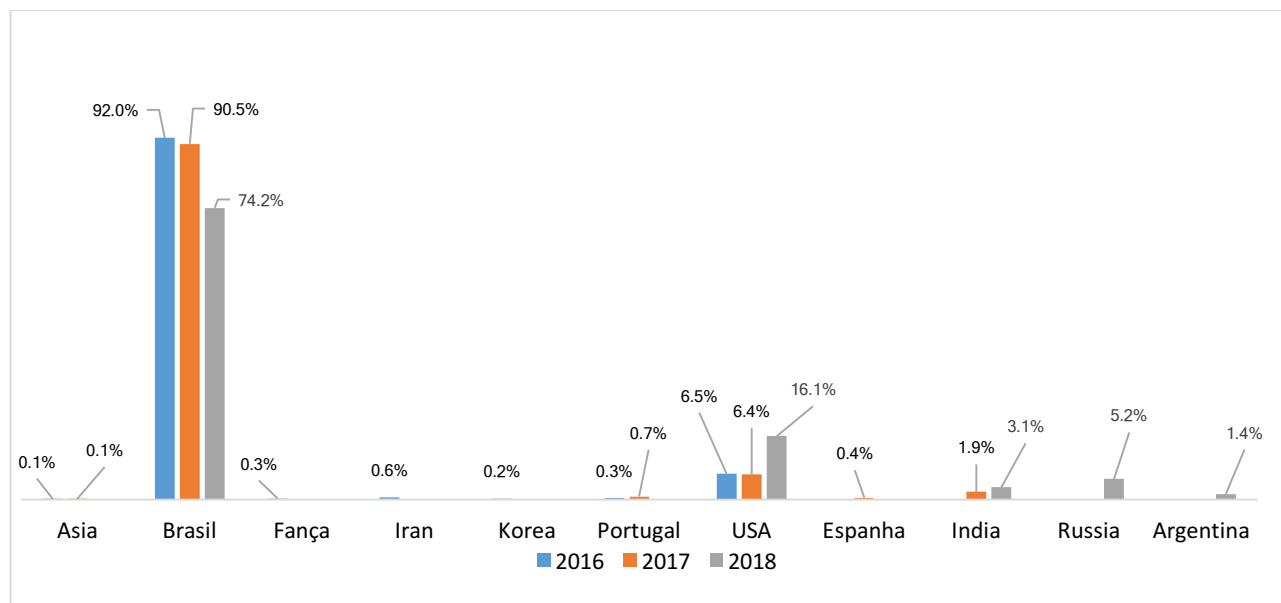
no qual se verá, num espaço vertical estratificado e desnivelado dos discursos, que eu chamaria interdiscurso; séries de formulações marcando, cada uma, enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre elas em formas linguísticas determinadas (citando-se, repetindo-se, parafraseando-se, opondo-se entre si, transformando-se...).

Diante disso, a alternância entre os espaços enunciativos observada na tradução indicaria diferentes tomadas de posição em um domínio de saber específico: ora o público leitor é identificado à cultura de partida – nós, brasileiros – , ora é pressuposto como distante, isto é, um público leitor internacional. Enquanto no último caso é possível interpretar uma identificação aos saberes da internacionalização, o primeiro apontaria para um imaginário de leitor que compartilha da cultura, da mesma literatura e da mesma terra, ou seja, um leitor local, o que poderia corroborar a hipótese de que as traduções de artigos acadêmico-científicos respondem principalmente a demandas internas, do domínio da produção de conhecimento das IES locais.

O público leitor dos artigos pode também ser abordado por outro viés além da questão do leitor imaginário, que acabamos de apresentar. Se retomamos a discussão sobre *função* cumprida pela tradução, seria possível inferir que um artigo destinado a colegas brasileiros não precisaria ser divulgado em inglês, mas, sim, na língua local, por eles compartilhada. Desse modo, seria razoável afirmar que a circunstância para que os artigos de pesquisadores brasileiros sejam traduzidos para a língua inglesa é serem endereçado a leitores não-lusófonos. Nesse contexto, caberia indagar, ainda que sem a pretensão de uma resposta definitiva, sobre as características do público leitor, que acessa os artigos publicados nos periódicos brasileiros. Para tanto, é relevante observar as informações relativas aos acessos dos

artigos das revistas. Tomemos o caso exemplar dos dados de geolocalização dos acessos da revista Bakhtiniana<sup>85</sup>:

Gráfico 1 – Dados de acesso Revista Bakhtiniana



Fonte: Elaborado pela autora.

Como pode ser visto no gráfico, durante os anos de 2016 e 2017 e até o mês de agosto de 2018, os artigos foram acessados por países de diferentes continentes. Contudo, nos três anos retratados o número de acessos originados do Brasil é significativamente maior. Em 2016 e 2017, os acessos originados do Brasil somaram mais de 90% do total de acessos anual. Já em 2018, o percentual passou a 74,2% conforme os dados apresentados na página da revista até o mês de agosto. Esses dados, embora não sejam capazes de assegurar de forma definitiva a nacionalidade dos leitores da revista, permitem observar que a significativa maioria de acessos aos artigos é de origem brasileira, ou seja, é realizada por pessoas que estão no Brasil. Esse ponto ganha relevo ao ser relacionado à questão que vimos discutindo, isto é,

<sup>85</sup> Disponível em: < <http://www.histats.com/viewstats/?sid=3044526&act=10>>. Acesso em: 24 set. 2018.

ao fato de que as traduções dos artigos em discussão não estarem respondendo a uma demanda da cultura de chegada, mas, sim, como mencionamos anteriormente, a uma exigência local, que parte de órgãos reguladores, como a CAPES, chega até o pesquisador enquanto autor do artigo (conforme Esquema 2) e se traduz em recompensas tanto para as instituições quanto para os pesquisadores.

### 3.3 NEM CULTURA DE PARTIDA, NEM CULTURA DE CHEGADA: UMA LÍNGUA GLOBAL PARA A CIÊNCIA?

Tendo discutido o relevo que a língua e a cultura de chegada adquirem na compreensão das relações em jogo na tradução para os EDT, observamos que a tradução dos artigos do português para o inglês para fins de internacionalização constitui um caso particular, especialmente pelo status de *língua franca* que o inglês assume na condição do mundo globalizado.

Ao ser tomada enquanto língua comum das trocas internacionais, o inglês passa a ocupar uma nova dimensão. Na esfera da comunicação científica, conforme esclarece Lebrun (2004) os enunciados produzidos possuem primazia sobre as circunstâncias de sua produção:

o desenvolvimento da ciência moderna abala o lugar da autoridade religiosa e produz um novo laço social, cujo motor, doravante, o que comanda, não é mais a enunciação do mestre, seu dizer, mas um saber de enunciados, um conjunto acéfalo de ditos. (LEBRUN, 2004, p. 53).

Ao longo da história do desenvolvimento da ciência é possível observar que a busca por uma língua universal é recorrente, sendo alvo de interesse de filósofos e cientistas. No século XVII, por exemplo, a *Royal Society* [Sociedade Real] de Londres, por meio do trabalho dos filósofos John Wilkins e George Dalgarno, propôs

um programa científico cujo objetivo seria desenvolver uma língua que pudesse: (a) ser aprendida em tempo reduzido e ser utilizada pelos falantes em uma variante única; (b) corrigir as irregularidades das línguas naturais (tais como polissemia, imprecisão de termos, ausência de correspondência entre os procedimentos linguísticos e a representação científica do real); (c) encontrar um vocabulário capaz de exprimir unicamente a estrutura da realidade; (d) vincular a boa constituição dos enunciados a seu valor de verdade (AUROUX, 2009).

Recentemente, o empreendimento de uma língua que facilitasse a comunicação científica em contexto multilíngue foi revisitado, como vemos no artigo de Momen (2009), que propõe a criação de um padrão *inglês científico* – denominado pelo autor pelo neologismo *Scientish*. Por meio de uma gramática simplificada, nos moldes do Esperanto, mas mantendo a riqueza vocabular, Momen propõe que o *Scientish* seria capaz de expressar a complexidade das ideias científicas facilitando as trocas em contexto internacional:

A possible solution would be a standard scientific English with simplified grammar lacking in irregularities and with phonetic spelling (similar to Esperanto's). It would need to maintain a rich and evolving vocabulary to allow the expression of complex scientific ideas. Such an international auxiliary language for science would facilitate teaching, learning and editing<sup>86</sup>. (MOMEN, 2009, p. 654).

O autor defende que o *Scientish* representaria também uma vantagem na qualidade da comunicação, já que contribuiria para a redução de ambiguidades e incompreensões e, sobretudo, faria com que a tradução se tornasse mais rápida e mais efetiva em termos de custo-benefício<sup>87</sup>. Há ainda outros projetos de

---

<sup>86</sup> Uma possível solução seria a padronização de um inglês científico com uma gramática simplificada, sem irregularidades e com ortografia fonética (semelhante à do Esperanto). Seria preciso que o vocabulário rico e evoluído fosse mantido para possibilitar a expressão de ideias científicas complexas. Tal língua auxiliar internacional para a ciência facilitaria o ensino, aprendizagem e edição.

<sup>87</sup> Em outro trabalho (MOMEN, 2005), o autor discute especificamente a questão da tradução na comunicação científica, apontando os benefícios do uso de tradução automática.

simplificação linguística que visam facilitar o uso da língua inglesa entre falantes não nativos, como é caso do *Globish*<sup>88</sup>, proposto pelo francês Jean-Paul Nerrière: um inglês global com estrutura gramatical simplificada e um vocabulário limitado a 1500 palavras. Além disso, o *globlish* não possui piadas ou expressões idiomáticas. Segundo o autor, “Globish is correct English without the English culture<sup>89</sup>” (NERRIÈRE, s/d, s/p), ou seja, trata-se de uma tentativa de dissociar a língua da cultura, manipulando e selecionando elementos que possam efetivamente contribuir na comunicação, muito próximo do que propunham Wilkins e Dalgarno no século XVII.

Empreendimentos como esses demonstram, a um só tempo, tentativas de controle e domínio da língua, nela intervindo para minimizar a possibilidade de equívocos e mal-entendidos. A defesa de projetos como esses só é possível com base em uma concepção de língua como uma etiqueta, ou seja, com base na ideia de que haveria um mundo exterior, objetivo e independente e de que as diferentes línguas não fariam mais que nomear esse mundo. Desse ponto de vista, as línguas poderiam ser consideradas como facilmente intercambiáveis e teriam sua natureza reduzida a meros instrumentos de comunicação. Observamos uma próxima relação entre o ideal de uma língua única e transparente para disseminar os enunciados científicos e o apagamento da instância enunciativa (LEBRUN, 2004): uma língua que se quer autorreferencial e espontânea, alheia às condições de produção, servindo essencialmente a propósitos comunicacionais.

Para Ferguson (2007), a ideia de uma língua neutra é impraticável e, com efeito, pouco se sabe a respeito de iniciativas dessa natureza que tenham logrado sucesso. Caberia, então, indagar os possíveis motivos que inviabilizam o

---

<sup>88</sup> Disponível em: < <http://www.globish.com>>. Acesso em: 20 set. 2018.

<sup>89</sup> O *globish* é o inglês correto sem a cultura do inglês. Disponível em: < <http://www.globish.com>>. Acesso em: 20 set. 2018.

desenvolvimento efetivo de línguas como essas. De um ponto de vista discursivo, lembramos que mais do que estrutura, a língua possui historicidade própria. A história marca cada língua de forma particular, e, dessas marcas emergem modos de dizer distintos em cada uma delas. É precisamente pelo enlace com a materialidade histórica que certos sentidos são possíveis e outros não o são em uma dada língua. Em razão dessas particularidades, que possibilitam distintas perspectivas de interpretar o mundo, o monolinguismo, ideal de práticas intervencionistas que buscam higienizar a língua, como o *Scientish* e o *Globish*, representa uma ameaça à riqueza presente na multiplicidade linguística.

Cassin (2013) entende que, diante da pressão para aumentar a circulação internacional de obras e textos científicos, é preciso encontrar uma forma que impeça esse cenário potencialmente monolíngue, pois considera que a pluralidade das línguas e culturas constitui uma riqueza excepcional que pode estar ameaçada. A autora aponta a prática da tradução como forma de manter a diversidade linguística na produção intelectual, pois por meio dela é possível reconhecer as diferenças e congregá-las, encontrando, assim, um equilíbrio entre o relativismo resultante da multiplicidade linguística e o universalismo, próprio do interesse em que certas obras possam circular além de seus locais de origem. A tradução representa, portanto, um meio de acomodar dualidades extremas:

Ni globish ni nationalisme ontologique. Ni universalisme abstrait sans histoire et sans langue, ni culturalisme identitaire. Ni l'unicité abstraite, ni le un plus un indéfiniment infini. **Mais le multiple en relation.** Le paradigme de la traduction s'oppose aux deux diktats. C'est un paradigme commode, et qui devient, on peut s'en réjouir, à la mode<sup>90</sup>. (CASSIN, 2013, p. 3. Grifo nosso).

---

<sup>90</sup> Nem globish, nem nacionalismo ontológico. Nem universalismo abstrato sem história e sem língua, nem identidade cultural. Nem unicidade abstrata, nem algo indefinidamente infinito. Mas, o múltiplo em relação. O paradigma da tradução se opõe ao dos dois ditames. É um paradigma cômodo, e que se torna, felizmente, uma tendência.



Com um projeto que visa discutir a tradução como recurso viável para a comunicação científica em contexto multilíngue europeu, Cassin assevera que “La langue de l’Europe, c’est la traduction”<sup>91</sup> (2013, p. 8), o que indica um caminho possível para que os pesquisadores possam continuar a produzir em suas línguas maternas, sem, com isso, limitar-se a um público leitor local. Se, por um lado, a prática da tradução representaria, conforme discute a autora, um meio de acomodar a multiplicidade linguística sem deixar de se considerar um horizonte de universalidade, por outro, ainda há muito a ser discutido sobre a maneira como essas traduções vêm sendo realizadas, como apresentamos neste capítulo.

### 3.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Iniciamos este capítulo, cujo intuito foi abordar as condições de produção e de circulação dos artigos que analisamos, tendo como fio condutor a questão da função cumprida pelas traduções desses artigos. Para tanto, partimos de uma discussão recorrente ao se falar em tradução, qual seja, o papel de cada uma das culturas envolvidas na tradução e seu impacto para regular a atividade tradutória. Conforme o postulado dos EDT, toda tradução emerge em resposta a uma lacuna existente na cultura de chegada e é, da mesma forma, regulada por normas do sistema dessa cultura. Portanto, para essa perspectiva teórica, a tradução é um fato da cultura-alvo.

Com base nisso, questionamos se tal postulado poderia ser aplicado ao caso discutido neste trabalho: seriam as traduções dos artigos acadêmico-científicos analisados motivados por uma demanda externa e determinados por normas da cultura de chegada? Considerando as condições de produção e de circulação dessas

---

<sup>91</sup> A língua da Europa é a tradução.

traduções, observamos que tal postulado não pode ser corroborado neste caso. Entre os fatores que nos levam a essa afirmação estão, em primeiro lugar a demanda pela tradução, que parte, conforme demonstra o Esquema 2, de instâncias institucionais, de órgãos de regulamentação da educação nacional, que buscam cumprir ações de políticas globalizantes, transpostas como exigências dos periódicos – avaliados por esses órgãos – aos autores dos artigos aceitos para publicação. Dito de outro modo, é possível afirmar que os autores dos artigos publicados traduzem seus textos para o inglês para responder as exigências da revista, que condiciona a publicação ao envio da versão em inglês, como demonstram os excertos 1 e 2 apresentados anteriormente e, tal exigência pode ser interpretada como uma forma de cumprir os critérios avaliativos apresentados em documentos oficiais dos órgãos de fomento, como, por exemplo, a CAPES.

Além disso, entendemos que o público leitor ao qual o texto é endereçado é um importante elemento na tradução e revela as normas subjacentes ao fazer tradutório. Assim, se um texto é endereçado a uma cultura de chegada específica, são as regras dessa cultura que nortearão a atividade de tradução. No caso das traduções dos artigos analisados, observamos que as características tanto de ordem estrutural, quanto certos elementos linguísticos que indiciam categorias enunciativas apontam também para um público leitor local. Essa interpretação é corroborada, ainda, pela análise dos dados de acesso dos artigos, apresentados na página on-line de uma das revistas analisadas: os acessos originados do Brasil constituem mais de 90% do total de acessos nos anos de 2016 e 2017 e mais de 70% até o mês de agosto do ano de 2018. Elementos como esses nos permitem inferir que há uma coincidência entre o público leitor implicado linguística e discursivamente nesses artigos e aquele que efetivamente vem acessando esses artigos pelo meio digital.

Finalmente, abordamos alguns projetos de universalismos linguísticos na ciência, as *línguas das ciências*, tais como o *Scientish* e o *Globish*, para

problematizar a ameaça do monolinguismo da comunidade científica. Ancoradas em uma concepção de língua como forma de nomear um mundo objetivo e independente, essas propostas reduzem a língua a um caráter meramente instrumental. Nesse contexto, a tradução é proposta como uma forma de conciliação, como um meio de acomodar a multiplicidade das diferentes línguas sem, com isso, limitar a circulação da produção do conhecimento a um só público leitor.

#### 4 GESTOS ANALÍTICOS

*“Tupi, or not tupi that is the question”  
(Oswald de Andrade, Manifesto Antropófago)*

Após termos discutido o processo de internacionalização da produção do conhecimento e sua relação com o aumento do fluxo das traduções de artigos em periódicos nacionais, destacando o valor que as publicações em inglês adquirem no sistema avaliativo institucional, passamos agora à análise dos artigos selecionados para esta pesquisa. Como já mencionamos, nosso arquivo se compõe de onze artigos acadêmico-científicos em português acompanhados de suas traduções para o inglês, publicados em três revistas da área de Letras já citadas: *Alfa – Revista de Linguística*, *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso* e *Acta Scientiarum: Language and Culture*.

Considerando a diversidade dos objetos analisados nos artigos, foi possível observar diferenças significativas entre eles, desde características tradicionalmente atribuídas à escrita própria do gênero científico, como o uso de terminologia específica da área, quanto citações de excertos literários e poesias. Essa heterogeneidade tanto dos objetos quanto do estilo da escrita dos artigos nos parece interessante na medida em que permite observar particularidades no fazer do tradutor, que será convocado a transitar tanto entre traduções de ordem mais técnica quanto traduções de excertos literários, sob a aparência de um único gênero, o da escrita acadêmica.

Como discutimos em outro trabalho, o fazer tradutório costuma ser categorizado em dois grandes grupos: tradução literária e tradução técnico-científica (PASSINI, 2016). Contudo, essa classificação nos parece problemática por tomar esses dois grandes grupos como se fossem homogêneos, com bordas bem delimitadas regulando o que faz ou não parte desse domínio de saber. De um ponto

de vista discursivo, entendemos que todo domínio de saber é regulado por fronteiras porosas que permitem deslocamentos, constituindo-se, portanto, como espaços heterogêneos. Desse modo, quando falamos em um discurso acadêmico é importante ressaltar que, embora existam relações de força determinando esses saberes, há sempre a possibilidade de novos arranjos.

Assim, a seleção de artigos que analisam objetos distintos permite a elaboração de um *corpus* heterogêneo, dando relevo à não-homogeneidade que mencionamos. No âmbito da ciência, a tradução pode ser tomada como um processo automático, fato que pode ser evidenciado pela escassez de orientações sobre a tradução dos artigos nas diretrizes para autores dos três periódicos analisados, como demonstraram os excertos 1 e 2 apresentados no capítulo anterior. Essa escassez indicia o funcionamento de um pré-construído de transparência dos sentidos que poderiam ser transportados de uma língua a outra, como se traduzir fosse um processo automático e espontâneo, dispensando maiores discussões.

De maneira geral, observamos uma regularidade no conjunto dos artigos que formam nosso arquivo, que é a presença de um grande número de notas de rodapé na versão traduzida, sobretudo nos artigos em inglês das revistas *Alfa* e *Bakhtiniana*, cujas regras exigem que as citações originais sejam apresentadas em espaço paratextual. A revista *Acta Scientiarum Language and Culture*, como já mencionamos, não faz referência às normas de tradução do artigo em suas diretrizes para autores e os artigos traduzidos que analisamos não trazem marcas explícitas do processo de tradução. Assim, enquanto as duas primeiras revistas exigem dos autores cujos manuscritos foram aprovados que enviem a versão em inglês como condição para publicação de seus artigos, a *Acta Scientiarum* realiza uma seleção entre os artigos aceitos para publicação – escolhendo aqueles com maior relevância internacional (ANEXO B) – e responsabilizando-se por suas traduções.

No que se refere à análise que buscamos empreender neste trabalho, é importante ressaltar que, sem partir de categorias previamente estabelecidas, uma análise discursiva se faz no movimento de ir e vir do *corpus* para a teoria e vice-versa. Assim, o primeiro gesto deve ser a descrição da materialidade linguística, para que, a partir dela, seja possível o segundo gesto, que diz respeito a compreender os processos de interpretação e os efeitos de sentido produzidos. No caso desta pesquisa, em que trabalhamos com textos em pares, que se relacionam por meio da tradução, o movimento de descrição será acompanhado da comparação entre textos de partida, em português e textos de chegada, em inglês. Cabe ressaltar que, embora se trate de comparação, não buscamos estabelecer juízo de valor acerca da adequação ou não das traduções – o que é certo *versus* o que é errado. O que nos interessa na comparação entre os dois textos é observar, descrever e compreender regularidades que nos permitam analisar efeitos de sentido nesse processo tradutório. Para que possamos realizar uma análise consistente, dando visibilidade à contradição escamoteada pelo efeito de evidência que resulta do trabalho da ideologia, será necessário que olhemos para essas regularidades como pistas e que as relacionemos com as condições de produção que nos levarão a conhecer seu funcionamento em relação a outros discursos historicamente determinados.

#### 4.1 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

A noção de *condições de produção* (CP) é de grande importância no quadro epistemológico da teoria discursiva pecheuxtiana. Ela diz respeito à presença do materialismo histórico como um dos pilares do empreendimento de Pêcheux, e é a partir dela que o âmbito sócio-histórico e ideológico é mobilizado nos procedimentos analíticos. Se, conforme já mencionamos, os sentidos são produzidos pela inscrição da língua na história, são as condições de produção dos discursos que

permitem ao analista descrever como os já-ditos atualizam-se na linearidade discursiva e, portanto, como a história deixa suas marcas na materialidade linguística. Assim, em uma análise discursiva há sempre um movimento entre o que está posto – a linearidade do discurso, o intradiscurso – e o que não está materialmente visível, mas que funciona de modo a sustentar o dizer pelo evento de seu retorno. Para que um enunciado possa fazer sentido é preciso que ele esteja inscrito na ordem do repetível, ou seja, é preciso que ele já tenha sido dito antes, em outro lugar, pois a repetição é a condição do interpretável. É, portanto, a partir da materialidade linguística que constitui um enunciado, que a historicidade dos sentidos poderá ser descrita pelo analista.

Desse modo, as condições de produção não dizem respeito meramente às circunstâncias de enunciação, mas à forma como todo enunciado só faz sentido quando relacionado a outros discursos, anteriores, que retornam por intervenção da memória<sup>92</sup>. Para Orlandi (2007), seria possível desdobrar a noção de CP em duas instâncias: CP em *sentido estrito*, voltada para o contexto imediato e CP em *sentido amplo*, enfocando aspectos sócio-históricos e ideológicos.

No que se refere à tradução, a noção de condições de produção ganha relevo na medida em que coloca em cena as particularidades nas quais cada um dos textos é produzido, o entorno a partir do qual um texto emerge. Por surgir em diferentes condições de produção, uma tradução funciona sob o efeito de autonomia, de maneira (relativamente) independente do texto de partida, na cultura que a recepciona. Além da distinção de tempo e espaço na produção de texto de partida e de chegada, essa relativa independência dos textos diz respeito ao fato de serem regulados por normas que não coincidem: enquanto o texto de partida é regulado

---

<sup>92</sup> A noção de memória é abordada por Pêcheux em *Papel da Memória* e diz respeito a um “espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”. (PÊCHEUX, 2007, p. 56)

pelas normas do sistema de partida, a atividade tradutória é regulada pelas normas do sistema de chegada, fator que permite que o texto traduzido seja tomado como um fato daquela cultura, conforme discutimos no capítulo anterior.

O processo tradutório que aqui nos interessa discutir, contudo, constitui-se em circunstâncias distintas. Os artigos dos quais nos ocupamos neste trabalho possuem a particularidade de serem disseminados – texto de partida e texto da tradução – no mesmo espaço de publicação e ao mesmo tempo. Assim, embora o texto traduzido seja necessariamente posterior ao texto de partida, pressuposto elementar de toda tradução, em termos de circulação ambos os textos emergem na mesma configuração espaçotemporal: são apresentados lado a lado ao leitor no sumário virtual da revista – *PDF e PDF [ENGLISH]* – apagando, portanto, a lacuna de tempo que necessariamente possuem. Assim, diferentemente do que ocorre com traduções de outras naturezas, tais como as literárias<sup>93</sup>, é pelo acontecimento da publicação da edição da revista que os dois textos surgem para o público leitor.

Embora não permaneçam juntos no nível textual, como ocorre em livros publicados em formato bilíngue, o fato de ambas as versões estarem disponíveis, lado a lado, nos *sites* das revistas, contribui para evidenciar que se trata de uma tradução. Tal fato pode ser relevante na medida em que desacomoda dois efeitos constitutivos do processo de tradução, quais sejam, o *efeito de autonomia* e o *efeito de origem* que as traduções possuem em relação aos seus originais.

Além dessas questões de ordem mais imediata, as especificidades do processo de internacionalização, que viemos discutindo ao longo deste trabalho, são também constitutivas das condições de produção desses textos e precisam ser consideradas. Como mencionamos no capítulo anterior, sob a forma de antecipações, os lugares sociais dos sujeitos envolvidos estão representados nos processos discursivos, ainda

---

<sup>93</sup>Remetemos ao trabalho de Henge (2015), no qual a relação de espaço e tempo na tradução de obras literárias é abordada por meio da noção de *momento discursivo*.



que não de forma direta, e são tratados por Pêcheux ([1969] 2010a) como *formações imaginárias*. É nesse sentido que se pode entender como a exterioridade, constitutiva de todo o discurso, embora não esteja materialmente presente, determina os processos de significação.

O domínio da produção de conhecimento fundamenta-se na relação com a esfera institucional das IES. Assim, ao observarmos um crescimento no fluxo das traduções acadêmicas para disseminação da produção intelectual, é preciso atentar para o que ocorre nas IES, sobretudo no que se refere ao valor que essas traduções adquirem no *sistema de recompensa* (CURRY, LILLIS, 2004) institucional e, de maneira mais ampla, como uma forma de cumprir demandas mercadológicas reguladas por políticas de globalização. Esse complexo de relações afeta também a forma como as traduções são realizadas. Valendo-nos da metáfora espacial marxiana (MARX, [1852] 1978), a partir dessas relações podemos observar de que maneira a infraestrutura econômica determina, em última instância, as esferas superiores do edifício, incluindo-se aí, a esfera da produção de conhecimento na dimensão institucional das universidades.

A prática científica assenta-se sobre a ilusão de uma “teoria universal das ideias” (PÊCHEUX, [1975] 2009) que desconsidera a historicidade do processo de produção de conhecimento. Desde a afirmação galileana, segundo a qual a ciência é escrita com caracteres matemáticos, passando pela desconfiança de Descartes ([1637] 2008) em suas próprias percepções sensoriais, que culminaram no seu célebre *Discurso do método*, chegando em normas prescritivas para a escrita científica, a ciência vem se caracterizando como uma “filosofia espontânea dos sábios” (ALTHUSSER, 1977a). Relacionando essas características com aspectos formais de organização textual, os argumentos seriam apresentados de maneira a encaminhar conclusões lógicas, que pudessem ser compartilhadas por qualquer pessoa que percorresse a sequência de passos descritos pelo pesquisador. Eis o efeito

de universalidade que busca a ciência, especialmente nas áreas duras: qualquer um que faça uso de um método válido, em condições determinadas, obteria os mesmos resultados, provando que o fazer científico seria independente daquele que o faz e, desse modo, ratificando seu caráter objetivo. Ainda que existam diferenças significativas entre as distintas áreas da ciência, como discutimos ao falar da não-homogeneidade do discurso acadêmico, há certas regularidades na textualização que culminam na construção de uma argumentação que busca persuadir o interlocutor do valor de verdade da pesquisa.

#### 4.2 PUBLICAÇÕES DUAIS: PARÁFRASE E POLISSEMIA

Como já discutimos anteriormente, o cenário da produção e circulação global do conhecimento é constituído por relações desiguais entre pesquisadores dos diferentes países. No que diz respeito a questões de ordem linguística, a consolidação do inglês como língua internacional da ciência coloca pesquisadores não-anglófonos diante do desafio de escrever em uma língua estrangeira, ou, ainda, de submeter seus textos à tradução para o inglês. Considerando, portanto, esse cenário de disparidades, Wen e Gao (2007) colocam em discussão a questão do ineditismo nas publicações acadêmicas, questionando se, no caso de pesquisadores multilíngues, as duas versões de um artigo – uma em língua local e a outra em inglês – não deveriam ser consideradas, para fins de avaliação quantitativa, como duas publicações distintas, podendo ser disseminadas como artigo original em diferentes periódicos.

Para as autoras, as publicações duais [*dual publications*] não constituiriam um tipo de plágio por dizerem respeito a diferentes circunstâncias de publicação, ou seja, a originalidade de um artigo diria respeito às condições em que ele circula e a língua na qual é disseminado. Assim, para leitores chineses sem acesso ao inglês, por exemplo, a versão em chinês seria a única, ainda que uma versão em inglês do

mesmo artigo pudesse haver sido publicada em outro periódico. Na base dessa discussão está, portanto, a relação que o texto guarda com o contexto no qual emerge e em que passa a circular:

Clearly, papers in different languages are not duplicate publications of this kind. (...) When the discourse traditions are so different as in the case of Chinese and English, it is essentially impossible to simply “translate” a published paper in one language into the other and get published in a mainstream manner. In the case of writing a paper in English based on a paper in Chinese, very often **we need to provide more general and specific background information, to double or triple the size of the literature review, and to reframe the discussion, conclusion and pedagogical implications, so as to target a different set of readers and reposition the research in an international context.** (...). To label such an act mere “duplication” is not only naïve but also suspiciously dangerous, as it will easily kill an enriching dialogical process on multiple sides<sup>94</sup>. (WEN; GAO, 2007, p. 221-222. Grifo nosso)

Desse modo, as autoras defendem que os aspectos envolvidos na tradução de um texto vão além de relações linguísticas propriamente ditas, tocando em questões estruturais relacionadas ao cumprimento das condições de aceitabilidade na outra cultura, na qual o texto passará a circular. Hamp-Lyons (2009) corrobora a proposta das autoras chinesas, entendendo que essas publicações paralelas são determinadas pelo que denomina *sense of audience* [senso de público leitor] do artigo e do periódico de publicação. É, portanto, o público leitor que regula as mudanças e acomodações necessárias para que o artigo possa, efetivamente, cumprir as normas impostas pela comunidade-alvo. Tais acomodações podem ser de diferentes ordens

---

<sup>94</sup> Claramente, artigos em diferentes línguas não são publicações duplicadas (...). Quando as tradições discursivas são tão distintas como é o caso do chinês e do inglês, é essencialmente impossível simplesmente ‘traduzir’ um artigo publicado em uma língua para outra e conseguir que ele seja publicado de maneira convencional. No caso de escrever um artigo em inglês baseado em um artigo em chinês, muito frequentemente **precisamos fornecer informações mais gerais e também basilares, dobrando ou triplicando o tamanho da revisão de literatura, além de redimensionar a discussão, conclusão e implicações pedagógicas, a fim de atingir um público leitor diferente e reposicionar a pesquisa em um contexto internacional.** (...). Rotular tal ato meramente como ‘duplicação’ é não apenas ingênuo, como também perigoso, uma vez que acabará por aniquilar um processo dialógico enriquecedor de múltiplas formas.

e promovem sempre alterações substanciais aos artigos, o que permite, segundo as três autoras citadas, que texto de partida e texto de chegada sejam considerados como artigos distintos.

Desse modo, conforme problematizam os demais autores (CURRY; LILLIS, 2004, DUSZAK; LEBOWICZ, 2008, CANAGARAJAH, 2010; BENNETT, 2007, 2014), as tradições epistemológicas variam nas diferentes línguas e culturas, evidenciando que não há universalidade na produção e disseminação do conhecimento. Assim, um artigo científico da área de estudos da linguagem pode cumprir as condições de aceitabilidade na comunidade acadêmico-científica brasileira, mas não ser aceito para publicação quando submetido a uma revista anglófona, por exemplo. Essa relação entre universal e particular na produção e circulação do conhecimento é um aspecto relevante para a discussão sobre tradução de textos dessa natureza, pois se, por um lado, ao se submeter ao jogo de forças do domínio de saber da ciência, os artigos acadêmico-científicos guardam entre si características comuns, por outro, as formas de legitimação podem variar consideravelmente nas diferentes tradições epistemológicas nos diversos países.

O discurso científico, considerado como um discurso *autoritário* (ORLANDI, 1998) por apresentar pequeno potencial de reversibilidade, é regulado por saberes relativos à objetividade, neutralidade e legitimidade. Portanto, o espaço do científico está sujeito a uma maior rigidez e repetibilidade. Entretanto, de um ponto de vista dialético, cabe ressaltar que a contradição é constitutiva dos saberes e, desse modo, há sempre a possibilidade de deslocamentos, brechas, rupturas que instauram a diferença.

A tradução representa um lugar privilegiado para a observação do movimento entre o mesmo e o diferente no domínio de saber científico. Por ocasião da tradução, a multiplicidade de tradições epistemológicas precisa ser acomodada, o que promove no artigo deslocamentos significativos. Considerando esses deslocamentos

necessários para que uma tradução seja compreendida nas condições de produção na qual emerge, e, portanto, tomada como um fato da cultura de chegada, é possível argumentar que a tradução seria da ordem da *polissemia*. Em outras palavras, embora mantenha um elo com outro texto que lhe é anterior – o texto de partida –, a emergência do texto traduzido em novas condições de produção coloca em jogo novas relações tanto de âmbito linguístico e estrutural quanto de ordem histórica e ideológica, promovendo, portanto, um deslocamento nas redes de sentido.

Os sentidos se produzem no movimento dinâmico entre o retorno do mesmo e a presença do diferente, num constante processo entre paráfrase e polissemia. Considerando que esse retorno de já-ditos ocorre em novas condições de produção, é possível assumir que há, sempre, em maior ou menor grau, deslizamentos: todo processo de repetição (paráfrase) implica certo grau de diferença (polissemia). Observados pelo viés analítico, os processos parafrásticos e polissêmicos são relacionados a um domínio de saber, uma formação discursiva que delimita o que pode e deve ser dito em dada conjuntura.

Passamos agora à discussão de como as noções de paráfrase e polissemia podem contribuir na interpretação do processo tradutório dos artigos acadêmico-científicos dos quais nos ocupamos. Se, conforme mencionamos, ao ser traduzido um artigo passa por modificações de ordem estrutural para cumprir as *condições de aceitabilidade* na cultura de chegada – envolvendo um público leitor distinto daquele do texto de partida, uma tradição epistemológica diferente e regras específicas do veículo de publicação – a versão traduzida, embora guarde relações com seu texto de partida, promoveria sempre deslocamentos, indiciando um processo predominantemente polissêmico. A tese das publicações duais, proposta por Wen e Gao (2007) e ratificada por Hamp-Lyons (2009), pode ser vista como um indício da relevância de tais diferenças.

Desse modo, se defendemos que há mais polissemia do que paráfrase no processo tradutório, estamos assumindo a validade do postulado de Toury (2012), discutido no capítulo anterior, de que uma tradução é um fato da cultura de chegada, sendo, portanto, regulada pelas normas desse sistema e nele funcionando de maneira relativamente autônoma. Interpretado pela ótica discursiva, a autonomia da tradução baseia-se nas diferentes condições de produção em que o texto traduzido emerge.

No caso dos artigos analisados, contudo, conforme já mencionamos, texto de partida e texto traduzido emergem no mesmo tempo e espaço, por ocasião da publicação do periódico. Além disso, essas traduções para a língua inglesa são realizadas por uma demanda direta da revista, que, por sua vez, busca com isso cumprir os critérios estabelecidos pelos órgãos de fomento que avaliam a produção de conhecimento local. Esse jogo de relações permite inferir que as condições de produção dessas traduções aproximam-se das condições de produção do texto de partida, e, desse modo, o espaço para a polissemia é menor.

Nos onze artigos que compõem o arquivo deste trabalho – ao contrário do que sugerem autores como Wen e Gao (2007), Canagarajah (2010) ao discorrerem sobre as alterações e acomodações, como mudanças de estilo, aumento da revisão de literatura, (re)enfoque estrutural com base na análise [*data-driven texts*], alterações na introdução –, quando comparamos as versões em português e inglês, não encontramos diferenças significativas em termos estruturais. O aspecto composicional das duas versões dos artigos publicados nos três periódicos segue a mesma estrutura e organização: título, resumo seguido de três a cinco palavras-chave em português e inglês, introdução, seções de discussão com títulos variados, considerações/conclusão e referências.

Desse modo, considerando a proximidade entre os artigos escritos em português e suas traduções para o inglês, é possível argumentar que há, no processo tradutório em questão, um nível maior de paráfrase do que de polissemia. Essa

ausência de rupturas e diferenças ganha ainda mais relevo ao consideramos a relação dessas traduções com seu contexto de emersão e nossa hipótese de que essas traduções além de serem produzidas para facilitar o acesso entre diferentes línguas e culturas, também assumem certo valor no sistema de avaliação da produção de conhecimento nacional, motivado em última instância por questões de ordem econômica. Ao propormos que essas traduções são predominantemente parafrásticas, apresentamos um aspecto que corrobora essa hipótese, pois a ausência de deslocamentos indicia seu *valor* na *cultura de partida* mais do que sua *função* na *cultura de chegada*.

Essa relação entre *valor* e *função* das traduções analisadas nos parece significativa quando articulada à dimensão institucional na qual a produção e circulação de conhecimento ocorre, pois conforme ressalta Pêcheux ([1975] 2009, p. 174): “Isso nos leva a colocar que, para um ‘continente científico’ dado, todo evento epistemológico (ruptura que inaugura uma ciência, ‘descoberta’ e produção de conhecimentos, ‘reelaboração’ etc.) se inscreve numa conjuntura historicamente determinada pelo estado das relações de desigualdade-subordinação”.

Assim, problematizar o papel da tradução na circulação internacional da produção de conhecimento e, mais precisamente, no processo de internacionalização da ciência brasileira nos leva, de um ponto de vista materialista dialético, a observar como infraestrutura e superestrutura determinam uma a outra.

Passamos agora para a discussão de alguns aspectos de ordem linguística recorrentes nas traduções dos artigos analisados, com o intuito de compreender processos de interpretação e, desse modo, colocar em discussão particularidades desse processo tradutório.

### 4.3 A (NÃO) INTERCAMBIALIDADE DOS SENTIDOS

*“Contra a Memória fonte do costume. A experiência pessoal renovada”*

*(Oswald de Andrade. Manifesto Antropófago)*

Neste gesto analítico, apresentaremos dois movimentos de interpretação. O primeiro enfoca o aspecto textual, ainda relacionando texto de partida em português com o texto de chegada em inglês. Ele será necessário para que possamos empreender o segundo movimento analítico, que consiste em compreender os processos de interpretação em jogo nessas traduções.

A primeira sequência discursiva (SD) que analisamos foi selecionada de um artigo publicado no volume 38 (3) da revista *Acta Scientiarum: Language and Culture*, no qual ocupava a posição de título:

SD18p – O discurso da **antropofagia** como estratégia de construção da identidade cultural. (CÂNDIDO, SILVESTRE, 2016, p. 243)

SD18i –The discourse of **cannibalism** as a strategy of building Brazilian cultural identity. (CÂNDIDO, SILVESTRE, 2016, p. 243)

Primeiramente, chama-nos atenção a tradução do termo *antropofagia* por *cannibalism*. Como sabemos, o termo *antropofagia* vem circulando no âmbito dos estudos antropológicos para descrever certos rituais indígenas, nos quais há a ingestão de carne humana com propósitos simbólicos. Diferentemente do *canibalismo*, a prática antropofágica possui um caráter místico, que diz respeito a “devorar” não apenas a carne humana, mas com ela as culturas primitivas, conforme esclarecem os autores do artigo em tela:



O termo antropofagia tem origem grega e foi transformado em canibalismo no século XVI, passando do âmbito europeu ao americano por intermédio da similaridade entre Caribe = canibal = Caliban (Greenblatt, 1996). Assim, **esse vocábulo denota a ação de comer carne humana, associado erroneamente com a prática canibal**, que consiste em um animal devorar outro pertencente à mesma espécie. (...) Dentro da cultura tribal, há **a prática de um ritual denominado antropofágico, cujo objetivo era colocar os indígenas em contato com os deuses**. Dessa forma, a antropofagia se propunha como uma espécie de renovação ritual, ou seja, um ato que, em termos culturais, metaforicamente se daria via devoração das culturas primitivas. (CÂNDIDO, SILVESTRE, 2016, p. 244. Grifo nosso)

Desse modo, os próprios autores do artigo em análise preocupam-se em esclarecer que *canibalismo* e *antropofagia* não constituem termos intercambiáveis. Trata-se de uma distinção fundamental para compreender como o termo foi tomado no âmbito literário para propor uma literatura efetivamente brasileira. Na busca por uma identidade cultural na literatura e nas artes, o *Manifesto Antropófago*, de Oswald de Andrade (1928), propõe que, ao invés de reproduzir modelos criados no exterior, os escritores brasileiros pudessem *devorar* e *deglutir* a cultura do outro, produzindo, ao final desse processo, uma literatura efetivamente nacional. Nas palavras dos autores:

A antropofagia oswaldiana estabelece uma clara relação com questões do Brasil pré-colonial, em que a civilização sofreu com os modelos impostos pelo patriarcado luso-europeu. A arte brasileira imita padrões culturais e comportamentos que são estrangeiros. **O que o conceito antropofágico propõe é o devoramento crítico da cultura estrangeira e sua adaptação ao panorama brasileiro.** (...) Ao propor uma “deglutição seletiva”, Oswald de Andrade coloca a literatura brasileira no mesmo patamar da literatura europeia, por meio de uma atitude de diálogo. Deglutir também é uma metáfora do processo criativo de uma literatura que passa a se apropriar da cultura do Outro, de maneira a não apagá-la, porém colocando-a em posição de relacionamento criativo com a literatura já canonizada (...). (CÂNDIDO, SILVESTRE, 2016, p. 245. Grifo nosso).

Desse modo, termos como *antropofagia* e *deglutição*, assim como o verbo *devorar*, passam a circular no âmbito da teoria literária brasileira delimitando um domínio de saber próprio, além dos outros sentidos já conhecidos, como, por exemplo, aquele recentemente mencionado, usado na descrição de certos fenômenos caros à antropologia. Como sabemos, a língua, sendo a base na qual ocorrem os processos discursivos, significa por meio de sua relação com a história, isto é, em relação ao interdiscurso, pelo viés de uma formação discursiva (PÊCHEUX, [1975] 2009). Assim, o que o manifesto oswaldiano representa é um acontecimento<sup>95</sup>, pois é possível observar o movimento da história na língua, por meio da instauração de uma nova rede de sentidos possíveis no domínio de saber literário. A partir do manifesto, portanto, antropofagia passa a significar também uma nova forma de olhar para a produção literária do Brasil, buscando evidenciar sua particularidade de um novo ponto de vista que não aquele dos modelos europeus.

Com base no que foi discutido, retomamos a sequência apresentada anteriormente:

SD18p – O discurso da **antropofagia** como estratégia de construção da identidade cultural. (CÂNDIDO, SILVESTRE, 2016, p. 243)

SD18i – The discourse of **cannibalism** as a strategy of building Brazilian cultural identity. (CÂNDIDO, SILVESTRE, 2016, p. 243)

Essa SD, que ocupa a posição de título do artigo, apresenta o termo *antropofagia* traduzido por *cannibalism*. Recorrendo ao dicionário Oxford<sup>96</sup>, vemos que *Cannibalism* está incluído no verbete *cannibal*, o qual é definido como “(1) a

---

<sup>95</sup> Sobre a noção de acontecimento, remetemos ao trabalho de Pêcheux (2012).

<sup>96</sup> Oxford Advanced Learner’s Dictionary. 8<sup>th</sup> ed. 2010.

person who eats human flesh; (2) an animal that eats the flesh of the same kind<sup>97</sup>” (OXFORD, 2010, p. 214).

O que a definição do dicionário nos mostra é um dos sentidos possíveis para *cannibalism* e, embora saibamos que outros possam existir, entendemos que a tradução de *antropofagia* por *cannibalism* promove um apagamento da filiação de sentidos do domínio de saber literário brasileiro instaurado pela perspectiva oswaldiana. O termo antropofagia é traduzido de duas formas distintas ao longo do artigo: *cannibalism* (8 vezes) e *anthropophagy* (51 vezes).

No resumo do artigo, observamos mais uma ocorrência da tradução do termo para o inglês (*abstract*), como mostra a próxima sequência discursiva:

SD19p – Nesse manifesto, recortamos o conceito de **antropofagia**, vocábulo que descreve a devoração do Outro no intuito de absorvê-lo, no afã de assimilar as características das estéticas estrangeiras, e que expressa o impacto dos processos colonizadores na formação da identidade brasileira. (CÂNDIDO, SILVESTRE, 2016, p. 243)

SD19i – In this manifesto we cut the concept of **cannibalism**, a word that describes the devouring of the Other in order to absorb it, in his eagerness to assimilate the characteristics of foreign aesthetic, which expresses the impact of colonizing process in the formation of Brazilian identity. (CÂNDIDO, SILVESTRE, 2016, p. 243)

Esse efeito de apagamento causado pela tradução de *antropofagia* por *cannibalism*, conforme mencionamos, ganha relevo quando relacionado à posição que ocupam no artigo, qual seja, no título – reproduzido quatro vezes na borda superior das páginas que compõem o artigo – e no resumo. Trata-se das informações que constituem os chamados *metadados* do artigo, elementos utilizados para fins de indexação nas plataformas digitais. Esses metadados possuem importante papel na

---

<sup>97</sup> (1) uma pessoa que come carne humana; (2) um animal que se alimenta da carne de seus semelhantes.

circulação do artigo, pois representam uma das formas de acesso do leitor ao artigo em bases de busca.

Diferentemente do espaço dos metadados, ao longo do artigo, o termo *antropofagia* é traduzido por *anthropophagy*, como mostram os dois exemplos a seguir:

Exemplo (1)p

Uma das maiores contribuições literárias de Oswald de Andrade para nossa literatura foi a **antropofagia** cultural (CÂNDIDO, SILVESTRE, 2016, p. 243).

Exemplo (1)i

*One of the most relevant contributions by Oswald de Andrade in Brazilian Literature is cultural **anthropophagy*** (CÂNDIDO, SILVESTRE, 2016, p. 243).

Exemplo (2)p

A **antropofagia** seria a saída para renovar as artes, introduziria a postura crítica que faltava à produção literária dos românticos, que, via de regra, havia se tornado a maior representante da literatura nacionalista na época em que saiu o Manifesto Antropófago (CÂNDIDO, SILVESTRE, 2016, p. 243).

Exemplo (2)i

***Anthropophagy** would be the solution for the renewal of the Arts since it would welcome a critical stance lacking in the literary production of the Romantics. In fact, the latter was the greatest representative of nationalist literature at the time the Manifesto was published* (CÂNDIDO, SILVESTRE, 2016, p. 243).

Como consequência das traduções distintas para esse termo, ressaltamos esse efeito de apagamento do domínio de saber próprio instaurado a partir da crítica modernista por meio do manifesto oswaldiano e, ainda, a não uniformidade na tradução. Tal fato instaura um paradoxo se considerarmos que o propósito de apresentar a tradução do artigo seria o de possibilitar que a produção local pudesse

ser acessada e (re)conhecida por pesquisadores de outros países e línguas além dos lusófonos.

Na esteira dessa discussão, apresentamos a sequência a seguir:

SD20p – A antropofagia é, assim, **o** mecanismo de renovação da cultura brasileira. A **palavra de ordem** é mudança. Para isso, retomar a postura dos **índios antropófagos** é se (re)apropriar da **origem brasileira** na sua forma combativa contra a herança colonial (CÂNDIDO, SILVESTRE, 2016, p. 244).

SD20i – Consequently, anthropophagy is a mechanism for the renewal of Brazilian culture. The **keyword** is change. Retaking the **cannibals’** stance is to (re)appropriate oneself of **Brazilian origins** in its combative stance against the colonial heritage (CÂNDIDO, SILVESTRE, 2016, p. 244).

O caráter de resistência à reprodução de modelos deixados pela herança colonial e a busca por uma postura efetivamente brasileira evidenciam a essência política do movimento antropófago na literatura nesta SD. Em termos linguísticos, destacamos o uso do pronome definido para se referir ao movimento como *o mecanismo de renovação da cultura brasileira*, ressaltando, desse modo seu aspecto singular na renovação da cultura. O caráter de militância do movimento na busca por identidade cultural da literatura brasileira é também realçado pela expressão *palavra de ordem*, definida como “palavra, locução ou pequena frase, não raro rimada, para ser repetida, gritada, cantada ou reproduzida por escrito, e que expressa uma reivindicação, um incitamento à luta, um apelo à mobilização” (HOUAISS, 2009, p. 1414).

Analisando a tradução para o inglês, contudo, entendemos que há um efeito de atenuação desse caráter de renovação e militância presente no texto de partida: antropofagia passa a ser **um** mecanismo de renovação – entre outros possíveis – e a

mudança não é mais referida como *palavra de ordem*, mas, como uma palavra-chave, traduzida por *keyword*.

Além disso, a relação entre os *índios antropófagos* e a *origem brasileira*, usada no singular, diz respeito a essa reivindicação pela identidade cultural, cara ao movimento. Na tradução para o inglês, contudo, não apenas o termo *índios* é suprimido ao ser traduzido por *cannibals*, mas o singular é substituído pelo plural na tradução de *origem brasileira*.

Considerando esses elementos observados, concluímos que tanto a tradução de *antropofagia* por *cannibalism* quanto o gesto tradutório que atenua o impacto cultural do movimento na análise da SD19 têm como consequência escamotear o efeito de novidade da leitura crítica proposta no manifesto.

#### 4.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste quarto capítulo, com base nas particularidades do processo tradutório dos artigos acadêmico-científicos analisados, abordamos a noção de *condições de produção*, as quais, além das circunstâncias de enunciação, dizem respeito às condições materiais que determinam a produção e a circulação de um discurso. No que se refere ao primeiro aspecto, observamos que essas traduções possuem a particularidade de emergirem na mesma configuração espaçotemporal dos textos de partida. Assim, para o leitor que acessa o sumário da revista, os artigos – original e tradução – surgem como textos a ser lidos por ocasião da publicação da edição da revista.

No que se refere às condições de produção em sentido amplo, ressaltamos o complexo de relações do qual a internacionalização da produção do conhecimento, causa do aumento do fluxo dessas traduções, é um efeito. Enfatizamos a relação entre as políticas de globalização – motivadas pela presença do mercado como

sistema regulador da vida econômica – e os sistemas de avaliação institucionais que, conforme discutimos no capítulo 3, resultam na ênfase do *valor* das traduções na cultura de partida acima de sua *função* na cultura de chegada.

A seguir, apresentamos a tese das publicações duais (WEN, GAO, 2007), que defende que artigos traduzidos possam ser considerados como publicações distintas de seus originais, já que, considerando as diferenças de público leitor de ambos os textos, é necessário que alterações substanciais sejam realizadas nos textos traduzidos a fim de que passem a cumprir as condições de aceitabilidade na outra cultura.

Com base nessa discussão, enfocando o movimento entre o mesmo e o diferente no fazer tradutório, valendo-nos das noções de *paráfrase* e *polissemia*, defendemos que a tradução, por promover deslocamentos necessários para acomodar as diferenças entre cultura de partida e de chegada, apresentaria um nível maior de polissemia. Consequentemente, os artigos acadêmico-científicos, embora pertençam a um mesmo domínio de saber – o domínio da ciência –, quando circulam internacionalmente, precisam se adequar às diferentes tradições epistemológicas dos diferentes países e culturas.

O processo tradutório analisado, contudo, demonstrou uma proximidade entre os textos de partida e os de chegada, o que nos levou a concluir que, ao contrário do que se poderia supor, se trata de um processo predominantemente parafrástico. Esse fato tem importantes implicações na compreensão da *função* das traduções dos artigos para fins de internacionalização, pois corrobora a hipótese de que, além de facilitarem o acesso entre pesquisadores e instituições de diferentes países, as traduções assumem um *valor* no sistema de avaliação institucional da cultura de partida. Esse primado do valor sobre a função poderia explicar o fato de serem as normas da cultura de partida as que predominam nos gestos tradutórios no recorte analisado nesta pesquisa, motivo pelo qual o postulado de Toury (2012), abordado

no capítulo 3, segundo o qual toda tradução é regulada pela cultura de chegada, não pode ser corroborado neste caso.

Além dessas análises, apresentamos ainda três sequências discursivas enfocando os efeitos de sentido da (não) intercambialidade entre os termos *canibalismo* e *antropofagia* no processo tradutório de um artigo que relaciona discurso e literatura. Observamos que, ao traduzir *antropofagia* por *canibalismo*, há um apagamento de uma memória instituída a partir de um acontecimento na teoria literária brasileira, o que atenua o efeito de novidade proposto pela leitura crítica do movimento, a qual possui grande relevância na construção da identidade cultural literária brasileira.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso traçado nesta tese apresentou questões de interesse aos campos da Análise do Discurso e dos Estudos da Tradução, propondo uma reflexão sobre o aumento do fluxo das traduções de artigos acadêmico-científicos do português para o inglês em periódicos nacionais da área de Letras como um efeito de medidas propostas pelo processo de internacionalização do conhecimento que ocorre nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil.

O processo de internacionalização da produção de conhecimento foi abordado com base em documentos oficiais, tais como o Documentos de Área de Letras e Linguística (CAPES 2013; 2017) e o Relatório da Diretoria de Relações Internacionais da CAPES (2017), nas definições apresentadas pelos três periódicos analisados neste trabalho – *Alfa: Revista de Linguística*; *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso* e *Acta Scientiarum: Language and Culture* –, em contribuições de teóricos da área de *English for Academic Purposes* (EAP). Além disso, foi considerada sua relação com as condições materiais nas quais ocorre, enfocando em práticas globalizantes reguladas pelo mercado na formação social capitalista em que se insere.

Partindo do pressuposto de que o cenário global da produção de conhecimento é constituído por relações assimétricas entre países centrais e (semi-)periféricos, observamos que, para os documentos oficiais e concepções apresentadas nos periódicos analisados, o processo de internacionalização é concebido como um meio de diminuir as disparidades, buscando, com a disseminação de pesquisas locais em língua inglesa, tornar a produção de conhecimento brasileira mais visível para a comunidade científica internacional. Por outro lado, observamos que essa busca por visibilidade pode ser entendida, ainda, pelo papel de citações de trabalhos como indicadores quantitativos de qualidade de uma pesquisa. Desse modo, quanto mais

um artigo é citado por outros pesquisadores, melhores os índices que atestariam sua qualidade. Essa legitimação da qualidade ganha relevo quando relacionada ao nível de investimento destinado às IES brasileiras.

Com base nesse conjunto de relações, entendemos que as traduções desses artigos para o inglês não apenas representam uma busca por visibilidade e legitimidade das pesquisas além das fronteiras nacionais, mas assumem certo *valor* no sistema de recompensa (CURRY, LILLIS, 2004) institucional local. Dito de outra forma, ao considerarmos de onde vem a demanda por essas traduções – de ações de internacionalização propostas por agências de fomento na forma de critérios de avaliação que, em última instância, resultavam em maiores ou menores recursos econômicos para os programas de pós-graduação –, buscamos compreender de que forma essas traduções, tomadas como um processo específico de produção de sentidos (MITTMANN, 2003), corroboravam ou não o cenário observado.

Desse modo, a análise dos onze artigos em português e de suas traduções para o inglês foi norteada por questões que buscaram compreender o funcionamento dessas traduções entre a cultura de partida – brasileira – e a cultura de chegada. Para tanto, indagamos para quem essas traduções eram endereçadas, ou seja, qual o público leitor esperado. Com base em análises de categorias enunciativas linguisticamente observáveis no texto traduzido, vimos que as traduções apontaram também para um leitor local. Essa interpretação foi corroborada pela análise dos dados de acesso aos artigos de uma das revistas selecionadas, que demonstrou, nos anos de 2016 e 2017, mais de 90% dos acessos aos artigos publicados como originados do Brasil; até o mês de agosto do ano de 2018, os acessos do Brasil foram também significativamente maior, atingindo um percentual superior a 70%.

Ao observar que o público leitor implicado nos artigos traduzidos para o inglês permanece sendo majoritariamente o público local, esses resultados possuem também implicações para os *Estudos da Tradução*. Eles demonstram que,

diferentemente da maior parte das traduções que emerge em resposta a uma demanda na e da cultura-alvo, suprimindo lacunas existentes e sendo, portanto, reguladas por normas dessa cultura, as traduções analisadas possuem a particularidade de ser reguladas majoritariamente por normas da cultura de partida. Tal fato corrobora a hipótese de que elas estariam respondendo prioritariamente a demandas internas, motivadas pelos sistemas avaliativos institucionais.

Além disso, consideramos também o aspecto composicional das duas versões dos artigos publicados nos três periódicos, que segue a mesma estrutura e organização: título, resumo seguido de três a cinco palavras-chave em português e inglês, introdução, seções de discussão com títulos variados, considerações/conclusão e referências. Embora determinados igualmente pelo domínio de saber da ciência, as diferentes culturas pressupõem distintas tradições epistemológicas, que podem ser observadas por modos de estruturação diversos: enquanto o discurso acadêmico lusófono, por sua tradição neorromântica, tende a um estilo mais elaborado, o discurso acadêmico anglófono demonstra um estilo orientado por dados (BENNETT, 2007). Considerando que, por ocasião da tradução, essas diferenças precisam ser acomodadas para que o texto de chegada cumpra as condições de aceitabilidade e seja reconhecido como pertencendo ao domínio de saber acadêmico na cultura em que passa a circular, a ausência de diferenças significativas nos artigos analisados nos levou a concluir que se trata de um processo tradutório predominantemente parafrástico (ORLANDI, 1998).

A conclusão de que há menos polissemia, ou seja, poucos deslocamentos, no processo tradutório dos artigos analisados contribui para ressaltar a tese de que essas traduções, por cumprirem uma demanda interna e demonstrarem marcas de endereçamento ao público leitor local, indiciam um funcionamento em que há uma primazia de seu *valor* na cultura de partida em detrimento de sua *função* na cultura de chegada.

Diante dos resultados apresentados, podemos avançar em direção a uma resposta ao questionamento principal proposto na introdução desta pesquisa: as traduções dos artigos analisados, consideradas como um efeito do processo de internacionalização, estariam contribuindo para a *manutenção* ou para a *transformação* das condições materiais desiguais presentes no cenário global da produção de conhecimento?

Com base no gesto teórico-analítico empreendido, entendemos que, por se tratar de um processo tradutório predominantemente parafrástico, cuja emergência é justificada pelo cumprimento de demandas principalmente locais – resultando na prevalência do *valor* no sistema de avaliação institucional da cultura de partida acima da *função* na cultura de chegada –, essas traduções pouco contribuiriam para a redução de lacunas que separam o cenário nacional periférico da centralidade da produção de conhecimento.

Desse modo, sem a pretensão de apresentar uma conclusão definitiva, esperamos que esta pesquisa possa contribuir com a reflexão sobre as condições materiais de produção e circulação do conhecimento acadêmico-científico brasileiro, sobretudo em sua relação com as práticas de tradução, e que possa, ainda, instigar futuros trabalhos nas áreas de Estudos da Tradução e de Análise do Discurso, que, com outros questionamentos e outros recortes, possam fazer esse diálogo ainda mais profícuo.

Para finalizar este percurso, retomamos a epígrafe de Louis Althusser, retirada de uma entrevista publicada com o título de *A filosofia como arma da revolução* ([1968] 1977b), que celebrou o início desta tese:

Por que luta a filosofia em redor de palavras? As realidades da luta de classes são “representadas” por “ideias” que são “representadas” por palavras. Nos raciocínios científicos e filosóficos, as palavras (conceitos,

categorias) são “instrumentos” de conhecimento. Mas, na luta política, ideológica e filosófica, as palavras são também armas, explosivos, calmantes ou venenos. Por vezes toda a luta de classes se pode resumir na luta a favor duma palavra ou contra outra palavra. Certas palavras lutam entre si como inimigos. Outras são o local de um *equivoco*: o objectivo duma batalha decisiva mas indecisa. (ALTHUSSER, 1977b, p. 50)

Essa luta *entre/por palavras* é também uma luta pelo direito à palavra: enquanto pesquisadores não-anglófonos, periféricos, lutamos por *espaços de dizer*, para fazer com que nossa voz seja ouvida, ainda que isso signifique enfrentar o desconforto em uma língua que não a nossa, materna. Diferentes modos de dizer, diferentes formas de interpretar o mundo e produzir conhecimento, por que não? O ideal de monolinguismo da comunidade acadêmica não diz respeito apenas à opção por um código linguístico em detrimento de outros, mas, como esperamos ter demonstrado, a questões identitárias de uma comunidade.

## REFERÊNCIAS

ABRASCO. **Fórum de Editores divulga nota sobre processo de internacionalização.** Comunicação. 12 ago. 2015. Disponível em: <[https://www.abrasco.org.br/site/noticias/formacao-e-educacao/forum\\_editores\\_abrascao2015/13157/](https://www.abrasco.org.br/site/noticias/formacao-e-educacao/forum_editores_abrascao2015/13157/)>. Acesso em: 24 abr. 2017.

AIUB, Giovani Forgiarini. **Corporiedade discursiva:** os modos de dizer do sujeito no entremeio das línguas materna e estrangeira. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

ALTHUSSER, Louis. **Posições.** Tradução de João Paisana. Lisboa: Horizonte Universitário, 1977.

\_\_\_\_\_. (1970) **Sobre a reprodução.** Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. Processo sem sujeito nem fim(s). Tradução de Walter José Evangelista e Maria Viveiro de Castro. In: ALTHUSSER, Louis. **Posições I.** Rio de Janeiro: Graal, 1978.

\_\_\_\_\_. (1975) Defesa da tese de Amiens. In: \_\_\_\_\_ **Posições.** Tradução de João Paisana. Lisboa: Horizonte Universitário, 1977a.

\_\_\_\_\_. (1968) A filosofia como arma da revolução. In: \_\_\_\_\_. **Posições.** Tradução de João Paisana. Lisboa: Horizonte Universitário, 1977b.

ANDRADE, Oswald (1928). **Manifesto Antropófago.** Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cdrom/oandrade/oandrade.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

AUROUX, Sylvain. **Filosofia da Linguagem.** Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2009.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). Tradução de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, n. 19: 25-42, jul./dez. 1990.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BENNETT, Karen. Epistemicide! The Tale of a Predatory Discourse. **The Translator** Special Issue: Science in Translation, vol. 13, 2007, n. 2, pp. 151-169.

\_\_\_\_\_. The 'butler' syndrome: academic culture on the semiperiphery. **Revista Canaria de Estudos Ingleses**. N. 69, December 2014, pp. 155-171.

BERMAN, Antoine. (1989) A tradução e seus discursos. Tradução de Marlova Aseff. Revisão da tradução de Eleonora Castelli. **Alea**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 341-353, Dez.2009.

BETTELHEIM, Bruno. **Freud and man's soul**. London: Chatto & Windus, 1983.

BOCANEGRA-VALLE, Ana. 'English is my default academic language': Voices from LSP scholars publishing in a multilingual journal. **Journal of English for Academic Purposes** 13 (2014). P. 65-77.

BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. **Actes de La Recherche En Sciences Sociales : Actes de la recherche en sciences sociales**, [s.l.], v. 145, n. 5, p.3-8, dez. 2002. CAIRN.

BRISSET, Annie. **Cultural perspectives on translation**. UNESCO, 2010. P. 69-81.

CANAGARAJAH, Suresh. "Nondiscursive" Requirements in Academic Publishing, Material Resources of Periphery Scholars, and the Politics of Knowledge Production. **Written Communication**. Volume 13, 1996, pp. 435-472.

\_\_\_\_\_. Internationalizing Knowledge Construction and Dissemination. **The Modern Language Journal**, Vol. 94, No. 4, 2010, pp. 661-664.

CAPES. **Documento de Área de Letras e Linguística 2013**. Disponível em: <[http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs\\_de\\_area/Letras\\_Linguistica\\_doc\\_area\\_e\\_comissao\\_block.pdf](http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Letras_Linguistica_doc_area_e_comissao_block.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Documento de Área de Letras e Linguística 2017**. Disponível em: <[http://capes.gov.br/images/documentos/Documentos\\_de\\_area\\_2017/41\\_LETR\\_docarea\\_2016.pdf](http://capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/41_LETR_docarea_2016.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **A internacionalização na universidade brasileira: resultados do questionário aplicado pela CAPES**. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/A-internacionalizacao-nas-IES-brasileiras.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

CASSIN, Barbara. Les intraduisibles. Entretien avec François Thomas. **Revue Sciences/Lettres**, 2013.

CICERO Marcus Tullius. **De inventione de Optimo Genere Oratum**. With an English translation by HUBBELL, H. M. London: William Heinemann Ltda. / Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, MCMXLIX (1 ed. 1949)

CORTES, Gerenice R, O. **Do lugar discursivo ao efeito-leitor: a movimentação do sujeito no discurso em blogs de divulgação científica**. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.



CURRY, Mary Jane; LILLIS, Theresa. Multilingual Scholars and the Imperative to Publish in English: Negotiating Interests, demands, and Rewards. **TESOL Quarterly**, v. 38, n. 4, winter 2004. p. 663-688.

DE NARDI, Fabiele Stockmans. **Um olhar discursivo sobre língua, cultura e identidade**. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

DECLARAÇÃO de Bolonha. Disponível em:

<<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-nao-Inseridos-nas-Deliberacoes-da-ONU/declaracao-de-bolonha-1999.html>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

DESCARTES, René (1637). **Discurso do método**. Meditações. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2008.

DESLILE, Jean. **L'analyse du discours comme méthode de traduction**. 2. ed. Ottawa: Édition de l'Université d'Ottawa, 1984.

DUSZAK, Anna; LEWBOWICZ, Jo. Publishing academic texts in English: a Polish perspective. **Journal of English for Academic Purposes**, 7, p. 108-120, 2008. P. 108-120.

EVEN-ZOHAR, Itamar. The Position of Translated Literature within the Literary Polysystem. **International Journal for Theory and Analysis of Literature and Communication**. vol. 11, number 1, 1990.

FERGUSON, Gibson. The global spread of English, scientific communication and ESP: questions of equity, access and domain loss. **Ibérica** 13, 2007, p. 7-38.

FERREIRA, Marília Mendes. O letramento acadêmico em inglês: dificuldades na confecção da seção introdução de artigos acadêmicos. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 12, n. 4, p. 1025-1048, 2012

FINARDI, Kyra Rebeca; ROJO, Ramón Andrés Ortiz. Globalization, internationalization and education: what is the connection? **International E-Journal of Advances in Education**. vol. I, issue 1, 2015.

FIORIN, José Luiz. Internacionalização da produção científica: a publicação de trabalhos de Ciências Humanas e Sociais em periódicos internacionais. **RBPG**. Brasília, v. 4. n. 8, p.263-281, dezembro de 2007.

FLOTOW, Luise von. Traduzindo mulheres: de histórias e re-traduições recentes à tradução “*Queerizante*” e outros novos desenvolvimentos. Tradução de Tatiana Nascimento dos Santos. In: BLUME, Rosvitha F.; PETERLE, Patricia. (Orgs.). **Tradução e relações de poder**. Tubarão: Copiart/Florianópolis: PGET/UFSC, 2013.

FLOWERDEW, John. Attitudes of Journal Editors to Nonnative Speaker Contributions. **TESOL Quarterly**, vol. 35, n. 1, Spring 2001, p. 121-150.

FOUCAULT, Michel. **The Archaeology of Knowledge and The Discourse on Language**. Translated from the French by A. M. Sheridan Smith. New York: Pantheon Books, 1972.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. (1970) **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18 ed. São Paulo: Loyola, 2009.

GENTIL, Guillaume; SÉROR, Jérémie. Canada has two official languages – Or does it? Case studies of Canadian scholars’ language choices and practices in disseminating knowledge. **Journal of English for Academic Purposes**, 13, 2014, p. 17-30.

GNUTZMANN, Claus; RABE, Frank. ‘Theoretical subtleties’ or ‘text modules’? German researchers’ language demands and attitudes across disciplinary cultures. **Journal of English for Academic Purposes** 13, p. 31-40, 2014. p. 31-40.

GRIECO, Julieta Antonela. **Engagement through study abroad scholarship: Lessons from Brazil's Science Without Boards program.** Master of Arts Thesis. University of Toronto, 2015.

GRIGOLETTO, Evandra. **O discurso de divulgação científica: um espaço intervalar.** Tese de (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

HAMEL, Ranier Enrique. The dominance of English in the international scientific periodical literature and the future of language use in science. **AILA Review** 20. John Benjamins Publishing Company: 2007. P. 53-71.

HAMP-LYONS, Liz. Access, equity, and... plagiarism? **TESOL Quarterly**, 43 (4), 2009, p. 690-693.

HATIM, Basil; MASON, Ian. **The translator as communicator.** London/New York: Routledge, 1997.

\_\_\_\_\_. **Discourse and the translator.** London/New York: Longman, 1990.

HEIM, Michael Henry; TYMOWSKI, Andrzej. **Guidelines for the translation of Social Science Texts.** New York: American Council of Learned Societies, 2006.

HENGE, Gláucia da Silva. **Feitos e efeitos discursivos no processo tradutório do literário: uma discussão sobre o fazer tradutório na obra *Pride and Prejudice* de Jane Austen.** Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

HERMANS, Theo. O outro da tradução: diferença, cultura, auto-inferência. Tradução de Neusa Matte. **Cadernos da tradução**, n.1. Porto Alegre, 1998, p. 7-25.

\_\_\_\_\_. The translator's voice in translated narrative. In: BAKER, M. (ed). **Critical Readings in Translation Studies.** London: Routledge, 2009. P. 193-212.

HOBBSAWN, Eric. (1975) **A era do capital**. 1848-1875. Tradução de Luciano Costa Neto. 23. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2015.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HYLAND, Ken. Academic Publishing and the myth of linguistic injustice. **Journal of Second Language Writing** 31, 2016, p. 58-69.

JAKOBSON, Roman. (1959) **Linguística e comunicação**. Tradução de Izidoro Blinkstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972.

KIMURA, Herbert; CARNEIRO, Jorge; ALPERSTEDT, Graziela Dias; CARVALHO NETO, Antonio. O Processo de Internacionalização de Periódicos Nacionais. **Revista de administração Contemporânea**, Curitiba, v. 18, n. 6, p. 2-4, dez. 2014.

KOSZTOLÁNYI, Dezső. **O tradutor cleptomaníaco e outras histórias de Kornél Esti**. Tradução de Ladislao Szabo. São Paulo: Editora 34, 2016.

KUHN, Thomas S. (1962) **A estrutura das Revoluções Científicas**. Perspectiva. Tradução de Beatriz Viana Boeria e Nelson Boeria. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

LATOUR, Bruno. **Cogitamus**: seis cartas sobre as humanidades científicas. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. 1 ed. São Paulo: Editora 34. 2016.

LEBRUN, Jean-Pierre. **Um mundo sem limite**. Ensaio para uma clínica psicanalítica do social. Tradução de Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal / Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LI, Yongyan. Seeking entry to the North American market: Chinese management academics publishing internationally. **Journal of English for Academic Purposes**. 13, 2014. p. 41-52.

LILLIS, Theresa; CURRY, Mary Jane. Professional Academic Writing by Multilingual Scholars. Interactions with literacy brokers in the production of English-medium Texts. *Written Communication*. **Sage Publications**. Vol. 23, n. 1, 2006, p. 3-35.

\_\_\_\_\_. **Academic Writing in a Global Context**. The politics and practices of publishing in English. New York: Routledge, 2010.

LIRA, Davi; BALMANT, Ocimara. Os entraves à internacionalização da graduação do País. **Último Segundo IG**. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2014-06-10/ciencia-com-fronteiras-os-entraves-a-internacionalizacao-da-graduacao-do-pais.html>. Acesso em: 16 mar. 2018.

MAGALHÃES, Célia Maria. Discourse and Translation Studies: a case study of genre intertextuality. **Cadernos da tradução**, Florianópolis, v. 5, n.1, 2000, p. 11-26.

MAGNA CHARTA UNIVERSITATUM. Disponível em: <http://www.magna-charta.org/resources/files/the-magna-charta/english>. Acesso em 23 jul. 2018.

MARX, Karl. (1852) O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Tradução de José Carlos Bruni et al. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

\_\_\_\_\_. (1867) O capital. In: MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Tradução de José Carlos Bruni et al. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

MASON, Ian. Discourse, ideology and translation. In: BEAUGRANDE, Robert de; SHUNNAQ, Abdulla; HELIEL, Mohamed Helmy (Orgs.). **Language, discourse and translation**: In the west and middle east. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1994. p. 23-34.

McGRATH, Lisa. Parallel language use in academic and outreach publication: A case study of policy and practice. **Journal of English for Academic Purposes**. 12, 2014, p. 5-16.

MEDEIROS, Laís V. A. **Essa língua não me representa**: discursos sobre língua e gênero. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MITTMANN, Solange. Heterogeneidade e função tradutor. **Cadernos de tradução**, v. 1, n. 4. Florianópolis: 1999, p. 221-237.

\_\_\_\_\_. **Notas do tradutor e processo tradutório**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MOMEN, Hooman. Language barriers and translation, implications for open access journals. Paper presented at the **International Seminar on Open Access for Developing Countries**, Salvador, September 2005, Bahia, Brazil. Disponível em: <<https://slideplayer.com/slide/7106943/>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Language and multiculturalism in scientific communication. **Singapore Medical Journal**. Distinguished editors series, v.50, n.7, p. 654-656, 2009.

MUNDAY, Jeremy. Translation and ideology: A textual approach. **The Translator**, v. 13, n. 2, p.195-217, 2007.

\_\_\_\_\_. Sobre a mercantilização da ciência: a dimensão pragmática. **O comuneiro Revista Eletrônica** n. 16, março de 2013. Disponível em: <[http://www.ocomuneiro.com/nr16\\_11\\_marcosbarbosadeoliveira.html](http://www.ocomuneiro.com/nr16_11_marcosbarbosadeoliveira.html)>. Acesso em: 31 out. 2018.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à vista**. Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, 1990.

\_\_\_\_\_. Paráfrase e Polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. **Rua**. Campinas, 4, 1998, p. 9-19.

\_\_\_\_\_. Colonização, tradução e autoria científica. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **Produção e circulação do conhecimento**: Política, ciência e divulgação. Campinas, SP: Pontes, 2003a.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Discurso Fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 2003b.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 7 ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

ORTIZ, Renato. As ciências sociais e o inglês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 54, 2004.

\_\_\_\_\_. **Mundialização**: saberes e crenças. São Paulo: Brasiliense, 2006.

OUSTINOFF, Michaël. **Tradução**: história, teorias e métodos. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2011.

PASSINI, Michele Teixeira. **A movimentação do sujeito aluno-professor entre saberes das práticas de ensino de inglês**. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2011.

\_\_\_\_\_. Traduzir, verbo intransitivo? **Via Litterae**. Revista de Linguística e Teoria Literária, Anápolis, v. 8, n.1, 2016, p.65-75.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre (et al.). **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_. (1975). **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp: 2009.

\_\_\_\_\_. (1969) Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani.[et. Al]. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010a.

\_\_\_\_\_. Ler o arquivo hoje. Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). Gestos de leitura. 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010b.

\_\_\_\_\_. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 6 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

\_\_\_\_\_; FUCHS, Catherine. (1975) A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani. [et. Al]. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

PETRIČ, Bojana. English-medium journals in Serbia: The editor's perspective. In: BENNETT, Karen (ed.). **The semiperiphery of academic writing**: Discourses, communities and practices. Basingstoke: Palgrave Macmillan. 2014, p. 189-209.

PFAU, Monique. **Cultural Translation in the Human Sciences**: Brazilian case studies. Tese de doutoramento. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

PIVETTA, Marcos. Homo Sapiens no centro da América do Sul. **Revista FAPESP**, ed. 259, setembro 2017. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2017/09/22/homo-sapiens-no-centro-da-america-do-sul/>. Acesso em: 20 ago. 2018.



PYM, Anthony. Limits and frustrations of discourse analysis in translation theory. **Revista de Filologia de la Universidad de La Laguna**, n. 11, 1992. p. 227-239.

RIGHI, Eliane Maria Rojas Cabrini. **A ciência não fala português**: as línguas auxiliares na produção científica. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas: Unicamp, 2011.

SALAGER-MEYER, Françoise. Scientific publishing in developing countries: Challenges for the future. **Journal of English for Academic Purposes**, 7, p. 121-132, 2008.

\_\_\_\_\_. Writing and publishing in peripheral scholarly journals: How to enhance the global influence of multilingual scholars? **Journal of English for Academic Purposes**. 13, 2014. P. 78-82.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Globalizations. **Theory, Culture & Society**, [s.l.], v. 23, n. 2-3, p.393-399, 2006. SAGE Publications. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1177/026327640602300268>>. Acesso em: 08 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SCIELO. **Crítérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil**. São Paulo, set. 2014.

Disponível em:

<[http://www.scielo.br/avaliacao/20141003NovosCriterios\\_SciELO\\_Brasil.pdf](http://www.scielo.br/avaliacao/20141003NovosCriterios_SciELO_Brasil.pdf)>.

Acesso em: 22 abr. 2017.

SIMON, Sherry. **Gender in Translation**: Cultural identity and the politics of transmission. New York: Routledge, 1996.

SIMPSON, Paul. **Language, ideology and point of view**. London/New York: Routledge, 1993.

STOLERMAN, Ian; STENIUS, Kerstin. The language barrier and institutional provincialism in science. **Drug and Alcohol Dependence**. December, 92, 2008, p. 1-2.

SUSAM-SARAEVA. Sebnem. A “Multilingual” and “International” Translation Studies? In: HERMANS, Theo (ed). **Cross Cultural Transgressions**. Research Models in Translation Studies. Historical and Ideological Issues. Vol. 2. Manchester: St. Jerome, 2002.

TOURY, Gideon. **Descriptive Translation Studies – and beyond**. 2<sup>nd</sup> expanded and revised Edition. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamin, 2012.

TYMOCZKO, Maria. Ideology and the position of the translator: in what sense is a translator ‘in between’? In: PEREZ, Maria Calzada (Ed.) **Apropos of Ideology - Translation Studies on Ideology - Ideologies in Translation Studies**. Manchester: St Jerome, 2003, p. 213-228.

\_\_\_\_\_. Trajectories of Research in Translation Studies. **Meta: journal des traducteurs / Meta: Translator’s Journal**. v. 50, n. 4, décembre 2005. p. 1082-1097.

VAN DIJK, Teun A. **Ideology: a multidisciplinary approach**. London/Thousand Oaks/ New Delhi: Sage, 1998.

VENUTI, Lawrence. **The Scandals of Translation**. Towards an ethics of difference. New York: Routledge, 1998.

VESSURI, Hebe; GUÉDON, Jean-Claude; CETTO, Ana Maria. Excellence or quality? Impact of the current competition regime on science and scientific publishing in Latin America and its implications for development. In: **Current Sociology**, ISA, vol. 62, issue 5, 2013.

WEN, Qiufang; GAO, Yihong. Dual publication and academic inequality. **International Journal of Applied Linguistics**, 17, n. 2, 2007, p. 221-225.

WOLF, Michaela. Translation ‘going social’? Challenges to the (ivory) tower of Babel. In: **Monografías de traducción e interpretación**. n. 2, 2010, p.29-46.

### **REFERÊNCIAS DO CORPUS:**

BUTTURI JUNIOR, Atilio. A autoria, o dispositivo e a ética: os limites da (des)subjetivação na escrita. **Alfa**, São Paulo, v.60, n.3, p. 513-536, 2016.

\_\_\_\_\_. Authorship, Apparatus and ethics: the limits of unsubjectivation in writing. **Alfa**, São Paulo, v.60, n.3, p. 507-530, 2016.

CÂNDIDO, Weslei Roberto; SILVESTRE, Nelci Coelho Alves. O discurso da antropofagia como estratégia de construção da identidade cultural brasileira. **Acta Scientiarum**. Maringá, v.38, n.3, p. 243-251, July-Sept. 2016.

\_\_\_\_\_. The discourse of cannibalism as a strategy of building Brazilian cultural identity. **Acta Scientiarum**. Maringá, v.38, n.3, p. 243-251, July-Sept. 2016.

COSTA, Luiz Rosalvo. Ideologia e divulgação científica: uma análise bahktiniana do discurso na revista Ciência Hoje. **Bakhtiniana**. São Paulo, v.11, n.2, p. 33-51. maio/ago.2016.

\_\_\_\_\_. Ideology and Scientific Dissemination: A Bakhtinian Analysis of the Discourse in *Ciência Hoje* [Science Today]. **Bakhtiniana**. São Paulo, v.11, n.2, p. 37-56. maio/ago. 2016.

FREITAS, Lúcia Gonçalves de. A decisão do STF sobre aborto de fetos anencéfalos: uma análise feminista de discurso. **Alfa**, São Paulo, v.62, n.1, p.11-34, 2018.

\_\_\_\_\_. The Brazilian Supreme Court decision on abortion of fetuses with anencephaly: a feminist discourse analysis. Translated by Ricardo Luiz Teixeira de Almeida. **Alfa**, São Paulo, v.62, n.1, p.11-34, 2018.

MACHADO, Marco Antonio Calil. Gregório(s) de Matos: padrões de representação(s) e ordens do discurso. **Bakhtiniana**, São Paulo, 12 (2): 106-122, Maio/Ago. 2017, p.106-122.

\_\_\_\_\_. Gregório(s) de Matos: Patterns of Representation and Orders of Discourse. Translated by Marco Antonio Calil Machado. **Bakhtiniana**, São Paulo, 12 (2): 106-122, Maio/Ago. 2017, p. 110-128.

MACIEL, Lucas Vinício de Carvalho. Considerações sobre heterodiscurso a partir de Dom Quixote. **Bakhtiniana**, São Paulo, 13 (2), Maio/agosto, 2018.

\_\_\_\_\_. Considerations on Heterodiscourse from Don Quixote. Translated by Wigna Thalissa Guerra. **Bakhtiniana**. São Paulo, 13 (2), Maio/agosto, 2018.

MAZZOLA, Renan Belmonte. Um ensaio de análise iconográfica: laços entre teoria da arte e método arqueológico. **Acta Scientiarum**. Maringá, v. 37, n. 4, p. 413-421, out./dez.2015.

\_\_\_\_\_. An essay on iconographic analysis: relations between the theory of art and the archaeological method. **Acta Scientiarum**. Maringá v. 37, n.4, p. 413-421, oct./dec., 2015.

MEDEIROS, Vanise. Cartografias das línguas: glossários para livros de literatura. **Alfa**, São Paulo, vol.60, n.1, p.79-93, 2016.

\_\_\_\_\_. Cartographies of languages: glossaries for literature books. **Alfa**, São Paulo, vol.60, n.1, p.79-95, 2016.

POSSENTI, Sírio. Discurso transversal em piadas de corintiano. **Bakhtiniana**, São Paulo, 12 (2): 144-155, Maio/Ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Transverse Discourse in Jokes about Corinthians Fans. Translated by Livia Cremonez. **Bakhtiniana**, São Paulo, 12 (2): 144-155, Maio/Ago. 2017.

SANTOS, André C.; RODRIGUES, Siane G. C. Discurso jornalístico e a suposta imparcialidade: os modos de apropriação do discurso de outrem como indicativos de posicionamentos ideológicos. **Alfa**, São Paulo, v.61, n.3, p.609-628, 2017.

\_\_\_\_\_. Journalistic discourse and the supposed impartiality: the modes of appropriation of the discourse of others as indicative of ideological positions. Translated by Jennifer Sarah Cooper. **Alfa**, São Paulo, v.61, n.3, p.525-543, 2017.

TEIXEIRA, Lucia. Retórica e estudos do discurso. **Bakhtiniana**. São Paulo, v.10, n.3, p. 101-110, set./dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Rhetoric and Discourse Studies. Translated by Orison Marden Bandeira de Melo Júnior. **Bakhtiniana**. São Paulo, v.10, n.3, p. 112-122, sept./dec. 2015.

## ANEXO A – Comunicação com a revista *Acta Scientiarum*

Perguntas enviadas à revista *Acta Scientiarum: Language and Culture* sobre o processo de seleção de artigos para tradução do português para o inglês.

**From:** Michele Teixeira Passini michele.at@gmail.com  
**Subject:** Informações para pesquisa  
**Date:** August 9, 2016 at 3:11 PM  
**To:** actalan@uem.br



Boa tarde,

Em minha pesquisa de doutorado, realizada no Programa de Pós-graduação em Letras da UFRGS, estudo a relação entre autoria e tradução em âmbito científico. Assim, tenho analisado alguns dos textos publicados em português e suas versões em inglês na revista *Acta Scientiarum Language and Culture*.

Fiz contato via e-mail com alguns autores que me informaram que os textos, quando selecionados pela revista são traduzidos por um tradutor selecionado pelo próprio periódico e enviados novamente ao(s) autor(es) para uma releitura. Em uma busca na página do periódico, especialmente em "Equipe editorial", não encontrei menção ao trabalho de tradução.

Gostaria de saber se vocês poderiam colaborar respondendo algumas questões sobre o processo tradutório neste contexto a fim de melhor compreender os elementos que constituem esse panorama.

Questões:

**(1) Quais são os critérios utilizados para selecionar os textos que serão traduzidos para o inglês?**

**(2) Quais são os critérios utilizados para selecionar o tradutor que verterá o texto em português para o inglês?**

**(3) Durante esse processo de tradução, há um diálogo entre o tradutor e o(s) autor(es)?**

Desde já agradeço muito a colaboração.

Coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Michele Teixeira Passini

From: actalan Revista Acta Scientiarum - Language and Culture [EDUEM] actalan@uem.br  
 Subject: Re: Informações para pesquisa  
 Date: September 2, 2016 at 1:59 PM  
 To: Michele teixeira passini michele.at@gmail.com  
 Cc: Alexandre Villibor Flory avflory@uem.br, Cristiane Capristano capristano1@yahoo.com.br, Juliano Desiderato Antonio jdantonio@uem.br, passettimcc@hotmail.com



Prezada Michele, boa tarde!

Com relação as perguntas, seguem as respostas:

Questões:

**(1) Quais são os critérios utilizados para selecionar os textos que serão traduzidos para o inglês?**

Os critérios adotados pela revista são os seguintes:

- 1- Qualidade do artigo (avaliada pela consistência e originalidade da pesquisa ou da reflexão teórica apresentada);
- 2- Relevância do artigo para as áreas atendidas pela revista.
- 2- Possibilidade de repercussão internacional;
- 3- Autorização e interesse do autor em publicar nessa língua.

**(2) Quais são os critérios utilizados para selecionar o tradutor que verterá o texto em português para o inglês?**

É utilizado o serviço de Credenciamento de pessoa física ou jurídica para os serviços de tradução/revisão da língua inglesa e espanhola pela Universidade Estadual de Maringá. A UEM lança um Edital para interessados no serviço, desde que atendam os requisitos necessários para tal credenciamento. Quando surge o serviço é feito um sorteio entre os credenciados.

**(3) Durante esse processo de tradução, há um diálogo entre o tradutor e o(s) autor(es)?**

Sim. Quando o artigo é traduzido, o tradutor envia-o via email para o autor fazer as conferências se está de acordo com a tradução e prosseguir com a publicação.

Coloco-me à disposição para mais esclarecimentos que forem necessários.  
 atentamente,  
 Edneire  
 Setor de Fluxo Editorial

Em 9 de agosto de 2016 15:11, Michele teixeira passini <michele.at@gmail.com> escreveu:

Boa tarde,

Em minha pesquisa de doutorado, realizada no Programa de Pós-graduação em Letras da UFRGS, estudo a relação entre autoria e tradução em âmbito científico. Assim, tenho analisado alguns dos textos publicados em português e suas versões em inglês na revista *Acta Scientiarum Language and Culture*.

Fiz contato via e-mail com alguns autores que me informaram que os textos, quando selecionados pela revista são traduzidos por um tradutor selecionado pelo próprio periódico e enviados novamente ao(s) autor(es) para uma releitura. Em uma busca na página do periódico, especialmente em "Equipe editorial", não encontrei menção ao trabalho de tradução.

Gostaria de saber se vocês poderiam colaborar respondendo algumas questões sobre o processo tradutório neste contexto a fim de melhor compreender os elementos que constituem esse panorama.

## ANEXO B – Questionário enviado a autores

Questionário enviado por e-mails a autores cujos textos foram publicados em inglês na revista *Acta Scientiarum: Language and Culture*.



### **Prezado pesquisador colaborador**

As perguntas abaixo foram formuladas com o intuito de proporcionar elementos para uma reflexão sobre a relação entre o processo tradutório e a autoria científica, questão a qual nos dedicamos na pesquisa de doutorado realizada no Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, linha de pesquisa “Teorias do Texto e do Discurso”.

**Agradecemos muito a sua colaboração**

Michele Teixeira Passini (doutoranda) e Solange Mittmann (orientadora)

### **Caso o texto tenha sido traduzido do português para o inglês por um tradutor:**

1. Quais critérios foram utilizados para a escolha do profissional?
2. Como foi o processo de tradução? Após o envio do texto original, houve comunicação e discussão acerca dos encaminhamentos a serem tomados em caso de dúvidas? Se sim, como se deu essa comunicação?

### **Caso você mesmo tenha feito a tradução do texto do português para o inglês:**

1. Como foi o processo de tradução? Você utilizou alguma técnica para traduzir?
2. Quais foram as maiores dificuldades encontradas no processo de verter o texto previamente escrito em português para a língua inglesa?
3. Houve alguma ação dos editores do periódico após a submissão dos textos? Se sim, de qual natureza?